LEILIANE SOUZA BHERING

# FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T
B575f
2019

Bhering, Leiliane Souza, 1988-
Famílias monoparentais masculinas : aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas / Leiliane Souza Bhering. – Viçosa, MG, 2019.
xii, 120f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.
Orientador: Márcia Barroso Fontes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.108-114.

1. Família - Aspectos sociais. 2. Famílias monoparentais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 306.85

LEILIANE SOUZA BHERING

**FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de março de 2019.

Neuza Maria da Silva

Patrícia Mattos Amato Rodrigues

Márcia Barroso Fontes
(Orientadora)

*"É a vida comum que faz a família e não a família que faz a vida comum".*

*Evelyne Sullerot*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa e ao Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica (PPGED), pelo ensino público e de qualidade. À CAPES por financiar este trabalho.

À minha orientadora, Márcia Fontes Barroso, pelas oportunidades concedidas, pela confiança, ensinamentos, otimismo e, sobretudo, pela disponibilidade e palavras de incentivo durante toda a nossa convivência.

À professora Neuza Maria da Silva por aceitar a participar dessa banca e pelas sugestões e críticas feitas durante a defesa do projeto. À professora Patrícia Mattos Amato Rodrigues por aceitar participar dessa banca.

Aos professores e professoras aos quais tive contato nos últimos dois anos. Aos funcionários do PPGED, em especial, a Aloísia e ao Anderson pelas colaborações e paciência em solucionar as dúvidas frequentes.

Aos pais que contribuíram com este trabalho. E todos aqueles que tomaram conhecimento do tema e não mediram esforços para ajudar a encontrar as famílias que tinham o perfil desse trabalho.

Ao Raúl Velilla pela grande contribuição na obtenção dos dados quantitativos e pela disponibilidade em ajudar com o Stata.

Aos amigos do mestrado e da salinha de estudo, em especial ao Ronan e ao Reinaldinho, pelas boas conversas e pelos cafés. A todos os amigos que contribuíram com dias mais leves e felizes durante essa etapa.

Agradeço à minha família, que provou mais uma vez ser o pilar da minha vida. À minha querida mãe por nunca medir esforços para ver o sucesso e a felicidade das suas filhas. Ao meu pai pelo orgulho de me ver seguir em frente. Ás minhas queridas irmãs, Ge e Mari, por sempre me apoiarem e torcerem por mim. Aos meus amados sobrinhos, Lucas e Bernardo, por trazerem amor e alegria a nossa família.

Ao meu amado e querido marido, Alex Bhering (Shiu), pelo amor, por sempre me apoiar e me incentivar ao longo da nossa longa trajetória. Você é minha inspiração e orgulho. Muito obrigada por tudo!

Enfim, a todos que de alguma forma ajudaram nesse processo, os meus sinceros agradecimentos.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Domicílios Monoparentais – Brasil - 2005/2015. ..... 47

Gráfico 2 - Proporção de domicílios monoparentais, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2005/ 2015. ..... 48

Gráfico 3 - Domicílios monoparentais, segundo situação do domicílio – 2005/2015.... 49

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo os grupos de idade – 2005/2015. ..... 51

Gráfico 5 - Distribuição dos domicílios monoparentais, por cor ou raça -2005/2015.... 52

Gráfico 6 – Distribuição percentual dos domicílios monoparentais masculinos, por estado civil – 2015. ..... 53

Gráfico 7 - Responsáveis pelos domicílios monoparentais, por classe de anos de estudo (%) – 2005/2015. ..... 56

Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo, por sexo dos responsáveis pelos domicílios monoparentais (%) – 2005/2015. ..... 57

Gráfico 9 - Participação no mercado de trabalho dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo (%) - 2005/2015. ..... 58

Gráfico 10 - Número de trabalho dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo - 2005/2015. ..... 61

Gráfico 11 - Horas trabalhadas no trabalho principal dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo – 2005/2015. ..... 62

Gráfico 12 - Horas gastas em afazeres domésticos, segundo responsáveis pelos domicílios monoparentais - 2005/2015..... 63

Gráfico 13 – Percentual de pensionistas dos domicílios monoparentais (%) - 2005/2015. ..... 66

Gráfico 14 - Percentual de pessoas de referências aposentadas nos domicílios monoparentais (%) - 2005/2015. ..... 66

Gráfico 15 - Proporção de filhos nos domicílios monoparentais, por sexo dos filhos - 2005/2015. ..... 68

Gráfico 16 - Filhos presentes nos domicílios monoparentais masculinos, segundo grupo de idade dos filhos - 2005/2015. ..... 70

Gráfico 17 - Locais onde crianças de 0 a 4 anos de idade ficavam no período da manhã, segundo o domicílio monoparental masculino – 2015. ..... 71

Gráfico 18 - Motivo para as crianças de 0 a 4 anos de idade ficar no período da manhã, segundo o domicílio monoparental masculino – 2015. ..... 72

Gráfico 19 - Trabalho de crianças de 5 a 9 anos, segundo os domicílios monoparentais. ..... 74

Gráfico 20 - Afazeres domésticos de crianças de 5 a 9 anos, segundo os domicílios monoparentais. ..... 75

Gráfico 21 – Número de horas que crianças de 5 a 9 anos dedicavam aos afazeres, segundo os domicílios monoparentais. ..... 75

Gráfico 22 - Condição de ocupação do domicílio, segundo os domicílios monoparentais – 2005/2015. ..... 77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição relativa da população, segundo o tipo de domicílio – Brasil – 2005/2015. ..... 44

Tabela 2 - Distribuição relativa dos domicílios, segundo o tipo de domicilio – Brasil - 2005/2015. ..... 45

Tabela 3 - Domicílios monoparentais, segundo situação do domicílio e Grandes Regiões – 2005/2015. ..... 49

Tabela 4 - Média de idade dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo – 2005/2015. ..... 50

Tabela 5 – Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo – 2005/2015. ..... 54

Tabela 7 - Trabalho principal dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo e grupamento de atividade - 2005/2015. ..... 59

Tabela 8 - Rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo – 2005/2015. ..... 65

Tabela 9 - Média do total de filhos presentes nos domicílios monoparentais, pelo sexo do responsável – 2005/2015. ..... 68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição de monoparentalidade. ..... 20

Quadro 2 - Condição na unidade domiciliar em função da relação com a pessoa de referência. ..... 36

Quadro 3 - Arranjos domiciliares. ..... 37

Quadro 4 - Categorias e subcategorias. ..... 42

Quadro 5 - Perfil dos entrevistados ..... 80

## RESUMO

BHERING, Leiliane Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2019. **Famílias monoparentais masculinas: aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas**. Orientadora: Márcia Barroso Fontes.

Os processos de transformações na família, decorrente das mudanças em curso da própria sociedade, evidenciaram que a pluralidade dos arranjos familiares e as mudanças nas relações familiares, mostraram famílias menos hierarquizadas e mais flexíveis. Diante desse cenário surge o interesse em pesquisar as famílias monoparentais, em especial a monoparental masculina. Assim, o principal objetivo desta pesquisa constituiu-se em traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil e analisar as vivências e estratégias cotidianas construídas por pais monoparentais. Para tanto, optou-se pela associação entre a metodologia quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos permitiram traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil a partir da PNAD do ano de 2005 e 2015, sendo a extração, o processo de tratamento e análise dos dados obtidos por meio do programa estatístico STATA – *Data Analysis and Statistical Software,* versão 14.0. Os dados qualitativos possibilitaram conhecer a riqueza das respostas dos sujeitos que compartilharam suas histórias e experiências cotidianas a partir da monoparentalidade masculina. Participaram das entrevistas quatro pais monoparentais residentes na cidade de Viçosa-MG. Os principais resultados permitiram constatar que as famílias monoparentais são uma realidade concreta no Brasil e não se pode negar o aumento dos domicílios monoparentais masculinos, sendo estes um fenômeno tipicamente urbano com maior expressividade na Região Sudeste; os responsáveis desses domicílios são homens mais velhos se comparados aos domicílios monoparentais femininos; a maior proporção é representada pelos solteiros e pelos viúvos; mais da metade dos responsáveis masculinos estavam inseridos no mercado de trabalho; nesses domicílios possuíam o maior percentual de filhos do sexo masculino e com a maior presença de adolescentes entre 15 a 19 anos de idade. Diante das histórias compartilhadas, conclui-se que diante das diferentes e particulares formas de entrada na monoparentalidade a decisão em constituir uma família monoparental masculina nem sempre surge dos pais, mas pode ser uma iniciativa do próprio filho ou filha. O reconhecimento da monoparentalidade masculina ainda causa um grande estranhamento para os pais que a vivenciam e para muitas outras pessoas. As estratégias traçadas por

eles no cotidiano estão diretamente ligadas articulação entre trabalho e família, sendo as redes de apoio fundamentais para a organização familiar. Portanto, os significados trazidos pelas falas desses pais devem ser entendidos a partir das vivências e não por sua distribuição. Ou seja, as histórias compartilhadas nesse trabalho (e os dados referentes às PNADs) não retêm todos os aspectos da realidade em questão, mas exprimem o essencial dessa realidade, do ponto de vista dessa investigação.

## ABSTRACT

BHERING, Leiliane Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2019. **Famílias monoparentais masculinas: aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas**. Adviser: Márcia Barroso Fontes.

The processes of transformation in the family, as a result of the ongoing changes in society, showed that the plurality of family arrangements and the changes in family relationships presented less hierarchical and more flexible families. In this scenario, arises an interest in researching single-parent families, especially single-father families. Thus, the main purpose of this research was to outline a sociodemographic profile of single-father families in Brazil and to analyze the daily experiences and strategies built by single-fathers. Therefore, an association between quantitative and qualitative methodology was chosen. The quantitative data allowed us to draw a sociodemographic profile of single-father families in Brazil from the PNAD of 2005 and 2015, with the extraction, the treatment and the analysis of the data obtained through the statistical program STATA - Data Analysis and Statistical Software, version 14.0. The qualitative data made it possible to know the richness of the responses of the subjects who shared their stories and daily experiences from the single-father parenting. Four single-fathers residing in the city of Viçosa-MG participated in the interviews. The main results showed that single-father families are a concrete reality in Brazil and one cannot deny the increase in single-father homes, which are a typically urban phenomenon with greater expressiveness in the Southeast Region; the heads of these families are older if compared to single-mother families; the largest proportion is represented by single men and widowers; more than half of the male responsible were in the job market; those homes had a highest percentage of male children and a highest presence of adolescents between 15 and 19 years old. Thus, considering the shared histories, it can be concluded that given the different and particular forms of entry into single parenthood, the decision to constitute a single-father family does not always come from the parents, but it can be an initiative of one's own son or daughter. The acknowledgement of single-father parenthood still causes great estrangement for the parents who experience it and for many other people. The strategies traced by them in the daily life are directly linked to the articulation between work and family, and the support networks are fundamental for the family organization. Therefore, the meanings brought by the speeches of these parents should be understood from the experiences lived and not by their distribution. That is, the histories shared in this work (and the PNAD data) do not retain all aspects

of the reality in question, but they express the essential of this reality from the point of view of this investigation.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ..... 1
1.1. Justificativa ..... 5
1.2. Objetivo Geral ..... 6
1.3. Objetivos Específicos ..... 7
2. REVISÃO DE LITERATURA ..... 8
2.1. Família: aspectos sociais e históricos ..... 8
2.1.1. Aspectos históricos sobre a família no Brasil ..... 11
2.2. As famílias no contexto contemporâneo brasileiro ..... 14
2.3. Famílias monoparentais ..... 18
2.4. Famílias monoparentais masculinas ..... 25
3. METODOLOGIA ..... 29
3.1. Caracterização da pesquisa ..... 29
3.2. Análise Quantitativa ..... 30
3.2.1. Base de dados: Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios ..... 30
3.2.2. Descrição da Amostra ..... 31
3.2.3. Procedimento de Análise dos dados ..... 32
3.2.4. Variáveis Selecionadas ..... 32
3.3. Análise Qualitativa ..... 37
3.4. Participantes ..... 38
3.5. Procedimentos de coleta de dados ..... 39
3.6. Procedimentos de análise dos dados ..... 41
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES ..... 43
4.1. Resultados quantitativos e discussões ..... 43
4.1.1. O perfil sociodemográfico dos arranjos domiciliares monoparentais masculinos ..... 43
4.2. Resultados qualitativos e discussões ..... 79
4.2.1. O perfil dos entrevistados ..... 79
4.2.2. Descrição do perfil sociodemográfico ..... 82
4.2.3. A entrada na monoparentalidade ..... 85
4.2.4. Articulação entre trabalho e família ..... 90
4.2.5. Redes de apoio na monoparentalidade ..... 97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 108

APÊNDICES ..... 115
APÊNDICE A ..... 116
APÊNDICE B ..... 118

# 1. INTRODUÇÃO

A família é uma instituição muito antiga e vem sofrendo diversas mudanças ao longo do tempo, tanto em relação ao seu papel social quanto às funções internas de seus integrantes (GIRALD; WAIDEMAN, 2010). A cada período histórico as transformações ocorridas na família estiveram relacionadas às transformações sociais, culturais, econômicas e políticas de cada tempo e lugar.

O modelo de família "tradicional", composta por um pai provedor, uma mãe dona de casa e os seus filhos, como garantia de reprodução intergeracional do futuro do mesmo modelo familiar, já não corresponde ao tipo predominante de arranjo familiar contemporâneo existente no Brasil e em outros lugares no mundo (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

> Embora tipos tradicionais de família sejam encontrados, a família, em geral, não é nem homogênea e nem harmonicamente integrada como sugerem algumas descrições de alguns tipos ideais que não levam em consideração o contexto de desigualdades sociais existentes em um mundo globalizado, com seus mecanismos de exclusão e estratificação social (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010, p. 8).

Acontecimentos decisivos, sobretudo na segunda metade do século XX, permitiram mudanças nas condições de reprodução da população e nos padrões de relacionamento entre os membros da família, como: o questionamento dos modelos de autoridade e poder, a posição relativa da mulher transformou-se profundamente e a legislação redefiniu o conceito de família, reconhecendo modelos mais próximos das práticas sociais vigentes (GOLDANI, 1993).

Diante desse contexto, entende-se que "a transição demográfica é um dos mais extraordinários processos já ocorridos no mundo, com profundas mudanças no tamanho e na composição das famílias, no tempo médio de vida dos indivíduos e no crescimento e na estrutura etária das populações" (CAMARANO, 2014, p. 14).

Segundo a autora, as mudanças na dinâmica populacional que afetaram e foram afetadas pelas transformações na família brasileira mostraram novos padrões como as famílias reconstituídas, casamentos homossexuais, aumento nas taxas de divórcios/separações, coabitação, a opção pelo não casamento, aumento dos domicílios

unipessoais, de famílias chefiadas por mulheres, mesmo na presença de cônjuges, e o aumento das taxas de fecundidade de sub-reposição[1].

Além disso, destaca-se que as mudanças demográficas estão ocorrendo atreladas a outras importantes transformações, como por exemplo, o aumento da escolarização da população brasileira, maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mudanças nos arranjos familiares, principalmente no número, intensidade e duração dos casamentos e nos "contratos tradicionais de gênero" (REHER, 2011 *apud* CAMARANO, 2014).

Assim, o processo de mudança de altas taxas de mortalidade e fecundidades para baixas, caracteriza a denominada transição demográfica. Nesse sentido, pode-se dizer que a primeira Transição Demográfica (PTD), foi marcada pelo aumento da expectativa de vida da população e uma generalizada e rápida queda da fecundidade. Na Europa essa transição ocorreu a partir da segunda metade do século XIX e na América Latina, o processou iniciou-se na década de 1930, embora não tenha acontecido na mesma intensidade e ritmo entre os diferentes países. Nessa primeira transição houve o fortalecimento do modelo de família nuclear, e o controle da parturição dentro da família tinha como um dos seus objetivos o investimento na qualidade dos filhos (CAMARANO, 2014; ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

A Segunda Transição Demográfica[2] (STD) pode ser considerada como um aprofundamento da PTD, não apenas pelas tendências de queda da fecundidade, caracterizada abaixo do nível de reposição (2,1 filhos/mulher), mas, sobretudo pela diversificação e ampliação dos novos arranjos familiares, pelas transformações no comportamento sexual e do papel dos filhos para a organização da família (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

As primeiras evidências sobre as caraterísticas da STD foram identificadas no contexto europeu. No entanto, estão cada vez mais presentes em diversas regiões do mundo, como por exemplo, o Brasil. Elas podem ser descritas como sendo:

> a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição; b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) crescimento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g)

[1] Fecundidade de sub-reposição refere-se a uma fecundidade muito baixa com taxa abaixo de 1,3 filhos por mulher (BILLARI *et al*. 2003 *apud* CAMARANO, 2014).

[2] A teoria da Segunda Transição Demográfica é uma questão controversa e muitos autores questionam a sua validade.

> crescimento do número de divórcios e separações; h) mudança do foco das famílias das crianças para o casal adulto (mudança na direção do fluxo intergeracional de riqueza); i) crescimento da imigração (VAN DE KAA, 1987 *apud* ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010, p. 11).

Os elementos essenciais da dinâmica demográfica que possibilitaram importantes transformações na família reforçaram o sentimento de "falência" da família tradicional no Brasil, como elucida Goldani (1993), e permitiram a visibilidade e o reconhecimento de novos arranjos familiares, como as famílias monoparentais, objeto de análise desse estudo.

Camarano e Fernandes, analisando as mudanças nos arranjos familiares da população brasileira, utilizando dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2010, verificaram que a mudança mais importante foi à redução da proporção de casais com filhos. Contudo, "parte dessa mudança foi compensada pelo aumento da proporção dos arranjos formados por mães com filhos e pais com filhos, resultado das mudanças na nupcialidade" (CAMARANO; FERNANDES, 2014, p. 132).

Em 2010, 34,5% dos totais de arranjos do Brasil, representavam os domicílios monoparentais femininos e masculinos e os unipessoais, também femininos e masculinos. Chamam-se monoparentais aquelas famílias constituídas por um dos pais e seus filhos, ou seja, tem-se apenas a presença de um genitor que é responsável pelos cuidados dos filhos. Os domicílios unipessoais[3] são aqueles formados por homens ou mulheres que vivem sem cônjuge e sem filhos, mas podem conter outros moradores como agregados, pensionistas e/ou empregados domésticos (CAMARANO; FERNANDES, 2014). A Figura 1 reúne algumas características desses arranjos em 2010.

[3] Em nossas pesquisas sobre os tipos de arranjos domiciliares, a melhor definição para a unidade doméstica unipessoal é aquela utilizada pelo IBGE: quando é constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio.

**Figura 1 – Brasil: algumas características dos domicílios não nucleares (2010).**

| | Monoparental feminino | Monoparental masculino | Unipessoal feminino[2] | Unipessoal masculino[2] |
|---|---|---|---|---|
| Proporção em relação ao total | 14,4 | 2,1 | 9,3 | 8,7 |
| Tamanho médio | 3,5 | 3,3 | 1,7 | 1,6 |
| Número médio de filhos | 1,8 | 1,6 | 0 | 0 |
| Número médio de pessoas que trabalham | 1,5 | 1,5 | 0,7 | 1 |
| Número médio de pessoas que recebem algum benefício | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,3 |
| Idade média do chefe | 50,4 | 55,8 | 54,9 | 44,7 |
| Percentual de chefes com pelo menos onze anos de estudo | 20,5 | 15,7 | 22,2 | 24,2 |
| Proporção da renda que depende da renda do chefe | 0,55 | 63,6 | 76,6 | 77,2 |
| Rendimento médio familiar *per capita* [1] | 0,9 | 1,3 | 1,8 | 2,2 |
| Proporção de famílias pobres | 26 | 19,1 | 12,4 | 13,6 |

Notas: [1]Em número de SMs

[2]Nos domicícios unipessoais estão incluídos aqueles com presença de outros parentes e de não parentes.

Fonte: CAMARANO; FERNANDES, 2014, p. 141.

Dos quatro tipos de domicílios analisados, o monoparental feminino é o que prevalece, por representar 14,4% do total de arranjos familiares. Camarano e Fernandes (2014) mostram que essa proporção em 1980 era de 9,1%, o que indica um crescimento no conjunto das famílias brasileiras. Em segundo lugar ganha destaque os domicílios unipessoais femininos, representando 9,3%. Dos domicílios masculinos, a maior representatividade está nos unipessoais, que passaram de 5,4% em 1980, para 8,7% em 2010. No que tange aos monoparentais masculinos, estes representaram 2,0% do total de domicílios em 2010.

Ainda que a representatividade dos domicílios monoparentais masculinos seja pequena em termos quantitativos, esse arranjo familiar aponta para um novo contexto social, com novas formas de relacionamento e organização da família, dado que tradicionalmente o cuidado dos filhos é da mãe. Por isso, esse tipo de arranjo mostra que "a família, enquanto instituição, não se dissolveu, mas se organizou e se diversificou, assumindo formas de união e de filiação completamente diferentes das suas estruturas históricas" (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010, p. 17).

A modernidade apresentou para a família a possibilidade de relacionamentos mais íntimos e afetuosos entre pais e filhos e, como hoje mulheres e homens são

provedores dos seus lares existe a necessidade de reorganizar a família, no sentido de conciliar os cuidados com os filhos com as funções do trabalho.

Para Souza e Sanguinet (2012), a presença do pai na vida dos filhos sugere um novo olhar sobre a paternidade, que incorpora valores distintos dos de gerações anteriores. Os novos arranjos familiares precisam garantir o bem estar dos filhos, e, por isso, falar em identidade masculina está estritamente ligado à paternidade, uma vez que o modelo tradicional da masculinidade sofre transformações com os novos papéis que são requisitados do homem na família. Além de provedor ele agora é cuidador.

Desse modo, diante das significativas mudanças nos arranjos familiares brasileiros e entendendo a importância de contemplar tal temática, buscou-se neste trabalho responder as seguintes questões: Quais as características das famílias monoparentais masculinas frente às transformações demográficas dos últimos anos? Para além, quais as estratégias que as famílias monoparentais masculinas utilizam para a organização familiar no cotidiano?

Diante destas questões, realizou-se neste trabalho um estudo de abrangência nacional, a partir da caracterização sociodemográfica das famílias monoparentais masculinas no Brasil, com base nas PNADs 2005 e 2015, e também uma investigação local, a partir da vivência cotidiana de famílias monoparentais masculinas da cidade de Viçosa-MG.

### 1.1. Justificativa

Muitas pesquisas e estudos têm mostrado que a família monoparental é uma realidade concreta posta pela própria sociedade e que vem sendo organizada e assumida por homens e mulheres de diferentes classes sociais. Os arranjos monoparentais masculinos, ainda que de uma base menor, vem aumentando.

Com isso, entende-se que "a monoparentalidade se impôs como fenômeno social nas três ultimas décadas, mas com maior intensidade, nos vinte últimos anos, ou seja, no período em que se constata o maior número de divórcios (uma das causas geradoras do fenômeno)" (LEITE, 2003, p. 21).

Como mostram as estatísticas, é considerável o aumento dos arranjos monoparentais femininos em relação aos masculinos. Talvez, por esse fato, observa-se que grande parte dos trabalhos realizados está voltada para as questões das famílias

monoparentais femininas, abordando temas como a feminização da pobreza, a reprodução intergeracional da pobreza, a monoparentalidade feminina e as relações de gênero, classe, raça/etnia, idade/geração, monoparentalidade feminina e mercado de trabalho, entre outros aspectos ligados à temática.

Desta forma, buscou-se com esse trabalho privilegiar uma questão que ainda parece ser pouco discutida. Investigar famílias monoparentais masculinas no Brasil e os novos lugares dos homens na família significa explorar um campo ainda pouco pesquisado. Nesse sentido, este trabalho buscou contribuir para o conhecimento, em termos quantitativos, com a caracterização das condições sociodemográficas desses arranjos familiares e em termos qualitativos, com as transformações ocorridas na família, em especial, o reconhecimento de novos arranjos familiares, como os monoparentais masculinos.

Para além, pretende-se com esse trabalho contribui para expandir o conhecimento e as discussões sobre as transformações nas relações de gênero presentes no âmbito familiar, estreitando a relação entre homem e família, e consequentemente contribuir para quebrar uma visão do senso comum e discursos conservadores que naturalizam a casa e a família como sendo uma "responsabilidade da mulher".

Diante desse contexto, as hipóteses dessa pesquisa foram ordenadas segundo a metodologia empregada. Para a metodologia quantitativa, a hipótese é que as transformações sociodemográficas influenciam nos arranjos familiares, diversificando-os, por isso, é que em 2015 a proporção de famílias monoparentais masculinas serão superiores ao ano de 2005, como forma de adaptação a tais transformações nos arranjos familiares. Para a metodologia qualitativa, a hipótese é que as famílias monoparentais masculinas traçam estratégias específicas para a organização familiar, como a administração do trabalho doméstico, cuidados com os filhos, trabalho remunerado e lazer.

### 1.2. Objetivo Geral

Essa pesquisa teve como objetivo geral traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil, através dos microdados da PNAD (2005/2015) e analisar a vivência e estratégias cotidianas construídas por pais monoparentais da cidade de Viçosa-MG.

### 1.3. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são apresentados segundo a metodologia empregada:

- Metodologia quantitativa:
    - Identificar e caracterizar comparativamente o perfil das famílias monoparentais masculinas no Brasil, com base nos microdados da PNAD dos anos de 2005 e 2015.

- Metodologia qualitativa (referente aos pais monoparentais da cidade de Viçosa-MG):
    - Identificar o perfil sociodemográfico e a forma de entrada na monoparentalidade masculina;
    - Investigar a articulação entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas e lazer nos domicílios monoparentais masculinos.
    - Analisar se existe uma rede de apoio para auxiliar no cuidado dos filhos.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura contemplou as questões ligadas aos aspectos sociais e históricos da família, a família no contexto contemporâneo brasileiro e os diferentes arranjos familiares, focando nos arranjos monoparentais. Foi dividida em quatro tópicos: Família: aspectos sociais e históricos, tendo como subtópico (aspectos históricos sobre a família no Brasil); As famílias no contexto contemporâneo brasileiro; Famílias monoparentais e Famílias monoparentais masculinas.

### 2.1. Família: aspectos sociais e históricos

A palavra *família* deriva do latim *familia,* que se origina de *famulus,* que significa "o servidor", o "criado" (MALUF, 2010). Tal denominação surge pelas relações familiares permeadas pela noção de posse e obediência do *pater* sobre a esposa, os filhos, os criados e os servos.

Engels (1984) ao analisar estágios pré-históricos de cultura, em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado,* pôde observar que a família se desenvolve na medida em que se desenvolve a sociedade e se transforma na medida em que a sociedade se transforma. Desse modo, assinala três grandes estágios: o Estado Selvagem, Barbárie e Civilização.

No estado selvagem, predomina a apropriação dos produtos da natureza, prontos para a utilização. Nesse estágio, a família era formada a partir de laços consanguíneos e do reconhecimento de parentesco. Nela, os grupos conjugais classificam-se por gerações e existiam relações sexuais mútuas dentro da família, entre esses grupos, em que irmãos, irmãs, primos e primas constituíam conjugalidade entre si (ENGELS, 1984).

No estado da barbárie, aparecem a criação de gado e a agricultura, com o início do desenvolvimento da produção a partir da natureza, pelo trabalho humano. Em relação à família, são instauradas as gens e a criação da família denominada Punaluana, reconhecida pela abdicação das relações sexuais e matrimônio entre irmãos, bem como pela instauração de novos modelos de parentescos, incluindo primos e sobrinhos. Após esse período, inicia-se a união de um homem e uma mulher constituindo o formato de família sindiásmica, em que a poligamia é permitida somente aos homens, enquanto as mulheres deviam fidelidade (ENGELS, 1984).

A Civilização corresponde ao período que se inicia a fundição do minério de ferro e a invenção da escrita alfabética, a complexidade na elaboração dos produtos naturais e ao surgimento da indústria e da arte. As relações na família também sofreram modificações com essas transformações, na qual o poder e decisões sobre as terras e bens centravam-se nos homens, que assumiam uma ocupação de maior relevância do que a mulher no âmbito familiar, alterando o modelo do matrimônio sindiásmico. Desse modelo familiar nasce a família monogâmica (ENGELS, 1984).

A família monogâmica apresenta uma solidez muito maior dos laços conjugais. Baseia-se no predomínio do homem, em que a finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Ao homem, igualmente se concede o direito a infidelidade conjugal. Engels afirma que a monogamia foi um grande progresso histórico, mas que iniciou ao mesmo tempo um retrocesso relativo, onde o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam a custa da dor e da repressão de outros (ENGELS, 1984).

Verifica-se que a noção de posse e poder estão diretamente ligados a origem e transformação da família. Para Ariès (1981), por muito tempo, a família representou uma realidade muito mais moral e social, do que sentimental. A família da Idade Média não viveu os vínculos entre pais e filhos de forma semelhante aos dias atuais. Isso não quer dizer que não existia amor entre pais e filhos, mas ainda não existia um sentimento de família consolidado. A criança também era responsável pelo progresso e avanço da família, desta forma, a relação era muito mais pautada na contribuição do que no apego (ARIÈS, 1981).

Para o autor os sinais de desenvolvimento de sentimento com as crianças tornaram-se mais significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, pois os costumes começaram a mudar e iniciam as preocupações com a educação das crianças. “O sentimento moderno de família surge em torno do sentimento de infância” (ARIÈS, p. 158). Nesse sentido, os progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. Diferente da concepção de família na Idade Média, que tinha o sentimento da linhagem como o principal sentimento de caráter familiar.

O século XVIII representou um marco nas mudanças na sociedade ocidental e também nas transformações ocorridas na família. A família moderna “correspondeu a

uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida" (ARIÈS, 1981, p. 195). "A educação e a religião, que até então eram responsabilidade de toda a sociedade, passa a ser função delegada à família, mais especificamente ao pai e a mãe" (GIRALDI; WAIDEMAN, 2007, p. 3).

Com o surgimento da afetividade dentro da família e com ênfase no privado, o modelo nuclear foi ganhando forças, e exerce grande influência na sociedade ainda nos dias atuais. De acordo com Brahinsky (1994) referenciada por Maluf (2010, p. 24) "a introdução de uma concepção mais individualista durante o século XIX valorizou, na Europa, o nascimento da família nuclear". Ou seja, a vida familiar concentrou-se e um pequeno número de protagonistas. "Foi havendo uma maior valorização dos vínculos afetivos sobre as motivações econômicas na formação das famílias" (TURKENICZ, 2013, p. 464).

> Em decorrência da Revolução industrial e da migração para centros urbanos, surge o controle da natalidade, já que não há mais a necessidade de mão de obra para trabalhar na terra. Essa redução possibilitou maior proximidade entre pais e filhos e consequentemente o surgimento da afetividade, até então inexistente. Há, consequentemente, maior preocupação com a educação, carreira e futuro das crianças (VALENTE, 1995 *apud* GIRALDI; WAIDEMAN, 2007 p. 3-4).

De acordo com Zamberlam (2001) o século XX foi marcado por uma sociedade em que os indivíduos eram conectados entre si, formando um elo entre gerações, entre passado e presente. Assim, "nesse cenário a família mostra-se um sistema que se autogoverna através de princípios; espaço onde as primeiras experiências relacionais e de aprendizagem acontecem, e estas servirão de base pela vida afora" (ZAMBERLAM, 2001, p. 45).

Nesse sentido, marcaram o século XX algumas tendências apontadas pelas pesquisas demográficas que tiveram amplas repercussões na vida familiar, tais como: aumento da expectativa de vida, controle da natalidade, crescente contingentes de mulheres no mercado de trabalho, aumento dos índices de divórcios e de separação dos casais, reprodução assistida, afetividade, autenticidade, entre outros elementos que alteraram a família e as relações familiares, que coloca em destaque a valorização da afetividade como uma das principais funções da família (MALUF, 2010; TURKENICZ, 2013).

No entanto, para Turkenicz (2013) a ideologia cultural hegemônica que prevaleceu ao longo de boa parte do século XX foi de uma família nuclear patriarcal, na qual se promovia uma heterossexualidade compulsória e uma normatização fálica. Para o autor, "o casamento, portanto, não constituía um contrato econômico. Tinha como fundamento o sentimento dos protagonistas, seja na forma de amor romântico, seja na de companheirismo, seja noutra que os seus protagonistas considerassem legítima" (TURKENICZ, 2012, p. 469).

Assim, considerando o processo histórico que a família vivenciou ao longo do tempo, torna-se importante fazer uma reflexão mais profunda, que evidencia que "esta é uma instituição historicamente construída, não podendo-se falar em família como algo único, e sim em modelos distintos, além do fato de as estruturas familiares não surgirem em decorrência de um só fator" (AZEVEDO, 2000 *apud* GIRALDI; WAIDEMAN, 2007, p. 1).

### 2.1.1. Aspectos históricos sobre a família no Brasil

É importante fazer um recorte no contexto histórico e social brasileiro e destacar que, "a família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial" (SAMARA, 2002, p. 1).

Baseada no modelo patriarcal, inspirada no modelo europeu, este modelo de família, "existente especialmente no período colonial, apresentava-se estruturalmente como composta de um núcleo central, representado pelo chefe da família, e por membros subsidiários, que são os legítimos descendentes, seja da família materna ou paterna" (SAMARA, 1998 *apud* GIRALDI; WAIDEMAN, 2007, p. 5). Neste modelo, a autoridade e poder são exclusivos do homem, que é considerado o centro do poder e da sociedade.

No entanto, até poucas décadas atrás pouco se conhecia sobre o perfil dessa família, "predominando na literatura uma imagem vinculada ao modelo patriarcal extraído da obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala (Freyre, 1987), escrita no início do século XX" (SAMARA, 2002, p. 1). Tal obra "ao retratar a família patriarcal brasileira (presente nos séculos XVI ao XIX) descreve a mulher branca como submissa, passiva, ociosa, sujeitando-se à dominação do pai ou do marido" (SOUSA, 2008, p. 21).

Nesse sentido, várias gerações de estudiosos tiveram como referência esse modelo de família que "funcionou como critério e medida de valor para entendermos a vida familiar brasileira ao longo do tempo" (SAMARA, 2002, p. 1). Assim, de acordo com Sousa (2008, p. 20-21), "apesar dela não ser predominante, é ideologicamente dominante, por isso, tem grande influência na formação do modelo familiar brasileiro que permanece por muito tempo como ideal".

No entanto, apesar da grande influência do modelo patriarcal, pesquisas sobre a formação da família brasileira, evidenciam que "as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes" (SAMARA, 2002, p. 1). Nesse sentido, que a obra de Freyre (1987), que descrevia um contexto específico das áreas de lavoura canavieira do Nordeste, "foi impropriamente utilizada e deve ser reelaborada nos estudos de família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população" (SAMARA, 2002, p. 1).

> Certamente não há apenas uma única constituição familiar, outros arranjos, principalmente advindos das classes sociais mais pobres, se formam, entretanto, por não deterem os meios de soberania e por possuírem valores diversos e próprios da cultura popular têm menor influência na concepção dominante de família (SOUSA, 2008, p. 21).

Para Almeida (2001) existe uma mentalidade ligada à família patriarcal em que a origem é a unidade rural escravista, que perpassam não apenas a nossa história, mas inúmeras características de nossa mentalidade atual. Assim, para a autora,

> pensar, portanto a família patriarcal como uma mentalidade, [...] permite integrar a história da família a história da sociedade brasileira, interligando o espaço privado e o público, tal como se combinaram no Brasil tradicional. [...] Além disso, permite perceber como toda a atual modernização material parcial do país não consegue eliminar as idiossincrasias nacionais, as nossas "mais belas tradições", que apenas mudam de roupagem para renascer vigorosas. Ou seja, permite perceber que a modernidade da mentalidade tem raízes profundas na cultura nacional, que por sua vez tem na memória a estrutura de classes que formou a nação, ou seja, os homens proprietários, os escravos e os homens livres pobres e dependentes dos proprietários (ALMEIDA, 2017, p. 9).

Atrelada a essa questão, é importante destacar que o Estado contribuiu para disseminar e impor o modelo patriarcal, uma vez que, um grave problema para a formação das famílias referia-se as questões de legalização das uniões, sobretudo, para as classes pobres, pelos procedimentos e posse dos documentos terem alto custo (SILVA; CHAVEIRO, 2009).

> No Brasil, pode-se dizer que, o Estado agiu no sentido de restringir o acesso às formas legais de família aos setores mais privilegiados da população. De modo geral a constituição da sociedade brasileira: tenta fortalecer o vínculo familiar das classes dominantes e dificultar os das classes pobres. Mas tem em comum a dominação do homem sobre a mulher (DURHAM, 1982 *apud* SILVA; CHAVEIRO, 2009, p. 176).

Apesar do grande resquício de uma mentalidade atrelada ao modelo patriarcal de família, que foi evoluindo até a consolidação do modelo nuclear, cada vez mais as famílias fogem desse modelo e vivenciam grandes mudanças tanto em sua composição quanto nas relações entre os indivíduos.

As transformações sociais das famílias brasileiras estão ligadas às transformações econômicas, políticas e culturais vivenciadas no país ao longo do tempo. "A revolução industrial, a modernização, a urbanização e principalmente, as mudanças nas relações de trabalho afetaram a instituição familiar e as formas de regulamentação da procriação, da família na escola, da família no trabalho, enfim, do "ser família"" (SILVA; CHAVEIRO, 2009, p. 176).

Na evolução da estrutura familiar no contexto brasileiro, percebe-se que "no período entre 1910 a 1940, predominava a família nuclear, com muitos filhos, havendo uma hierarquização clara nas relações familiares e uma divisão de tarefa em função do gênero" (DESSEN, 2010, p. 204). Para a autora, a família da primeira metade do século XX já era caracterizada como família da modernidade, em função do desenvolvimento do capitalismo industrial, da coexistência de um contexto predominantemente agrário e do crescente movimento do êxodo rural que influenciaram o modo de vida familiar desse período.

Para Dessen (2010, p. 204), "na década de 50, as famílias eram constituídas basicamente por pai, mãe e filhos que obedeciam ao pai, econômica e afetivamente". Diferente da geração anterior, a partir dos anos 50 e começo dos anos 60, os casais passaram a ter uma média de três as quatro filhos. No âmbito das relações sócias houve importantes e decisivas transformações no papel feminino, mas somente no final da década de 60 que a participação social da mulher traçou mudanças evidentes na família (DESSEN, 2010).

O final dos anos 60 e as décadas de 70 e 80 marcaram a estrutura familiar, uma vez que, houve "uma diminuição significativa do número de filhos, que passou de três a quatro filhos para dois a três, em média" (DESSEN, 2010, p. 206). Essas mudanças foram influenciadas, sobretudo pela entrada da mulher no mercado de trabalho, pela

crise econômica dos anos 80, por novos valores na criação dos filhos, difusão da pílula anticoncepcional e o aumento da escolarização feminina, entre outros fatores significativos (MONTEIRO, 1998; RIBEIRO; SABÓIA; BRANCO; BREGMAN, 1998 *apud* DESSEN, 2010).

Para Vieira (1998) referenciada por Dessen (2010), no âmbito das relações familiares, as principais mudanças entre essas décadas foram:

> a)homem e mulher passaram de uma posição de diferentes, em termos de papeis e autoridade, para uma posição de identidade idiossincrática; b) as relações parentais passam de extremamente hierarquizadas para mais igualitárias, c) a identidade calcada na posição, sexo e idade da pessoa, com a autoridade paterna inquestionável, passa a ser baseada mais nas diferenças pessoais do que nas sexuais, etárias e posicionais, dando início à chamada crise da autoridade na família, e d) a família passa de uma rede mais extensa para uma mais nuclearizada, fragmentada e privatizada (p. 206).

Diante desse contexto, o retrato da família dos anos 90 foi fortemente marcado pelas transformações ocorridas na década anterior. De acordo Dessen e Torres (2002) referenciados por Dessen (2010, p. 206), "as formas alternativas de convivência familiar passaram, nessa década, a ser cada vez mais frequentes, em um cenário social marcado por reformulações constantes de projetos, vontades e aspirações individuais".

Assim, entende-se que as transformações na sociedade brasileira ao longo dos anos impactaram consideravelmente a família, pois ela deixa a simples condição de reprodução dos indivíduos, e expressa maior preocupação com os seus integrantes. Para Oliveira (2009, p. 67) "as transformações sociais, construídas na segunda metade do século XX e reconstruídas nesse início do século XXI, redefiniram também os laços familiares. A afirmação da individualidade pode sintetizar o sentido de tais mudanças, com implicações nas relações familiares".

Portanto, a família como vem se modificando e alterando as suas estruturas nos últimos tempos, torna-se impossível identifica-la como um modelo único ou ideal (OLIVEIRA, 2009). "Lidar com a família hoje é lidar com a diversidade, que pode ser classificada em várias tipologias" (MOREIRA, 2002 *apud* SILVA; CHAVEIRO, 2009, p. 179). Assim, a família na contemporaneidade se desdobra em múltiplas formas e numa complexidade de relações.

### 2.2. As famílias no contexto contemporâneo brasileiro

"Chega, assim, a família, à era da contemporânea, em que, através das mudanças dos costumes, seus valores se modificam, passando a sua gênese a estar mais fincada no

afeto e na valorização da dignidade da pessoa humana, observadas a peculiaridade que envolve o ser individualmente considerado" (MALUF, 2010, p. 28).

A família não é identificada, nos dias de hoje, nem pelo casamento e nem pela diferença de sexo, mas pela presença de um vinculo afetivo entre as pessoas e que possuem projetos de vida e propósitos em comum, criando um comprometimento mútuo. Os novos modelos de família fundam-se "sobre os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudemonismo[4] [...]. Agora, a tônica reside no individuo, e não mais nos bens ou coisas que guarnecem a relação familiar" (DIAS, 2007, p. 41).

Para Trad (2010, p. 27), "as transformações na família não se limitam ao âmbito da estrutura. Modificam-se também papéis e relações familiares, que se tornam menos hierarquizados e mais flexíveis. Isto não quer dizer ausência de conflitos e disputa de poder". Se por muito tempo a autoridade paterna foi inquestionável, nota-se a conquista da população feminina nas relações de autoridade e poder na família, marcando consideravelmente as relações de gênero na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, fala-se muito em crise da família, de certa desordem e até mesmo no desaparecimento da família. No entanto, é preferível falar em complexidade da família com suas múltiplas possibilidades de organização (FÉRES-CARNEIRO, 1999ª, 2003; 2008 *apud* FÉRES-CARNEIRO e MAGALHÃES, 2011, p. 118). Paras as autoras, a diversidade dos arranjos familiares contemporâneos, não acabaram com a lógica tradicional, nem a lógica moderna. A família ainda continua sendo uma importante mediadora entre o indivíduo e a sociedade e diante da existência de diferentes modelos de famílias, os valores e posições são continuamente reformulados e renegociados.

Assim, "as estruturas familiares são guiadas por diferentes modelos, com variantes no espaço e no tempo, com a pretensão de atender as expectativas da sociedade e as necessidades do homem" (TERCIOTI, 2011, p. 37). Para o autor, "não podemos fincar um modelo uniforme de família, porque elas acompanham os movimentos sociais, fazendo adaptações de acordo com a época" (TERCIOTI, 2011, p. 38).

[4] O que se convencionou chamar de família eudemonista, caracterizada pela busca da felicidade pessoa e solidária de cada um e seus membros (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 11).

Desta forma, voltando-se para a realidade brasileira, os indicadores sociodemográficos mais atuais evidenciam a multiplicação de arranjos familiares que fogem ao padrão da típica família nuclear, como as famílias monoparentais, os domicílios unipessoais, a diminuição do número de filhos por casal, ou até mesmo aqueles que optam por não ter filhos, as famílias homoparentais, as formadas por pais divorciados, aquelas formadas por pessoas que optaram por ter e criar seus filhos sozinhas (produção independente), entre outros (TRAD, 2010; AVENA, 2013).

De acordo com Gelinski e Moser (2015) é importante ressaltar cinco elementos de mudanças nas famílias brasileiras observadas a partir desses indicadores sociodemográficos:

*A queda substancial do tamanho da família*. Se em 1981 o número médio de pessoas por família era de 4,3, em 2011 esse número caiu para 3,1 e em 2013 o número passou para 1,59. A explicação pode ser atribuída à queda significativa que a taxa de fecundidade, vem apresentando nas últimas décadas. Em 1960 o número médio de filhos por mulher era e 6,3, entre 2000 e 2013 esse número cai de 2,39 filhos por mulher para 1,77.

*Aumento da idade média da população*. Os números revelam uma elevação da expectativa de vida. Em 1940 a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 45,5 anos, em 2010 passou para 73,48 e para 2050 a estimativa é de alcançar 81,3 anos. Isso reflete diretamente nas mudanças na estrutura etária da população, ocasionando sérios problemas ao financiamento da previdência social.

*Manutenção da taxa de nupcialidade legal e aumento do número de divórcios*. Nas últimas três décadas (de 1984 a 2014), o número de divórcios cresceu de 30,8 mil para 341,1 mil, ante 130,5 mil registros em 2004. É um salto de 161,4% em dez anos. Com a taxa geral de divórcios passando de 0,44 por mil habitantes na faixa das pessoas com 20 anos ou mais de idade, em 1984, para 2,41 por mil habitantes em 2014.

A*umento do número de famílias cuja pessoa de referência é a mulher*. Esse indicador é um dos mais reveladores em termos da nova configuração das famílias. Em 1985 as mulheres eram responsáveis por 18,2% dos lares, percentual que se elevou para 27,3% em 2001 e 39,8 em 2014. Em termos absolutos significa que em 2014, 27,7 milhões de lares eram chefiados por mulheres.

*Aumento do número de famílias unipessoais*. Dentre todos os arranjos familiares, este foi o que teve o crescimento mais expressivo. As pessoas que moram sozinhas representavam 14,4% da população do ano de 2014. O que representa um crescimento em relação a 2010, quando a participação era de 10% no total. O total de arranjos unipessoais passou de 56,4 milhões, em 2004, para 70,2 milhões, em 2014.

"Apesar de todas as grandes mudanças que a família vem sofrendo, das suas mais diversas formas de constituição, há ainda, no imaginário de muitos, a concepção de que a única família de verdade é aquela constituída de pai, mãe e filhos, cada um com seus respectivos papéis" (GIRALDI; WAIDEMAN, 2007, p. 8).

Dentro dessa perspectiva, deve-se considerar que, mesmo as novas configurações familiares estarem ganhando cada vez mais visibilidade, ainda existe preconceitos, pois não se voltam aos padrões tradicionais. As famílias monoparentais, homoparentais, recompostas, adotivas, unipessoais, casal sem filhos, entre outras, propõem novas formas de ligações afetivas, e, por isso, não se pode afirmar que são socialmente aceitas por completo pela sociedade.

O embate entre a realidade e ideologia existente torna essa relação um tanto complexa e revela que a estrutura familiar está intimamente ligada à conjuntura social. A família atual exerce um importante papel dentro da ideologia vigente, uma vez que, o seu papel hoje se diferencia dos papéis encarregados a ela nos diferentes períodos da história (GIRALDI; WAIDEMAN, 2007).

Nesse sentido, não se pode negar a importância da família para a essência da sociedade e como lugar privilegiado para a formação das pessoas. O conceito de família tomou outra dimensão no mundo contemporâneo e valoriza e respeita a dignidade do ser humano, o momento histórico vigente, [...] a descoberta de novas técnicas científicas, a tentativa da derrubada de mitos e preconceitos, fazendo com que "o indivíduo possa, para pensar com Hanna Arendt, sentir-se em casa no mundo" (MALUF, 2010, p. 9).

Para Dias (2007, p. 40),

> faz-se necessário ter uma visão pluralista da família, abrigando os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar a identificação do elemento que permita enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente das estruturas interpessoais que permita nominá-las como família. Esse referencial só pode ser identificado na afetividade.

Nesse entendimento, que as famílias monoparentais reforçam o caráter da família contemporânea, que "se transformaram devido, principalmente, às relações de gênero" (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p. 125). Para as autoras, a mulher que se torna a pessoa de referência da família, com filhos originados do casamento ou de um projeto individual, é considerada autônoma e tem um reconhecimento social muito maior do que algumas décadas atrás. No entanto, destaca-se que muitos homens vêm requerendo a responsabilidade total pelos filhos, quebrando também padrões de gênero relacionados ao convívio familiar e as novas formas de exercer a paternidade.

Desse modo, essa é uma discussão revela um caminho muito mais longo e profundo, tornando-se inviável considerar apenas um conceito de família. É preciso um exercício constante de pensar o que é família, entender que ela possui complexidades e especificidades e está inserida em diversos contextos. Diante dessa realidade, se encontra a família monoparental, que se impôs como fenômeno social.

### 2.3. Famílias monoparentais

Falar de famílias monoparentais é reconhecer, primeiro, a pluralidade dos arranjos familiares, e a tomada de consciência na abertura de um espaço teórico para problematizar as questões acerca desse modelo de organização familiar.

A monoparentalidade não deve ser observada, no ocidente, como um fenômeno novo, pois, ela sempre existiu. "Sempre existiram pessoas que criaram e educaram seus filhos sozinhas, no entanto, a partir dos anos 60, ocorreu um aumento considerável de divórcios e este tipo familiar saltou aos olhos da sociedade" (SANTOS; SANTOS, 2009, p. 8). Mas, o fenômeno não era percebido como uma categoria específica, o que explica a sua marginalidade no mundo jurídico (LEITE, 2003, p. 21).

No entanto, o primeiro país a enfrentar essa questão foi à Inglaterra, ao perceber através dos dados estatísticos a pobreza decorrente dos rompimentos matrimoniais e com as consequências que surgiram a partir desse fato, passando a se referir as *one-parent families ou lone-parent families* (LEITE, 2003).

Mas foi através da França que a terminologia "família monoparental" ganhou a Europa continental, a partir de um estudo realizado em 1981 pelo Instituto Nacional de

Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) [5], e a partir de então, o conceito se espalha por toda a Europa e hoje é conhecida no mundo como uma família formada por qualquer um dos pais (homem ou mulher) e seus filhos (LEITE, 2003; SOUSA, 2008).

A terminologia correta de monoparentalidade encontra diversas interpretações e algumas dificuldades para definir "o que é uma entidade monoparental e que crianças compõem esta entidade" (LEITE, 2003, p. 22). Para o autor, pode ter variações referentes ao limite de idade das crianças, 15 anos para alguns países e 25 para outros; pela atividade das crianças, se ela se encontra estudando ou não; ou a sua capacidade civil, ou seja, se ela é maior ou menor.

No Brasil, de acordo com a Constituição de 1988 limitou-se a falar em descendentes, o que leva a pensar que o vínculo entre pai e filho dissolve-se com a maioridade, ou seja, 18 (dezoito) anos, de acordo com a disposição que consta no artigo 5º do Código Civil brasileiro[6] (LEITE, 2003). Assim, para melhor entender essa questão, utilizou-se as explicação do autor para fazer uma síntese sobre as variações dessas definições em diferentes países (Quadro 1)

[5] O L'Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE), produz, analisa e divulga informações sobre a economia e a sociedade francesa. É semelhante ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) no Brasil.

[6] Art. 5 do Código Civil – Lei 10406/02: A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:
I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
II - pelo casamento;
III - pelo exercício de emprego público efetivo;
IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;
V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

**Quadro 1 - Definição de monoparentalidade.**

| País | Filho dependente | Entidade monoparental |
|---|---|---|
| Alemanha | Até os 18 (dezoito) anos | Integradas num lar onde vivem outras pessoas quanto as que constituem um grupo independente. |
| Bélgica | Nenhum limite de idade é fixado | Vivem isoladamente ou independentemente. |
| Estados Unidos | Menos de 18 (dezoito) anos | São tanto as que vivem isoladamente como aquelas que vivem com outros parentes; |
| França | Menos de 25 (vinte e cinco) anos | Integradas num lar onde vivem outras pessoas quanto as que constituem um grupo independente. |
| Inglaterra | Menos de 16 (dezesseis) anos, ou menos de 19 (dezenove) anos se estuda em período integral | Inseridas num contexto familiar (vivendo com parentes ou afins), ou vivendo isolada e independentemente. |
| Irlanda | Menos de 15 (quinze) anos | Inseridas num contexto familiar (vivendo com parentes ou afins), ou vivendo isolada e independentemente. |
| Países Baixos | Nenhum limite de idade é fixado | Vivem isolada e independentemente. |
| Suécia | Limite na idade de 16 (dezesseis) anos | Configura onde existe independência. |
| Suíça | Nenhum limite de idade é fixado | São tanto aquelas que vivem com outras pessoas (na maioria das vezes, parentes) como as que se constituem isolada e independentemente. |

Fonte: Elaborado a partir de Leite (2003, p. 22-23).

Para Costa (2002), ao analisar as diferenças nas definições e caracterizações de uma família monoparental em diferentes posturas legislativas, pode-se verificar dois elementos:

> Primeiramente que a família monoparental não é exclusividade de uma única sociedade, e sim um fenômeno que tem ocorrido em diversos países, mas que mantém a característica comum de a mãe (*ou o pai*) viver com o seu filho de forma independente. O segundo elemento, necessariamente ligado ao primeiro. É de que muitas causas que levam a situação são comuns, mas outras dependem muito do tipo de sociedade e características típicas de cada país (COSTA, 2002, p. 23, grifo e parêntese nosso).

Assim, entende-se que a monoparentalidade, cuja definição é bastante ampla, é efetivada e pode ser conhecida a partir do momento que um dos pais convive com seus filhos. Ela pode ser desencadeada por diferentes motivos, entre eles, o aumento da incidência de divórcio, a viuvez, o abandono, adoção, ou por mudanças de valores sociais em relação ao casamento, como a monoparentalidade por uma questão de opção (produção independente).

"O fim dos vínculos afetivos com prole é o principal gerador de monoparentalidade. Quando da separação dos pais, normalmente os filhos focam sob a guarda de um dos genitores, na grande maioria das vezes, na companhia da mãe" (DIAS, 2007, p. 194). A monoparentalidade decorrente do divórcio tende a se expandir diante de duas tendências atuais: a precocidade dos casamentos e a diminuição da frequência de novos casamentos daqueles que se divorciaram (LEITE, 2003).

"O crescimento permanente das taxas de divórcios atinge os mais diversos segmentos sociais: ou se trata de casais há muitos anos separados de fato, onde um dos cônjuges se opunha ao divórcio, ou o divórcio decorre da fragilidade das uniões, desde o início" (LEITE, 2003, p. 38).

Outra forma da causa da monoparentalidade é o falecimento de um dos cônjuges ou companheiro, ou seja, a viuvez, que de forma acidental, pode levar, de maneira compulsória que um dos cônjuges assuma a sua prole (TERCIOTI, 2011). De acordo com Leite (2003), a monoparentalidade era desencadeada, sobretudo pela viuvez, no entanto, a partir de 1982 essa tendência veio diminuindo se considerarmos o aumento da esperança média de vida dos homens (no caso da viuvez feminina) e a fragilidades dos casamentos que tendem a se desfazerem pela separação ou divórcio, ante da morte de um dos cônjuges.

A adoção é outra causa da monoparentalidade, que "por expressa permissão do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), qualquer pessoa com plena capacidade e independentemente do estado civil pode adotar (ECA 42) [7]. Ainda que a doutrina mais conservadora considere a adoção por solteiros como o ponto mais inquietante da monoparentalidade" (DIAS, 2007, p. 195).

[7] Art. 42. do Estatuto da Criança e do Adolescente: Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

Para Leite (2003), manter-se se solteiro passou a significar um modelo de vida, sobretudo, por pessoa com maior poder aquisitivo, motivadas por escolhas pessoais e profissionais. Assim, a ocorrência de fatores de ordem socioeconômica interferiu, decisivamente, no aumento da monoparentalidade. "O acesso da mulher ao mercado de trabalho, o controle da concepção, uma certa indulgência social e as mudanças na legislação ordinária civil são elementos não negligenciáveis na apreciação do perturbador fenômeno" (LEITE, 2003, p. 60).

De acordo com Dias (2007), de modo muito frequente, muitas mulheres solteiras que desejam ter filhos fazem o uso da inseminação artificial. A família monoparental proveniente desse procedimento tem gerado muitas controversas. No entanto, o reconhecimento do princípio de igualdade não admite negar à mulher solteira o uso de técnicas de reprodução assistida, e nem o direito ao planejamento familiar, que é constitucionalmente assegurado.

Além dessas situações destacadas acima, outro fator que desencadeia a monoparentalidade é o abandono. Por mais que na forma atual a monoparentalidade tenha ganhado destaque como forma voluntária, "nas camadas mais baixas na sociedade tal voluntariedade está, ainda, longe da realidade" (COSTA, 2002, p. 39). As formas involuntárias desse fenômeno se manifestam através:

> As "maternidades impostas", quando se trata de mães solteiras que não quiseram nem ter, nem conservar seu filho, mas que a perda dos prazos legais, autorizando a interrupção voluntária de gravidez [...]; as "maternidades involuntárias", na medida em que, embora não desejando a gravidez, certas mães solteiras decidem assumi-la e, portanto, educam sozinhas seus filhos (LEITE, 2003, p. 58).

Mesmo em proporção menor em relação às mães solteiras, há também a monoparentalidade originada de pai solteiro, em virtude do abandono deste por parte da mãe, ou falecimento desta (FUJITA; TARTUCDE; CASTILHO, 2006 *apud* TERCIOTI, 2011).

Assim, para Leite (2003, p.124). "em se tratando do Brasil, o fenômeno da monoparentalidade, decorrente das mães solteiras, assume contornos próprios e características especiais que merecem considerações à parte". Para o autor, em um dos países mais desiguais do mundo é fundamental que se leve em consideração, também, as motivações que desencadeiam a monoparentalidade que, certamente são diversas daquelas constatadas na classe média.

Os indicadores sociodemográficos evidenciam a expressividade das famílias monoparentais femininas em relação às famílias monoparentais masculinas. No entanto, concorda-se com Scott (2002), citada por Macêdo (2007), quando diz que,

> parece ser bastante plausível afirmar que, o que vai assegurar a relevância aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres, ou ainda ao "vetor" mulheres chefes de família, não parece ser o relativo crescimento estatístico desse tipo de arranjo, mas sim a complexidade de uma pluralidade de fatores que se articulam para a constituição da problemática (p. 157).

Assim, para entender a complexidade acerca da monoparentalidade feminina (e também da masculina) é preciso ir além dos dados demográficos. As famílias monoparentais precisam ser vistas como um resultado de um conjunto de fatores econômicos, culturais e sociais que influenciam diretamente em suas trajetórias.

Desse modo, a expressividade das famílias monoparentais como um fenômeno social da contemporaneidade, entre as outras formas familiares, "desencadeia questionamentos que levam inclusive a ordem jurídica a reconsiderar o parâmetro tradicional de família; com isso, progressivamente tais famílias conquistam legitimidade" (SOUSA, 2008, p. 40).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 ampliou o conceito de família, reconhecendo como entidade familiar o núcleo formado por um dos genitores em companhia de sua prole, a família monoparental. A partir do artigo 226, §4º,"entende se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes".

No entanto, Caeiro e Ceccon (2010) expressam que, "de certo, resta-nos clarividente que a análise da família monoparental no Brasil, é restrita ao campo do Direito Constitucional, pois lhe falta reconhecimento no âmbito do Civil". E, acrescentam que, a família monoparental possui uma estrutura própria, por isso, suas características e problemáticas merecem uma análise minuciosa.

> Salta aos olhos ainda, diante dos estudos empíricos apontados, que a falta de transparência jurídica da monoparentalidade brasileira, embora tenha sido reconhecida constitucionalmente e com isso, alcançado um passo grandioso, ainda é latente. Entretanto, afigura-se como de suma relevância a regulamentação da matéria ora em análise, pela legislação ordinária pátria, sendo necessário tal esforço jurídico para a confirmação da estrutura e limitação dos direitos e deveres dessa entidade (CAEIRO; CECCON, 2010, s/p).

A contribuição dos autores permite elucidar que é preciso que o Direito Civil institua a família monoparental como sujeito de direito, para que de fato o Estado

intervenha de forma específica nas problemáticas dessas famílias. Isso significa que em muitos contextos as famílias monoparentais possuem uma estrutura mais frágil, tendo em vista que o genitor, quase sempre a mãe, tem que dividir seu tempo entre as obrigações de cuidado e de sustento dos filhos, e sofrendo muitas vezes discriminação ainda presente no mercado de trabalho ao ganhar menos que o homem na mesma função (PINHEIRO, 2012).

Diante dessa realidade, surge a necessidade de criar políticas públicas que se voltem para a proteção das peculiaridades das famílias monoparentais, garantindo as mesmas condições visualizadas nas famílias biparentais. Para Brito (2007), a família, enquanto objeto de políticas públicas, ainda carece de um olhar mais privilegiado e mais central nas diretrizes e nos programas que são direcionados a agenda da política social brasileira.

Para Leite (2003), os problemas da família monoparental são semelhantes aos de muitos outros grupos sociais que se encontram marginalizados em razão de dificuldades econômicas, tendo em vista que a diminuição de sua renda (quando ocorre ruptura) ou a permanência do baixo nível de renda (em caso da monoparentalidade existir desde o nascimento do filho na maternidade solteira) "nos levam a reconhecer que as taxas de pobreza destas entidades familiares são sempre mais elevadas do que a da população geral" (p. 292).

Nesse contexto, entende-se a importância de políticas públicas voltadas especificamente para as famílias monoparentais, por reconhecer essa abordagem "como um fenômeno preocupante, pois, embora ainda constitua uma minoria (que cresce, constantemente) no programa geral das famílias, a novidade da precariedade reside no fato que o número crescente de pessoas desfavorecidas são mulheres e crianças" (LEITE, p. 292).

> A primeira questão que surge é esta: saber como o Estado pode reduzir os riscos materiais aos quais estão expostos os pais sozinhos e seus filhos. Ou melhor, as fontes de renda, que sejam privadas (de uma pensão, por exemplo) ou públicas (decorrente de um trabalho fora do lar) são suficientes para manter esta mãe e seus filhos? Caso negativo, o Estado pode melhorá-las? O Estado deve melhorá-las? Quando? Como? O que é uma renda suficiente? O que significa um limite, mínimo, a partir do qual a família esta condenada à pobreza? O que é um parâmetro médio? (LEITE, 2003, p. 189-190).

Assim, para Sousa (2008), independente da causa que origina a monoparentalidade, é fato que o crescimento desse modelo familiar atinge todas as classes sociais. "A ascensão das famílias monoparentais leva especialistas das diversas

áreas do conhecimento a refletirem cuidadosamente sobre esse tipo de organização familiar que se coloca como um fenômeno social dos tempos modernos" (p. 39).

Para tanto, estudar a família monoparental, requer também reconhecer que a reorganização do espaço privado, do lar, da criação dos filhos, tem criado grandes mudanças na condição masculina e a sua relação com a família. Nesse sentido cria-se a necessidade de colocar em destaque a investigação sobre a família monoparental masculina.

### 2.4. Famílias monoparentais masculinas

Entre as mudanças que permeiam a família contemporânea, a figura paterna encontra-se em destaque. No entanto, apesar de não ser ainda a família monoparental masculina estatisticamente tão significante quanto à família monoparental feminina, essa discussão não deixa de ser relevante na literatura sobre família. (BITTELBRUNN; CASTRO, 2010).

Alguns autores colocam a figura paterna como ponto de maior desgaste e de maior resistência no ambiente familiar, passando por papeis tradicionais de divisões de tarefa e sobre uma perspectiva de um novo pai, ocupando uma posição mais participativa e afetiva nas relações intrafamiliares (MONTGOMERY. M., 1998 *apud* BITTELBRUNN; CASTRO, 2010).

Culturalmente o cuidar e as manifestações afetivas para com os filhos estão intimamente ligados à maternidade, ou seja, uma boa mãe é aquela que cuida, dar carinho e alimenta. Por outro lado, a paternidade é o posto da maternidade, o bom pai é aquele que não deixa faltar alimentos e dá lições para a vida dos filhos, a paternidade está associada ao papel de provisão material (FITERMAN, 2012).

Estereótipos de gênero como esses desvalorizam a participação do homem na vida dos filhos e reforçam a ideia de que,

> para o pai a primeira responsabilidade social é com o provimento financeiro da família, o que significa que ser pai não é só ter filhos, mas conseguir mantê-los. Com isso, o trabalho remunerado é a referência fundamental para o exercício da paternidade sendo sua contribuição emocional raramente vista como de igual importância (LOPES, 2009 *apud* FITERMAN, 2012, p. 40).

No entanto, as mudanças no comportamento dos pais quanto a suas funções vêm mostrando uma nova "cultura da paternidade", em que os pais estão presentes na

criação dos filhos e tem uma participação mais afetiva no cotidiano familiar (LOPES, 2009 *apud* FITERMAN, 2012).

Por outro lado, ainda que esse novo modelo de paternidade seja parte de um movimento que ganha força na atualidade, o que se nota é que tais mudanças ainda são muito incipientes e que concepções tradicionais de paternidade predominam na realidade (BORNHOLDT; WAGNER; STAUDT, 2007; FREITAS *et al*., 2009 *apud* CÚNICO, 2014). Sobre essa questão, Silva e Piccinini (2004), utilizados por CÚNICO (2014), questionam se essa nova concepção de paternidade não estaria mais presente no discurso dos pesquisadores e da sociedade de forma mais ampla, do que de fato na prática cotidiana e permanente dos pais contemporâneos.

Porém, ao situar a família monoparental masculina nesse contexto, "percebe-se que há uma demanda social para que os pais contemporâneos exerçam uma paternidade mais implicada e ativa no que se refere à convivência e aos cuidados com os filhos" (CÚNICO, 2014, p. 35), pois, independe da forma como esses pais assumiram unicamente os filhos (seja pelo motivo de separação ou divórcio, viuvez, ou por livre escolha, como por exemplo, a adoção), não podem contar com a presença diária das mães dos seus filhos.

Durante muito tempo, foi comum, após um processo de divórcio, os filhos ficarem sob a guarda da mãe, sendo que eram poucas as chances do pai obter tal direito. No entanto, como nos coloca Piacenti (2003), tal situação vem-se alterando com o passar dos anos, ou seja, o pai tem tanto direito de guarda dos filhos tanto quanto a mãe.

Os aspectos culturais e históricos que por muito tempo ficaram enraizados e que davam vantagens à mãe na obtenção da guarda dos filhos sofreram grandes transformações na sociedade, sobretudo pelas mulheres terem conquistado o espaço do mercado de trabalho. Ou seja, homens e mulheres vêm assumindo a responsabilidade de sustentar a casa, e por isso, mudaram também as premissas de que a mãe sempre deve ficar com os filhos após a separação (PIACENTI, 2003).

Ainda sobre essa questão, Zamberlam (2001) nos diz que, os novos papéis assumidos pela mulher no espaço público, exigindo uma reorganização no espaço privado, na organização do espaço familiar, estão cada vez mais presentes, sendo que

as mudanças na condição feminina na sociedade têm sido determinantes e impulsionadoras da transformação da condição masculina.

Desse modo, Piacenti (2003) completa que apesar das mudanças de hábitos e da própria legislação, a aguarda quase sempre foi materna, devendo, no entanto, levar em consideração que os filhos devem ficar com quem lhes proporcionar melhores condições de vida, seja no aspecto social ou emocional.

> A concessão de guarda ao genitor que melhor tiver condições de exercê-la é um ganho não para aquele que irá exercê-la, mas para os filhos que terão os seus direitos fundamentais contemplados de forma mais sólida e responsável. Desta forma, caso o pai tenha possibilidades de exercer a guarda dos filhos mais satisfatoriamente do que a mãe, não há dúvidas que a ele deverá ser dada tal responsabilidade (PIACENTI, 2003, s/p).

Assim, Correia (2010) ao analisar as famílias monoparentais em Portugal, nos fala que nas transformações do modelo tradicional masculino as novas pluralidade dos papéis do homem produz uma gama de questões, seja nas formas de construção desse "novo" caráter social e familiar do homem, seja nas mudanças simbólicas que isso pode representar no cotidiano das famílias e na própria sociedade.

Para além, a autora traz uma questão muito importante, quando diz que a conciliação entre trabalho e família deixa de ser um problema exclusivo das mulheres para passar a ser também uma preocupação dos homens. E quando se trata de uma família monoparental, funções de cuidado como saúde, escola, lazer, sustento financeiro trazem um complicador ainda maior, por ter um único adulto responsável pela família.

Dessa forma, a tarefa de conciliar trabalho e família pode ser vista como uma mudança social simbólica e de gênero, na vida familiar do homem. Assim, "pensar o papel do pai é olhar para uma rede de relações que superpõe de maneira complexa" (CERVENY; CHAVES, 2010, p. 43). E mais, "a paternidade contemporânea não está definida, e sim em construção. É incerta e frágil, não tem referência como tal, pois o modelo tradicional não serve mais [...]" (CERVENY; CHAVES, 2010, p. 45).

Nos desafios de conciliar trabalho e paternidade é bem comum que as demandas vindas do trabalho e da família se sobreponham, causando impactos e conflitos nessa conciliação. Desse modo, Cia e Barham (2006), citadas por Santos (2016, p. 167), destacam que nesse contexto,

> [...] a sobreposição das demandas de cada esfera [trabalho e família] acaba exigindo que os indivíduos escolham entre os dois papéis, tendo que optar entre as necessidades familiares e as solicitações ou demandas do trabalho. Geralmente, o processo de escolha entre as demandas familiares ou de

> trabalho acaba acarretando custos, tanto para a esfera familiar quanto para a profissional.

Entende-se o quanto esse cenário se torna um quadro complexo, principalmente quando os filhos ainda são pequenos. No entanto, concorda-se com Santos (2016, p. 170) quando nos diz que, "não há espaço para o homem e pai contemporâneo escolher entre o trabalho ou família (e paternidade), abdicando das responsabilidades que compõem a outra dimensão". E essa é uma questão primordial para entender a organização de uma família monoparental masculina, ou seja, tanto o trabalho quanto a família se tornam extremamente relevantes.

Desse modo, pode-se perceber que apesar das famílias monoparentais masculinas apresentarem uma parcela muito estreita do quadro das famílias monoparentais e, sobretudo dos demais modelos de famílias presentes na sociedade, é preciso reconhecer, assim como Correia (2010), que talvez seja este um dos motivos porquê se saiba tão pouco desses pais que vivem sós com seus filhos. Por isso, buscou-se traçar o perfil demográfico desse modelo de família no Brasil e verificar os dados relativos ao gênero, idade, estado civil, escolaridades, ocupação no trabalho, entre outros, e buscar levantar alguns aspectos da organização familiar, como por exemplo, quando se trata da relação família e trabalho.

# 3. METODOLOGIA

## 3.1. Caracterização da pesquisa

Para responder os objetivos desse estudo foi utilizada a associação entre duas estratégias metodológicas. A primeira, quantitativa, sobre o perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil, a partir dos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, comparando os anos de 2005 e 2015. A escolha dos dados secundários é importante pela abrangência nacional sobre a temática proporcionando conhecer o perfil desses arranjos domiciliares em todas as regiões do país e por permitir uma comparação no período de dez anos.

A segunda estratégia metodológica, qualitativa, é uma análise das entrevistas realizadas em Viçosa-MG, com homens que vivem sem cônjuge e que são os únicos responsáveis pelos seus filhos, ou seja, homens que são a pessoa de referência[8] dos domicílios monoparentais masculinos. A pesquisa qualitativa possibilitou conhecer as famílias monoparentais masculinas, sendo estes núcleos familiares presentes na realidade contemporânea.

Assim, pensar em pesquisas que envolvam essas duas abordagens significa pensar em correntes pragmáticas que se caracterizam por duas visões centrais que alicerçam as definições metodológicas das pesquisas em ciências humanas dos últimos tempos. Elas podem ser definidas pela visão realista/objetivista (quantitativa) e a visão idealista/subjetivista (qualitativa) (QUEIROZ, 2006).

> Combinar métodos qualitativos e quantitativos parece uma boa ideia. Utilizar múltiplas abordagens pode contribuir mutuamente para as potencialidades de cada uma delas, além de suprir as deficiências de cada uma. Isto proporcionaria também respostas mais abrangentes às questões de pesquisa, indo além das limitações de uma única abordagem (SPRATT; WALKER; ROBISON, 2004 *apud* DAL-FARRA; LOPES, 2013, p. 72).

Com essa interação de dados é possível obter um olhar macro do tema em questão a partir dos dados quantitativos e ao mesmo tempo uma visão micro do fenômeno, a partir dos dados qualitativos. A combinação dessas duas estratégias mostra "uma maneira intuitiva de fazer pesquisa que está constantemente sendo mostrada em nossas vidas cotidianas" (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 19). Para além, os autores

[8] A definição da pessoa de referência na PNAD era da pessoa assim considerada pelos demais membros na família (IBGE, 2016).

dizem que “muitas maneiras são visíveis na vida cotidiana, e os métodos mistos tornam-se uma saída natural para a pesquisa” (p. 20).

Assim, apresenta-se a seguir as fontes de dados e as metodologias utilizadas nesse estudo. Em primeiro lugar são abordados os dados e a metodologia quantitativa e posteriormente, são abordados os dados e a metodologia qualitativa.

## 3.2. Análise Quantitativa

### 3.2.1. Base de dados: Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios

A análise dos dados quantitativos tem o propósito de permitir traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil e analisar como as características dessas famílias estão relacionadas às transformações sociodemográficas ocorridas no país nos últimos anos.

Para Creswell e Clark (2013) a pesquisa quantitativa permite uma compreensão mais geral de um problema, trazendo um entendimento que surge do exame de um número maior de pessoas, da avaliação das respostas de acordo com algumas variáveis.

No entanto, todo método existe suas limitações, como:

> Quando os pesquisadores estudam alguns indivíduos qualitativamente, a capacidade para generalizar os resultados para muitos é perdida. Quando os pesquisadores examinam quantitativamente muitos indivíduos, o entendimento de qualquer indivíduo isoladamente é diminuído (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 25).

Nesse sentido, utilizou-se neste estudo os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do ano de 2005 e 2015. A PNAD se constituiu como um importante instrumento que produziu informações contínuas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, a partir de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investigou diversas características socioeconômicas e demográficas, sendo algumas de caráter permanente, como características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, além de outras que foram investigadas com periodicidade variada, como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. (IBGE, 2016).

A PNAD foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais, sendo interrompidos

para a realização do Censo Demográfico dos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2016). Foi planejada para produzir resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) (IBGE, 2016).

A PNAD de periodicidade anual foi encerrada em 2016 com as divulgações dos resultados referentes a 2015. Ela foi substituída pela Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, planejada para "acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País" (IBGE, 2018, s/p). A periodicidade da pesquisa é mensal para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e apenas para o nível geográfico de Brasil. As de periodicidade trimestral abarcam os indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As de periodicidade anual para os demais temas permanentes da pesquisa e indicadores suplementares relacionados à força de trabalho, enquanto as de periodicidade variável procedem de outros temas ou tópicos dos temas permanentes (IBGE, 2018).

A escolha pela PNAD se justifica pelas ricas informações sobre o tema social, e especificamente o tema população, por trazer dados que permitiram compreender as características gerais da população, componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais, Família, Nupcialidade e Grupos Populacionais específicos. Essas informações deram base para conhecer as diferentes estruturas familiares das unidades domésticas, bem como seu padrão de organização, sobretudo os das famílias monoparentais masculinas.

### 3.2.2. Descrição da Amostra

Na PNAD 2005 foram pesquisadas 408.148 pessoas e 142.471 unidades domiciliares, enquanto na PNAD 2015 foram pesquisadas 356.904 pessoas e 151.189 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Elegeu-se a PNAD 2005 considerando que essa publicação alcançou abrangência geográfica completa de todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil, e a PNAD 2015, por ser a última pesquisa realizada anualmente. Além desses aspectos, as pesquisas possuem os mesmos temas e as mesmas variáveis.

Para alcançar os objetivos propostos, o universo da análise foi constituído por um banco de dados derivado da junção do arquivo de pessoas e domicílios da PNAD 2005 e 2015 referentes a todas as unidades da federação. Assim sendo, delimitou-se a amostra aos domicílios monoparentais, totalizando 13.323 em 2005, e 13.896 em 2015. Posteriormente, em grande parte do trabalho foi enfatizado os domicílios monoparentais masculinos.

### 3.2.3. Procedimento de Análise dos dados

A extração, o processo de tratamento e análise dos dados foi obtido por meio do programa estatístico STATA – *Data Analysis and Statistical Software, versão 14.0*, licenciado pela universidade Federal de Viçosa – UFV. O STATA prevê uma mensuração de "variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar suas influências sobre outras variáveis, mediante a análise de frequência de incidências e de correlações estatísticas" (CHIZZOTTI, 2005, p. 52).

Os microdados utilizados estão disponíveis no Banco de dados do IBGE. O uso de dados estatísticos tem se tornado cada vez mais importante em áreas científicas como a Sociologia, Geografia, Economia, Demografia, entre outas. Esse recurso constitui se uma verdadeira possibilidade, "tanto na investigação fundamental, permitindo análises para o avanço das ciências sociais, como na investigação aplicada, nomeadamente na que tem visado apoiar processos de planeamento, de decisão e de avaliação, em diversos domínios das políticas públicas" (MAURITTI *et al.*, 2002, p. 5).

Para os autores, no plano científico, o trabalho conduzido com acesso direto a microdados tem como vantagens a realização de análises mais fina de dados, a construção de variáveis compostas de tipos diversificados, adaptando a temas de investigação e parâmetros teóricos, desenvolvimento de análises multivariadas, entre outras possibilidades (MAURITTI *et al*., 2002).

### 3.2.4. Variáveis Selecionadas

Para identificar e caracterizar comparativamente o perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil, com base nos microdados da PNAD dos anos de 2005 e 2015, as variáveis de análise utilizadas foram organizadas em cinco grupos: características gerais, trabalho e rendimento, caracterização dos filhos, aspectos de cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade e caracterização do domicilio.

## a. Variáveis para definir as características gerais

- **Sexo**: masculino; feminino.
- **Idade**: idade em anos completos.
- **Condição na unidade do domiciliar**[9]: pessoa de referência; cônjuge; filho; outro parente; agregado; pensionista; empregado doméstico; parente do empregado doméstico.
- **Cor ou raça**: branca; preta; amarela[10]; parda[11]; indígena[12]; sem declaração.
- **Estado Civil**: casado (a); desquitado(a); ou separado(a) judicialmente; divorciado(a); viúvo(a); solteiro(a).
- **Sabe ler e escrever**: sim; não[13].
- **Anos de estudo**[14]: Sem instrução e menos de 1 ano; de 1 ano a 15 anos ou mais; não determinados.
- **Unidade da federação**: essa variável foi categorizada em regiões, definidas por Norte; Nordeste; Centro-Oeste; Sudeste e Sul.
- **Código de situação censitária**: urbana – cidade ou vila, área urbanizada; urbana – cidade ou vila, área não urbanizada; urbana – área urbana

[9] Veja a definição de cada condição no quadro 1.

[10] Compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc..

[11] Incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça.

[12] Considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia.

[13] Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

[14] A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados". Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

isolada; rural – aglomerado rural de extensão urbana; rural – aglomerado rural de extensão urbana; rural - aglomerado rural, isolado, povoado; rural - aglomerado rural, isolado núcleo; rural - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; rural – Zona rural exclusive aglomerado rural.

**b. Variáveis para definir trabalho e rendimento**

- **Trabalhou na semana de referência**: sim; não.
- **Número de trabalhos que tinha na semana de referência**: um; dois; três ou mais.
- **Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência**: até 14 horas; 15 a 39 horas; 40 a 44 horas; 45 a 48 horas; 49 horas ou mais.
- **Grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência**: Agrícola; outras atividades industriais; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades; atividades maldefinidas.
- **Cuidava dos afazeres domésticos na semana** de referência[15]: sim; não.
- **Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos**: 01 a 98 hora(s).
- **Rendimento mensal de todas as fontes**: valor R$[16]; sem declaração.

[15] Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador (es); Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; Cuidar de filhos ou menores moradores; ou Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

[16] Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência. O salário mínimo era de R$ 300,00 (trezentos reais) em setembro de 2005 e R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) em setembro de 2015.

**c. Variáveis para definir a caracterização dos filhos**

- **Sexo**: masculino; feminino.
- **Idade**: idade em anos completos.
- **Teve algum trabalho no período de referência**[17]: sim; não.
- **Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência**: sim, não.
- **Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos**: 01 a 98 hora(s).

**d. Variáveis para definir aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**

- **No período de referência dos últimos três meses, onde a criança ficava, normalmente, de segunda à sexta, no período da manhã**: em outra casa com um parente; em outra casa com não parente; em outro local creche ou escola; em outro local em instituição diferente de creche/ escola (igreja, centros comunitários, clubes, etc); outro local.
- **Principal motivo para a criança ficar neste local, no período da manhã**: é o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança; é o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de convivência com outras crianças, educação por um profissional capacitado, etc; não há condições financeiras para outras opções de lugar/cuidado; é função de alguém da família cuidar das crianças; não tece outra opção disponível; outro motivo.

**e. Variável para caracterização do domicílio**

- **Condição de ocupação do domicílio**: próprio – já pago; próprio – ainda pagando; alugado; cedido por empregador; cedido de outra forma; outra condição;

Assim, para trabalhar unicamente com os arranjos monoparentais masculinos houve a necessidade de criar a variável denominada "hhtype" para construir os

[17] Essa variável, e as demais variáveis sobre trabalho dessa parte, compreende o trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Para verificar o trabalho das pessoas na condição de filho com 10 anos ou mais de idade vamos utilizar a variável "Trabalhou na semana de referência", e as demais variáveis, descritas no grupo de variáveis de "trabalho e rendimento".

diferentes tipos de arranjos domiciliares. Após as configurações desses arranjos foi feito um recorte para trabalhar apenas com os domicílios monoparentais, dividindo esses em masculino e feminino. Essa variável mostrou que dentro de cada unidade domiciliar, as pessoas foram classificadas em função da relação com a pessoa de referência, de acordo com as definições apresentadas no Quadro 2:

**Quadro 2 - Condição na unidade domiciliar em função da relação com a pessoa de referência.**

| Posição no Domicílio | Condição na Unidade Domiciliar |
|---|---|
| **Pessoa de referência** | Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros; |
| **Cônjuge** | Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial; |
| **Filho** | Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge; |
| **Outro parente** | Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge; |
| **Agregado** | Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação; |
| **Pensionista** | Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação; |
| **Empregado doméstico** | Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); |
| **Parente do empregado doméstico** | Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família). |

Fonte: Síntese de Indicadores 2015/IBGE (IBGE, 2016).

Com base nessas definições os arranjos domiciliares foram categorizados da seguinte forma (Quadro 3):

**Quadro 3 - Arranjos domiciliares.**

| | |
|---|---|
| **Unipessoal** | Quando constituído somente por pessoa responsável pelo domicílio; |
| **Casal sem filhos** | Quando constituídas por pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge. Esses arranjos são conhecidos como DINC – Double Income, No Children ou DINK - Double Income, No Kids)[18] |
| **Casal com filhos** | Quando constituídos somente por pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge e com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a); |
| **Monoparental** | Quando constituídos somente por pessoa responsável pela unidade doméstica do sexo feminino ou masculino com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado(a); |
| **Família estendida** | Quando constituído por um ou mais núcleos familiares que convivem com outros parentes (responsável e cônjuge, com ou sem filhos, e outros parentes); |
| **Domicilio composto** | Quando constituído pela pessoa responsável, com ou sem parente(s), e com pelo menos uma pessoa sem parentesco agregado(a), pensionista, convivente, empregado(a) doméstico(a), parente do empregado(a) doméstico(a). |

Fonte: Adaptado do Censo Demográfico 2010/família e domicílios. Resultados da Amostra (IBGE, 2012).

### 3.3. Análise Qualitativa

A pesquisa qualitativa possibilitou conhecer a riqueza das respostas dos sujeitos, que compartilharam suas histórias e experiências cotidianas a partir da monoparentalidade, permitindo mostrar uma realidade incapaz de ser quantificada. Ou seja, a pesquisa qualitativa "busca compreender fenômenos como o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que

[18] Mais detalhes ver Barros; Alves; Cavenaghi (2008).

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2010, p. 24).

Assim, nesse trabalho buscou-se encontrar diferentes tipos de famílias monoparentais masculinas, no que tange à forma de inserção na monoparentalidade. Ou seja, não se obteve uma amostra representativa, pois, o objetivo foi compreender a vivência desse fenômeno e não mostrar a sua distribuição.

Para Sousa (2008), os estudos referentes às famílias monoparentais são escassos, principalmente os domicílios em que o homem é unicamente responsável pelos filhos, por isso, é mais que oportuna à realização de um trabalho que possa investigar especificamente essas famílias que estão presentes em uma realidade mais próxima.

Assim, buscou-se compreender a vivência das famílias monoparentais masculinas, a partir de diferentes questões que abrangem: a entrada na monoparentalidade, a relação família e trabalho, o cuidado com os filhos, os relacionamentos internos e externos, a rede de ajuda no dia a dia, os desafios que surgiram com a monoparentalidade, a forma como os pais se identificam na monoparentalidade e como eles acham que as outras pessoas o veem nessa posição, e como todas estas questões se transformam em estratégias cotidiana para a organização familiar.

### 3.4. Participantes

Levando em consideração o delineamento da parte qualitativa desse trabalho, o critério de inclusão dos sujeitos participantes pode ser definido como proposital, intencional ou deliberado, uma vez que que não houve a intenção de se obter a representatividade do número de participantes em relação a população total, mas escolher as pessoas que poderiam trazer informações acerca da temática em questão (TURATO, 2003 *apud* CÚNICO, 2014 ).

Para isso, participaram da pesquisa de campo quatro sujeitos, considerando aqueles residindo em um domicílio apenas com o(s) seu(s) filho(s), sem a presença de cônjuge ou de qualquer outra pessoa. Esse foi o principal critério de inclusão utilizado no trabalho. Esse critério se justificou pelo entendimento que a família monoparental é definida "quando a pessoa considerada (homem ou mulher) encontra-se sem cônjuge,

ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças" (LEITE, 2003, p. 22). Considerando as limitações do campo não houve qualquer restrição em relação ao estado civil dos participantes, raça, escolaridade, idade, idade dos filhos, classe social, tempo na monoparentalidade, entre outros aspectos.

Os participantes tinham entre 38 e 60 anos, sendo dois divorciados, um viúvo e um solteiro. O tempo em que eles assumiram uma família monoparental varia de seis meses a dez anos. A quantidade de filhos nos domicílios monoparentais masculinos variou de um a dois filhos, com idade entre oito a 21 anos. Destes, apenas em um domicílio havia uma filha, o restante eram todos filhos. O perfil completo dos participantes será apresentado nos resultados qualitativos.

O número de sujeitos participantes está relacionado às dificuldades encontradas no campo que impossibilitou encontrar mais famílias monoparentais masculinas no município de Viçosa-MG, durante o tempo estipulado no calendário da pesquisa, para as entrevistas.

A própria temática desse trabalho já se mostrou como uma grande limitação ainda na busca dos referenciais teóricos e se tornou ainda mais complexo na busca pelas famílias monoparentais masculinas em uma cidade da zona da mata mineira. Quatro pais que se enquadravam no perfil da pesquisa não aceitaram contribuir com o trabalho. Um deles disse que não queria falar sobre a situação, outro marcou e não apareceu no local e hora combinada e depois não respondeu as ligações, outro disse que compartilhava o cuidado do filho com a mãe, o que não estava dentro do perfil da nossa pesquisa, e outro, em função do trabalho, não encontrou nenhum tempo para conceder a entrevista.

Os participantes foram identificados e selecionados a partir de indicações e recomendações de pessoas conhecidas da pesquisadora, que tomaram conhecimento da temática do trabalho. Assim, chegou-se até os pais monoparentais residentes na cidade de Viçosa-MG.

### 3.5. Procedimentos de coleta de dados

Após recebimento do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFV), sob o Parecer Consubstanciado 2.587.741, deu-se início a coleta de dados.

Como mencionado anteriormente, os participantes foram selecionados por meio de indicações de pessoas conhecidas da pesquisadora. O primeiro contato com os participantes foi feito por telefone ou por conversa pessoalmente, momento em que se confirmava ou não a disposição em participar da pesquisa. Houve uma tentativa de buscar mais participantes por meio das escolas, mas algumas instituições passaram por um período de greve durante o tempo estipulado para o campo, o que impossibilitou o contato.

O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, a qual foi realizada individualmente com os quatro pais que atendiam ao perfil de inclusão no trabalho, mediante consentimento verbal, no qual foram esclarecidos sobre as condições da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A).

As entrevistas com cada pai durou em média 50 minutos e foram realizadas na casa de um deles, e no local de trabalho dos demais. Vale destacar que alguns deles, mesmo aceitando participar da pesquisa, mostraram resistência, ou talvez timidez, em relação à entrevista, mas ficaram mais à vontade na medida em que iam compartilhando suas histórias. Elas foram gravadas com um aplicativo de áudio para smartphone, mediante consentimento dos participantes, e transcritas após sua realização para a realização da análise dos dados.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista, pois, "dentro da pesquisa qualitativa, auxilia a explorar em profundidade os pontos de vista dos entrevistados" (GASKELL, 2005 *apud* CÚNICO, 2014, p. 55). Desta forma, utilizou-se o formato de entrevista semiestrutura, aquela que tem um roteiro previamente estabelecido, mas também permite o entrevistado ter liberdade para ampliar cada situação que considera adequada, para desenvolver mais uma questão (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Desse modo, "a adesão à crença de que a realidade é apreendida intersubjetivamente e constitui, para os defensores da abordagem qualitativa, uma das razões que justificam a escolha pela técnica de entrevista semiestruturada" (FRASER; GONDIM, 2004, p. 147).

As entrevistas foram realizas a partir dos tópicos selecionados no guia de entrevista (Apêndice B) buscando responder os objetivos propostos nesse trabalho.

Utilizou-se o Questionário Sociodemográfico, contendo questões como idade, escolaridade, raça, renda, estado civil, número de filhos, idade e sexo dos filhos, profissão, jornada de trabalho e condição de ocupação do domicílio. E o roteiro semiestruturado, apresentando perguntas sobre a vivência na monoparentalidade, como: o momento em que se tornou o único responsável pelos filhos, o tempo na monoparentalidade, como se avaliam nessa posição, como acham que os outros os veem como pai só, as condições de trabalho diante da monoparentalidade, incluindo os afazeres domésticos, o modo de cuidar dos filhos e a participação na vida social dos filhos, a rede de apoio cotidiana e os desafios diários diante da monoparentalidade.

### 3.6. Procedimentos de análise dos dados

Optou-se por utilizar como referência para a análise do conteúdo transcrito neste trabalho, a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011):

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Para a autora, não há uma única forma de analisar os conteúdos de uma pesquisa, por isso, optou-se nesse trabalho realizar a análise do conteúdo a partir da metodologia proposta por Bardin (2011): organização da análise, a partir da leitura flutuante das entrevistas; nova leitura para a definição das categorias; elaboração do quadro temático; tratamento dos resultados e sua interpretação.

Nesse sentido, criou-se o Quadro 4, apresentado a seguir, com as categorias e subcategorias criadas como base para a análise do conteúdo das entrevistas. Esse procedimento permite “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2011, p. 125).

**Quadro 4 - Categorias e subcategorias.**

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---|---|
| **Características sociodemográficas**<br>Essa categoria abarcou as diferentes características entre os pais monoparentais e permitiu construir o perfil sociodemográfico desses. | Idade<br>Cor ou raça<br>Estado civil<br>Escolaridade<br>Profissão<br>Renda<br>Origem da renda<br>Horas de trabalho<br>Número de filhos<br>Idade e sexo dos filhos<br>Condição de ocupação do domicílio |
| **A entrada na monoparentalidade**<br>Essa categoria emergiu tendo como cenário as diferentes formas e motivos de entrada na monoparentalidade, as percepção dos pais acerca da monoparentalidade e a visão que eles acham que outras pessoas constroem sobre eles diante dessa posição na família. | A relação com a mãe das crianças<br>Motivo por ser pai monoparental<br>Tempo na monoparentalidade<br>Percepções internas e externas sobre a monoparentalidade. |
| **Articulação entre trabalho e família**<br>Essa categoria se destacou por apontar as diferentes estratégias utilizadas pelos pais para conciliar trabalho e família, abancando aspectos sobre a organização da família e o tempo para o cuidado da família e para a vida pessoal. | Estratégias cotidianas<br>Trabalhos domésticos<br>Distribuição das tarefas<br>Tempo para a família<br>Tempo para a vida pessoal |
| **Redes de apoio na monoparentalidade**<br>Essa categoria emergiu tendo como base os relatos sobre os diferentes tipos de apoio cotidiano que os pais recebem para auxiliar nos cuidados dos filhos. Além de abarcar outros tipos de apoio para a vida deles e dos filhos. | Redes primárias<br>Redes secundárias<br>A presença da mãe das crianças<br>O desejo de ter uma companheira |

Fonte: Elaborado pela autora.

# 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

## 4.1. Resultados quantitativos e discussões

Em decorrência dos objetivos propostos nesse trabalho, os resultados quantitativos apresentam a caracterização do perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil, a partir de uma comparação entre os anos de 2005 e 2015. Para isso, a análise descritiva foi separada em cinco temas: Família; Aspectos demográficos; Educação, trabalho e rendimento; Filhos sob a responsabilidade masculina e domicílios monoparentais.

### 4.1.1. O perfil sociodemográfico dos arranjos domiciliares monoparentais masculinos

#### a. Família

A projeção da população residente no Brasil para o ano de 2005 foi de 183,9 milhões de pessoas e para o ano de 2015, a população foi estimada em 204,9 milhões de pessoas (PNAD 2015). Assim, entre 2005 e 2015 a população aumentou 11,4 %.

"A população brasileira é bastante heterogênea e tem passado por profundas mudanças demográficas, econômicas e sociais nas últimas décadas" (IBGE, 2015, p. 25). Dentre essas transformações está o comportamento e as mudanças da família brasileira, sobretudo no que diz respeito a suas diferentes configurações. Verificou-se que na PNAD 2005 foram pesquisadas 408.148 pessoas e 142.471 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação e na PNAD 2015, foram pesquisadas 356.904 pessoas e 151.189 unidades domiciliares[19].

Percebe-se que no ano de 2005 o número de pessoas pesquisadas foi maior do que em 2015, no entanto, o número de domicílios desse último ano foi maior. O aumento do número de domicílios em relação ao crescimento da população é uma realidade constatada pelo IBGE nesse mesmo período, o que significou uma redução do número médio de residentes por domicílio (IBGE, 2016).

Fontes (2014), ao analisar a evolução da população brasileira segundo características domiciliares e familiares mostrou que o menor número de famílias em

[19] Como os números de pessoas e domicílios pesquisados foram diferentes na PNAD 2005 e 2015 as comparações serão feitas em percentuais, ou seja, em proporção ao número total de cada ano.

relação aos domicílios está relacionado, muitas vezes, a dificuldades ou situações econômicas que muitas famílias passam ao se instituírem, impossibilitando formar seus próprios domicílios. Assim, como alternativa se agregam a domicílios já constituídos. Além disso, a autora evidencia que o maior crescimento dos domicílios e das famílias em relação ao crescimento populacional, se deve às mudanças que vêm ocorrendo no interior dos arranjos, como o envelhecimento populacional, a diminuição do tamanho da família e a queda da fecundidade.

Além disso, pode-se dizer que esse fato também está relacionado ao aumento dos domicílios unipessoais, a opção de casais em ter menos filhos, ou de não ter filhos, e também ao aumento dos domicílios monoparentais. Desta forma,

> o aprofundamento da modernização das relações sociais, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mundo do trabalho também são fatores que produzem alterações nos arranjos familiares. As atualizações na legislação sobre divórcio, separação, união estável, e, mais recentemente, casamento entre pessoas do mesmo sexo também exercem efeito sobre a configuração das famílias. A família é tema recorrente no debate político e se constitui como público alvo de políticas e programas sociais (IBGE, 2016, p. 39).

A Tabela 1 mostra como a população está distribuída de acordo com os arranjos domiciliares no país, nos anos de 2005 e 2015.

**Tabela 1 - Distribuição relativa da população, segundo o tipo de domicílio – Brasil – 2005/2015.**

| | 2005 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|
| Tipo | Frequência | | Frequência | |
| Outros | 6 | 0,0% | 12 | 0,0% |
| Unipessoal | 12.512 | 3,1% | 17.756 | 5,0% |
| Casal sem Filhos | 27.036 | 6,6% | 37.024 | 10,4% |
| Casal com Filhos | 208.930 | 51,2% | 162.886 | 45,6% |
| Monoparental | 37.920 | 9,3% | 36.578 | 10,2% |
| Família Estendida | 110.999 | 27,2% | 93.938 | 26,3% |
| Domicílio Composto | 10.745 | 2,6% | 8.710 | 2,4% |
| TOTAL | 408.148 | 100,0% | 356.904 | 100,0% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Percebe-se que nesse intervalo de 10 anos a maioria das pessoas esteve presente em arranjos domiciliares de casal com filhos e nos arranjos de família estendida. Os arranjos de casal com filhos, em 2005, representaram 51,19% em relação aos demais arranjos e em 2015 esse número representou 45,64% dos arranjos domiciliares. Já para os arranjos de família estendida, em 2005, representaram 27,2%, passando para 26,3% em 2015. A menor proporção foi representada pelos arranjos de domicílios compostos,

sendo em 2005 representados por 2,63% e em 2015 por 2,44%.

Esses números nos mostram que mesmo sendo o arranjo de casal com filhos com a configuração mais encontrada no Brasil, o número de pessoas nesse arranjo diminuiu ao longo desse período. Entre 2005 e 2015, observa-se uma tendência de aumento da proporção de arranjos "que extrapolam o tradicional e se constituem em arranjos menores em tamanho e em complexidade − como o monoparental, o unipessoal e o casal sem filhos" (FONTES, 2014, p. 31). Os arranjos unipessoais passaram de 3,1% para 4,9%. A proporção de pessoas presentes em domicílios de casais sem filhos passou de 6,6% para 10,4%, e para os arranjos monoparentais, de 9,3% para 10,3%.

Na Tabela 2 é exibida a distribuição dos domicílios segundo os diferentes tipos de domicílios. Pode-se complementar as informações apresentadas anteriormente e analisar com mais clareza as mudanças no padrão de organização da família brasileira.

**Tabela 2 - Distribuição relativa dos domicílios, segundo o tipo de domicilio – Brasil - 2005/2015.**

| | 2005 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|
| | Frequência | | Frequência | |
| Unipessoal | 12.572 | 10,8% | 17.836 | 15,1% |
| Casal sem filhos | 13.568 | 11,7% | 18.563 | 15,7% |
| Casal com filhos | 51.252 | 44,0% | 43.088 | 36,5% |
| Monoparental | 13.323 | 11,4% | 13.896 | 11,8% |
| Família estendida | 23.200 | 19,9% | 22.487 | 19,1% |
| Domicílio Composto | 2.537 | 2,2% | 2.069 | 1,8% |
| Total | 116.452 | 100,0% | 117.939 | 100,0% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Os domicílios com arranjo familiar mais comum foram os compostos por casal com filhos, no entanto, houve diminuição desse arranjo ao longo do período: de 44,0%, em 2005, passou a 36,6%, em 2015. Diante dessas mudanças, o arranjo formado por casal sem filhos ganhou importância e aumentou de 11,7% para 15,7%, no período. A participação percentual dos domicílios de arranjos unipessoais passou de 10,8%, em 2005, a 15,1%, em 2015. Os domicílios monoparentais aumentaram de 11,4% para 11,8%. Os domicílios de família estendida diminuíram 0,8% e os domicílios compostos 0,4%.

Como já mencionado, as mudanças na composição das famílias são resultados de um conjunto de fatores entre os quais se destacam o aumento da expectativa de vida, a queda da fecundidade, que tem relação direta em relação à diminuição de arranjos

com filhos, o aumento dos arranjos unipessoais, que estão relacionados ao envelhecimento populacional e também ao intenso processo de urbanização, que condiciona condições mais propícias a esse tipo de arranjo, o crescimento das separações conjugais, entre outros fatores que contribuem para a diversidade dos tipos de arranjos domiciliares no Brasil (IBGE, 2016).

Assim, mesmo sendo, a PNAD, uma fonte essencial de informações de diversos temas na e para a área social, a pesquisa apresentou limitações para medir novas formas de configurações familiares. Entende-se que a maior complexidade das relações familiares requer inovações na forma de investigação sobre os diferentes tipos de arranjos familiares para serem capazes de captar informações mais fidedignas possíveis (IBGE, 2016).

A partir desse desafio, as Nações Unidas, por meio da sua Comissão de Estatística e da Comissão Econômica para a Europa (United Nations Economic Comission For Europe – UNECE), vem dando subsídios os sistemas estatísticos nacionais nessa tarefa. A materialização desse projeto veio por meio do documento intitulado Measurement of Different Emerging Forms of Households and Families, que traz a conceituação de arranjos originados a partir das mudanças ocorridas nas formas de organização familiar (SABOIA, 2012).

Destaca-se a identificação dos arranjos formados por casais do mesmo sexo (Same-Sex Couples); as famílias reconstituídas (Reconstituted Families), aquelas em que casais que coabitam, com uma ou mais crianças, em que ao menos uma criança não seja filha de um dos cônjuges; pessoas que moram alternadamente em dois ou mais lares (Commuters Between Households); casais que moram em domicílios separados (Living Apart Together); e pessoas com laços de parentesco que vivem em domicílios separados, mas que compartilham algum grau de solidariedade e auxílio (living apart but within a network) (SABOIA, 2012).

Com esse objetivo, o IBGE tem trabalhado para adequar os seus instrumentos de coletas para identificar os diferentes tipos de arranjos familiares existente em nossa sociedade. Com esse propósito, o questionário do Censo Demográfico de 2010 ampliou as opções de resposta incluindo, por exemplo, “a identificação de cônjuge ou companheiro (a) do mesmo sexo e a desagregação da categoria de filhos em três alternativas (filho do responsável e cônjuge, filho só do responsável e filho só do

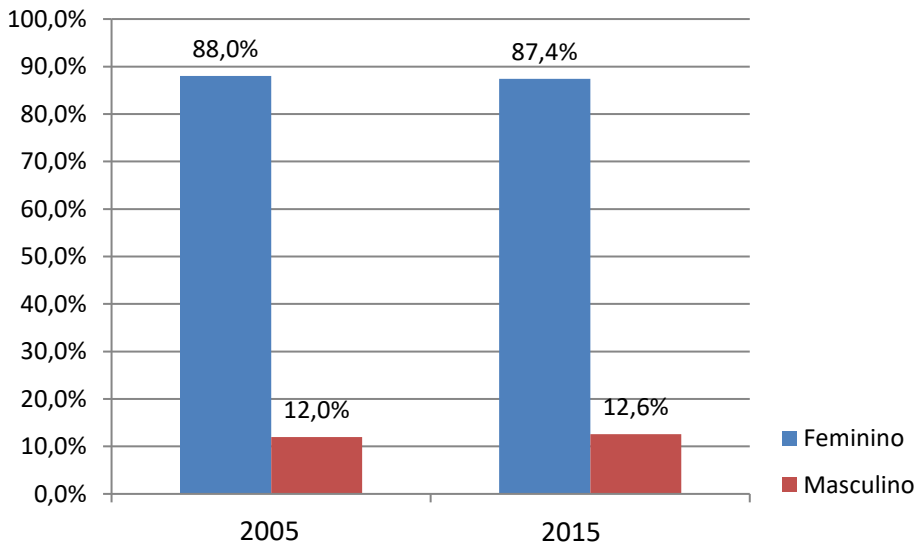
cônjuge) de forma a captar a formação de arranjos reconstituídos" (SABOIA, 2012, p. 7).

Desse modo, fica evidente a importância de ampliar as pesquisas sobre famílias e suas diversas configurações. A reflexão sobre família deve ser parte de estudo de diferentes vertentes, como "de sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, demógrafos, entre outras vertentes. Independentemente da abordagem teórica, as mudanças demográficas, sociais e na legislação estão alterando a composição das famílias ao longo do tempo" (IBGE, 2016, p. 38). Assim, nas próximas seções serão abordados alguns aspectos das famílias monoparentais, em especial das famílias monoparentais masculinas.

## b. Aspectos Demográficos

Centrando a nossa análise na composição dos arranjos monoparentais, percebe-se que a proporção desse arranjo, em relação aos demais, não se alterou muito no período entre 2005 a 2015. No entanto, se analisar esse arranjo familiar pelo sexo da pessoa de referência, verifica-se que houve um aumento na proporção daqueles que tinham o homem como o único responsável, passando de 12,0%, em 2005, para 12,6%. Enquanto os domicílios monoparentais femininos representaram 88,0%, em 2005, diminuindo para 87,4%, em 2015, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Domicílios Monoparentais – Brasil - 2005/2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

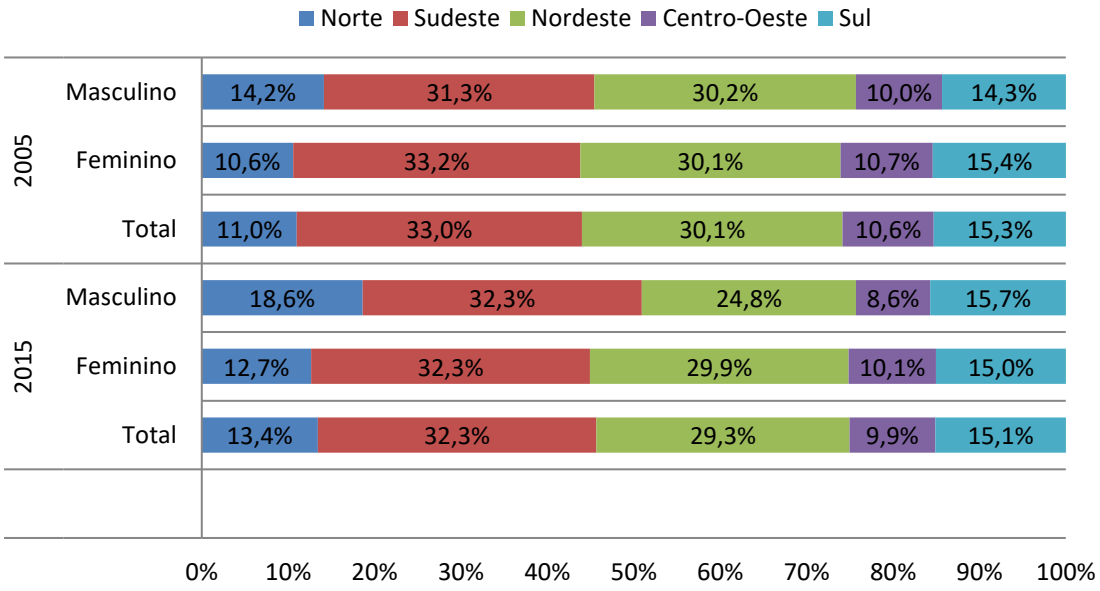
Esses números mostram que as mulheres ainda são as maiores responsáveis

pelos domicílios monoparentais, contudo o número de homens que possuem responsabilidade exclusiva por esses domicílios aumentou durante o período investigado.

Considerando a distribuição dos domicílios monoparentais, segundo as Grandes Regiões, pode-se notar que em 2005, a maior proporção desse arranjo familiar estava na Região Sudeste (33,0%) e Nordeste (30,1%), continuando com as maiores proporções em 2015, sendo que, 32,3% dos domicílios monoparentais estavam na Região Sudeste, e 29,3% representaram a Região Nordeste. A Região Centro Oeste (10,6%) em 2005 e (9,9%) em 2015 apresentou a menor proporção dos domicílios monoparentais.

Se observar essa mesma distribuição dos domicílios monoparentais, por sexo, em relação ao Brasil, pode-se constatar que a maior proporção dos domicílios monoparentais masculinos estava na Região Sudeste (31,3%) e Nordeste (30,2%) em 2005, permanecendo o maior percentual na Região Sudeste (32,3%) em 2015. É interessante observar que o houve aumento dos domicílios monoparentais masculinos em quase todas as Grandes Regiões, sendo que a Região Norte apresentou um maior crescimento se comparado às demais regiões, com o percentual de aumento de 2,1% em relação ao ano de 2005 (Gráfico 2).

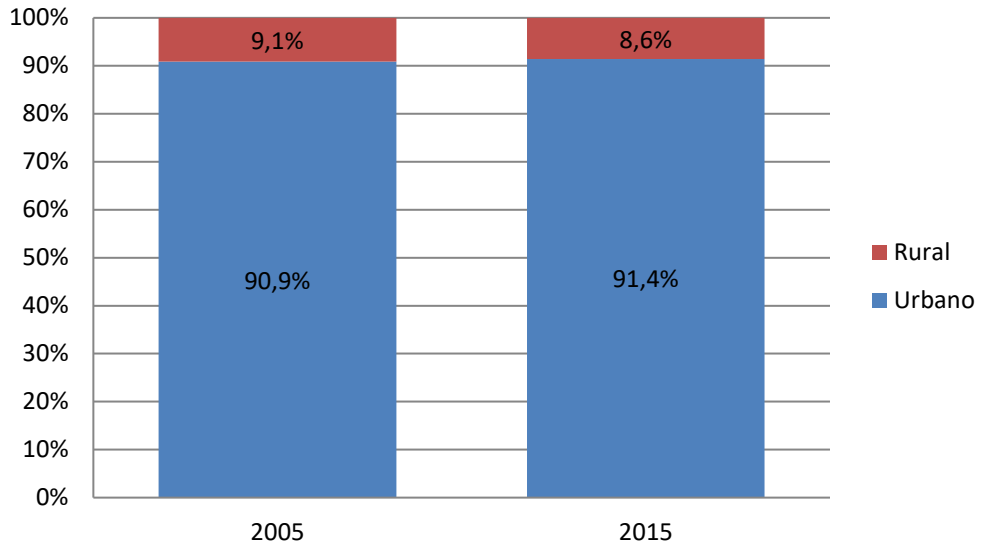
**Gráfico 2 - Proporção de domicílios monoparentais, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2005/ 2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Ao analisar os arranjos monoparentais por situação censitária do domicílio, observa-se que este é um fenômeno tipicamente urbano. Em 2005, 90,9% dos domicílios monoparentais estavam na área urbana, aumentando para 91,4% em 2015 (Gráfico 3). Desse percentual, em 2005, os domicílios monoparentais masculinos na área urbana passaram de 9,9% para 10,8% em 2015. Ao analisar esses números de acordo com as Grandes Regiões, constatou-se que a Região Norte apesentou o maior percentual dos domicílios monoparentais masculinos urbanos, variando de 13,3%, em 2005, para 15,9%, em 2015 (Tabela 3).

**Gráfico 3 - Domicílios monoparentais, segundo situação do domicílio – 2005/2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

**Tabela 3 - Domicílios monoparentais, segundo situação do domicílio e Grandes Regiões – 2005/2015.**

| Grandes Regiões | 2005 | | | | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Urbano | | Rural | | Urbano | | Rural | |
| | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino |
| Norte | 86,7% | 13,3% | 71,0% | 29,0% | 84,1% | 15,9% | 71,8% | 28,2% |
| Sudeste | 89,0% | 11,0% | 81,5% | 18,5% | 87,8% | 12,2% | 75,7% | 24,3% |
| Nordeste | 89,7% | 10,3% | 77,8% | 22,2% | 83,3% | 9,6% | 83,3% | 16,7% |
| Centro-Oeste | 90,1% | 9,9% | 69,6% | 30,4% | 89,6% | 10,4% | 78,9% | 21,1% |
| Sul | 89,6% | 10,4% | 78,0% | 22,0% | 87,6% | 12,4% | 75,2% | 24,8% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

"A maior proporção de responsáveis homens nas áreas rurais está ligada a características da economia familiar rural e à existência de trabalhadores, em geral do

sexo masculino, alocados para atividades específicas de agropecuária e da extração" (IBGE, 2002, p. 12-13). Além desses fatores, não se deve desconsiderar que os valores culturais mais tradicionais influenciam na construção dos domicílios monoparentais segundo o gênero da pessoa de referência, quando se trata da sua situação censitária do domicílio.

Uma característica interessante para se analisar nos domicílios monoparentais masculinos é a idade da pessoa de referência desses domicílios. A média de idade dos responsáveis em 2005 foi de 57 anos, passando para 55 anos, em 2015 (Tabela 4). No Gráfico 4 os dados foram desagregados por grupos de idade, com o objetivo de verificar a proporção da participação masculina em cada faixa etária tomada isoladamente. Percebe-se, por exemplo, que entre a pessoa de referência da família monoparental masculina o maior percentual (14,6%), em 2005, estava na faixa de 45 a 49, enquanto em 2015 o maior percentual (14,3%) foi representado pela faixa de idade de 50 a 54 anos.

Em 2005, a média de idade das mulheres que assumiam os domicílios monoparentais foi de 47 anos, enquanto, em 2015, esse número foi de 49 anos. Por faixa de idade, tanto em 2005 quanto em 2015, a maior proporção foi representada pela faixa de 40 a 44 anos. Assim, no que tange a idade do responsável pelo domicilio monoparental, os masculinos apresentaram maiores mudanças ao longo de 10 anos, seja na média de idade do responsável, seja na faixa etária na quais esses estavam inseridos.

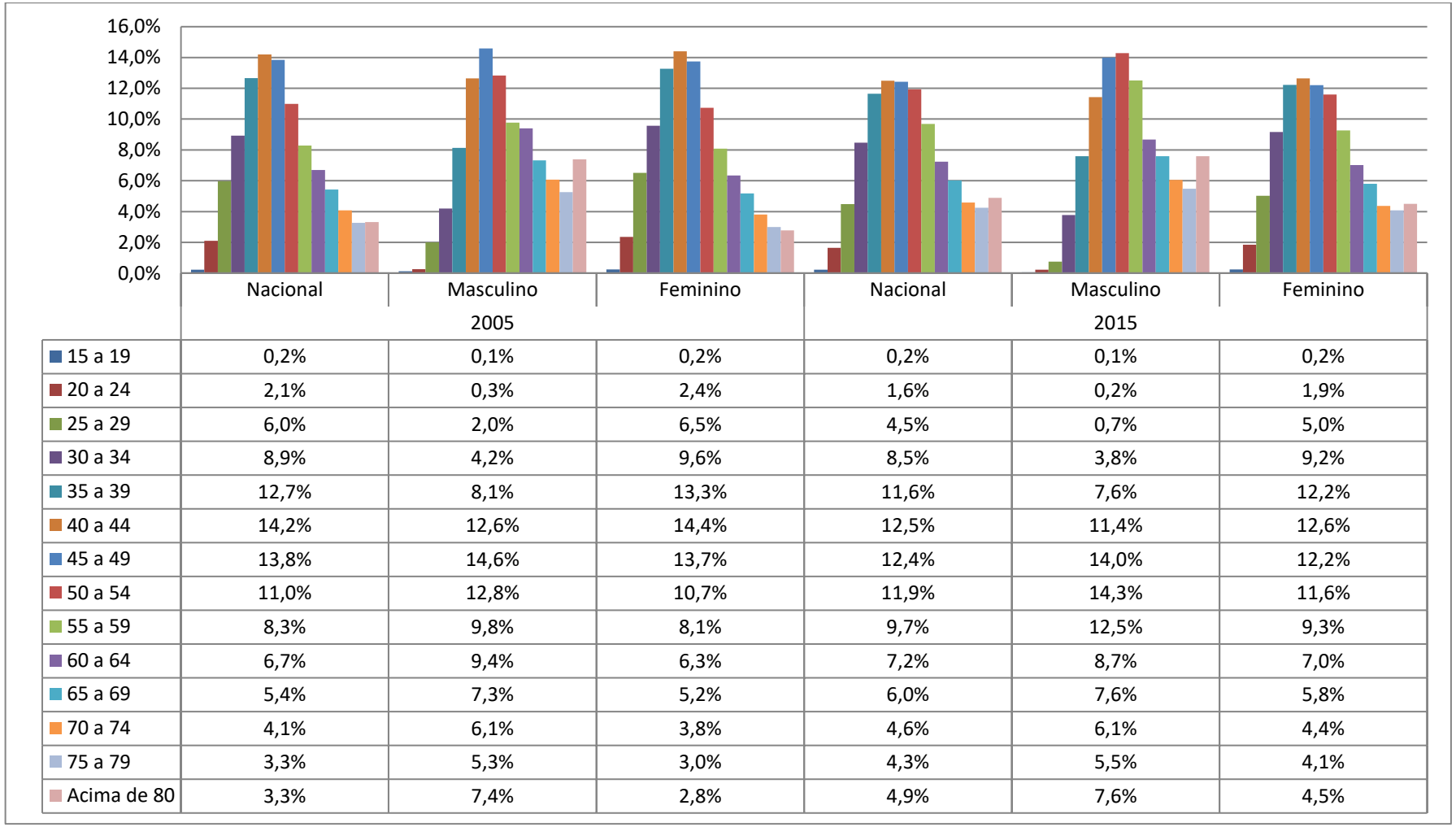
**Tabela 4 - Média de idade dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo – 2005/2015.**

| Sexo | Média de idade dos responsáveis pelos domicílios monoparentais | |
|---|---|---|
| | 2005 | 2015 |
| Masculino | 57,1 | 55,7 |
| Feminino | 47,8 | 49,9 |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Permite constatar que nesses dez anos, os homens presentes nos domicílios monoparentais estavam com idade mais avançada se comparar as faixas etárias desse mesmo grupo nos anos de 2005 e 2015, e, sobretudo se comparar com a faixa de idade das mulheres dos domicílios monoparentais, nesse mesmo período.

**Gráfico 4 - Distribuição percentual dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo os grupos de idade – 2005/2015.**



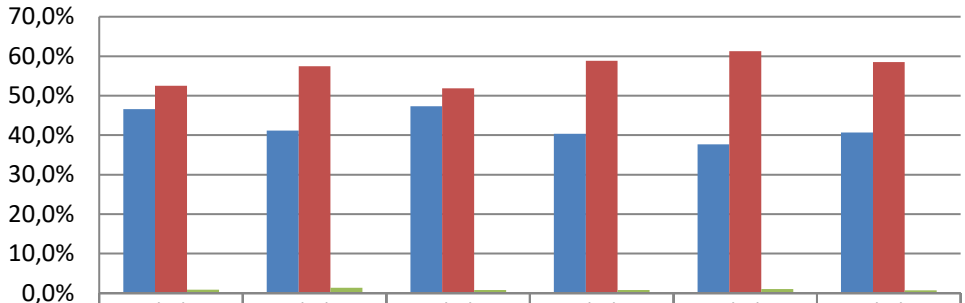

| | 2005 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nacional | Masculino | Feminino | Nacional | Masculino | Feminino |
| 15 a 19 | 0,2% | 0,1% | 0,2% | 0,2% | 0,1% | 0,2% |
| 20 a 24 | 2,1% | 0,3% | 2,4% | 1,6% | 0,2% | 1,9% |
| 25 a 29 | 6,0% | 2,0% | 6,5% | 4,5% | 0,7% | 5,0% |
| 30 a 34 | 8,9% | 4,2% | 9,6% | 8,5% | 3,8% | 9,2% |
| 35 a 39 | 12,7% | 8,1% | 13,3% | 11,6% | 7,6% | 12,2% |
| 40 a 44 | 14,2% | 12,6% | 14,4% | 12,5% | 11,4% | 12,6% |
| 45 a 49 | 13,8% | 14,6% | 13,7% | 12,4% | 14,0% | 12,2% |
| 50 a 54 | 11,0% | 12,8% | 10,7% | 11,9% | 14,3% | 11,6% |
| 55 a 59 | 8,3% | 9,8% | 8,1% | 9,7% | 12,5% | 9,3% |
| 60 a 64 | 6,7% | 9,4% | 6,3% | 7,2% | 8,7% | 7,0% |
| 65 a 69 | 5,4% | 7,3% | 5,2% | 6,0% | 7,6% | 5,8% |
| 70 a 74 | 4,1% | 6,1% | 3,8% | 4,6% | 6,1% | 4,4% |
| 75 a 79 | 3,3% | 5,3% | 3,0% | 4,3% | 5,5% | 4,1% |
| Acima de 80 | 3,3% | 7,4% | 2,8% | 4,9% | 7,6% | 4,5% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

No que se refere à cor ou raça das pessoas de referências dos domicílios monoparentais, no país, em 2005, mais de 52,5% das pessoas desses domicílios se declararam de cor ou raça preta ou parda, enquanto as que se declaravam como branca foi de 46,6%. Em 2015, o cenário se alterou, o número de pessoas de referência que se declararam como pretos ou pardos aumentou, sendo representada por 58,9%, enquanto a proporção de brancos era de 40,3%.

No mesmo período, para os domicílios monoparentais masculinos, 57,5% dos responsáveis se declararam pretos ou pardos, ficando 5% acima do total nacional, enquanto 41,1% se declararam brancos. Houve mudanças significativas dessa distribuição quando comparada ao ano de 2015, uma vez que a proporção de pretos ou pardos desses domicílios aumentou para 61,3% e de branco diminuiu para 37,7%, conforme pode ser verificado no Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Distribuição dos domicílios monoparentais, por cor ou raça -2005/2015.**




| | 2005 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | (%) Nacional | (%) Masculino | (%) Feminino | (%) Nacional | (%) Masculino | (%) Feminino |
| Branca | 46,6% | 41,1% | 47,3% | 40,3% | 37,7% | 40,7% |
| Preta ou Parda | 52,5% | 57,5% | 51,9% | 58,9% | 61,3% | 58,5% |
| Outros | 0,9% | 1,4% | 0,8% | 0,8% | 1,0% | 0,7% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

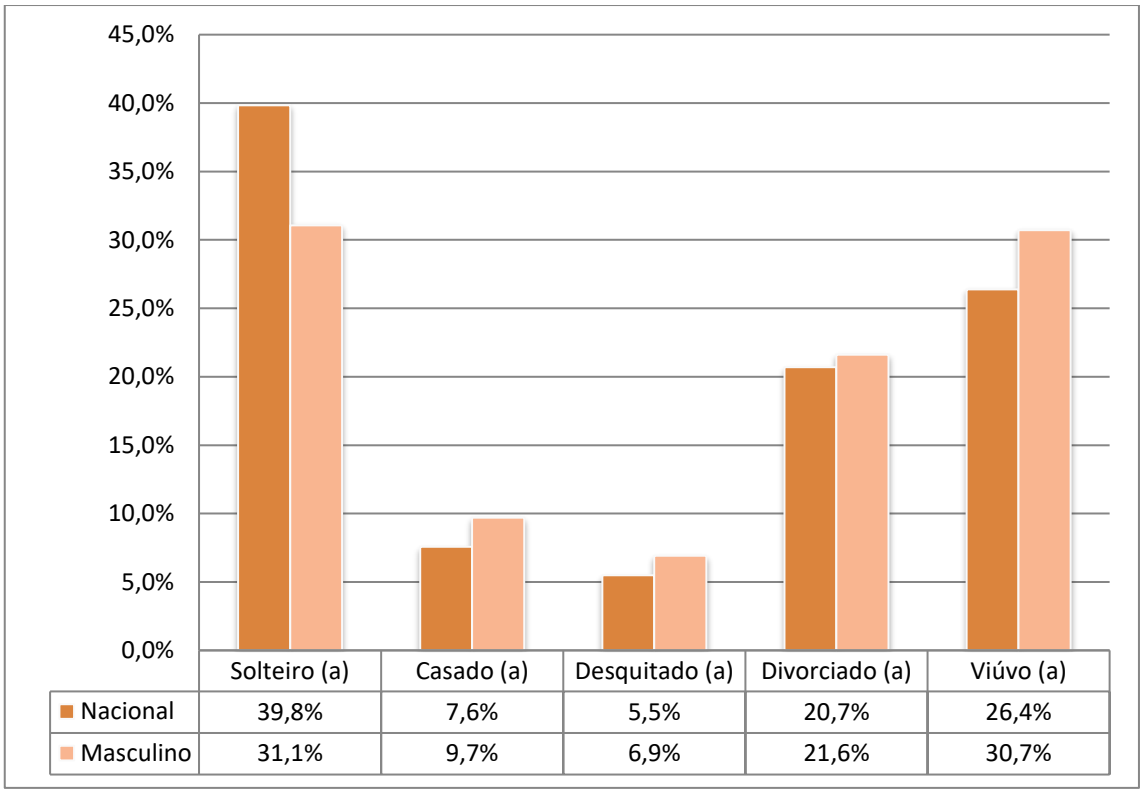
No que tange ao Estado Civil das pessoas de referência dos domicílios monoparentais, foi possível analisar apenas os dados da PNAD 2015. Esse tópico foi investigado pela PNAD de 1992 a 1995 e a partir de 2009. Desta forma, não foi possível obter os dados da variável "estado civil", como uma das características gerais da pessoa de referência dos arranjos monoparentais masculino no ano de 2005.

Para tanto, entende-se que "o estado civil é um atributo da personalidade, que qualifica a pessoa perante a sociedade [...]. A mudança do estado civil sempre teve como elemento modificador o casamento" (DIAS, 2007, p. 153). A pessoa pode ser

solteira, casada, viúva, separada ou divorciada.

Assim, em 2015, o maior contingente de homens unicamente responsáveis pelos domicílios monoparentais se declararam solteiro, representando 31,1%, seguido dos viúvos, com 30,7% (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Distribuição percentual dos domicílios monoparentais masculinos, por estado civil – 2015.**




| | Solteiro (a) | Casado (a) | Desquitado (a) | Divorciado (a) | Viúvo (a) |
|---|---|---|---|---|---|
| Nacional | 39,8% | 7,6% | 5,5% | 20,7% | 26,4% |
| Masculino | 31,1% | 9,7% | 6,9% | 21,6% | 30,7% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

É interessante observar que o grande número de pais monoparentais solteiros pode estar relacionado à opção feita pela união consensual. Ou seja, na união consensual não é conferido o estado civil de casado, juridicamente a pessoa continua solteira, apesar, que no Brasil, os direitos que brotam dessa relação estão ligados às regras do regime de comunhão parcial de bens (COSTA, 2015). Assim, "não sendo definida como união estável como estado civil, quem assim vive não é obrigada a identificar-se como tal" (DIAS, 2007, p. 162).

Desta forma, essa pode ser uma das razões do número de solteiros ser tão expressivo para homens que assumiam a responsabilidade dos filhos no ano investigado. Provavelmente muitos deles já antes de se tornarem pais monoparentais tiveram uma companheira ou já moraram com a mãe dos seus filhos.

Na próxima subseção serão abordadas questões relacionadas educação, trabalho e rendimento como sendo características importantes para construir o perfil dos domicílios monoparentais masculinos.

### c. Educação, trabalho e rendimento

A educação é, sem dúvida, fundamental para as reduções das disparidades sociais e econômicas de um país. Esse fato é consenso entre os especialistas em desenvolvimento, pois, a educação apresenta considerável impacto nas características socioeconômicas e demográficas de uma população. Nesse sentido, o grau de instrução dos responsáveis pelo domicílio é determinante para medir o bem estar de seus membros dependentes, uma vez que estão relacionados a hábitos de saúde, níveis salariais, comportamentos reprodutivos, entre outros aspectos essências para conhecer a realidade da população (IBGE, 2002; IBGE, 2016).

Tendo em vista esses aspectos, é importante ressaltar que o sistema educacional brasileiro está organizado em educação básica e educação superior. Sendo que a educação básica se divide em: educação infantil, que compreende a faixa etária de 0 a 5 anos, o ensino fundamental, de 6 a 14 anos, e o ensino médio, que corresponde à faixa etária de 15 a 17 anos de idade (IBGE, 2016). No entanto, para analisar os anos de estudo da pessoa de referência monoparental, utilizou-se a variável que define os anos de estudo concluídos correspondentes a cada nível do sistema educacional.

Assim, nos dez anos investigados verifica-se que, em 2005, a média de estudo da pessoa de referência dos domicílios monoparentais, era de 6,1 anos para os masculinos e 7,3 anos para os femininos. Enquanto em 2015, essa média aumentou para 7,4 anos de estudo para a pessoa de referência masculina e 8,7 anos para a feminina (Tabela 5).

**Tabela 5 – Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo – 2005/2015.**

| Sexo | Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios monoparentais | |
|---|---|---|
| | 2005 | 2015 |
| Masculino | 6,2 | 7,4 |
| Feminino | 7,4 | 8,7 |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

O aumento da escolaridade do público pesquisado é um reflexo da elevação da escolaridade da população brasileira "à medida que as gerações mais educadas

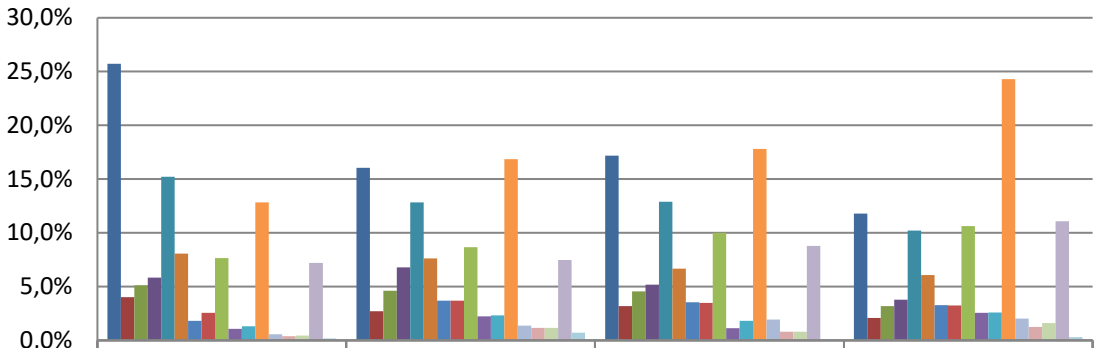
substituem as menos educadas, elevando sua representatividade na população total" (IBGE, 2016, p. 55). Ou seja, é uma média de anos de estudo que vem sendo acumulada ao longo de várias gerações. No entanto, mesmo com esse avanço, a média de anos de estudo dos responsáveis dos domicílios monoparentais masculinos não equivale nem ao ensino fundamental completo.

A partir desses resultados optou-se em verificar os anos de estudo desses responsáveis, "considerando-se a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação mínima do cidadão no ingresso no mundo do trabalho" (IBGE, 2002, p. 20).

Assim, desagregando os dados por classes de anos de estudo verifica-se que, em 2005, a maior proporção (25,7%) entre os responsáveis monoparentais masculinos foi de apenas 1 ano de estudo concluído, o que equivale a primeira série do ensino fundamental, seguido de 15,2% na proporção dos que concluíram 5 anos de estudo e 12,8% aqueles com 12 anos de estudo (ensino médio completo). No ano de 2015, um avanço nesse aspecto pode ser observado por meio do aumento 5% na proporção daqueles que possuíam 12 anos de estudo se comparado a 2005, totalizando 17,8%. O número dos responsáveis masculinos que possuíam apenas 1 anos de estudo caiu para 17,2%, o que representa uma queda de 8,5%.

Em relação aos domicílios monoparentais femininos é possível verificar que houve um avanço de 7,4% na escolaridade das mulheres que possuíam 12 anos de estudo. É interessante observar o aumento da proporção daquelas que possuíam 16 anos de estudo, que passou de 7,5%, em 2005, para 11,1%, em 2015. Enquanto no mesmo período o número para os domicílios monoparentais masculinos o avanço foi de 7,2% para 8,8% (Gráfico 7).

**Gráfico 7 - Responsáveis pelos domicílios monoparentais, por classe de anos de estudo (%) – 2005/2015.**

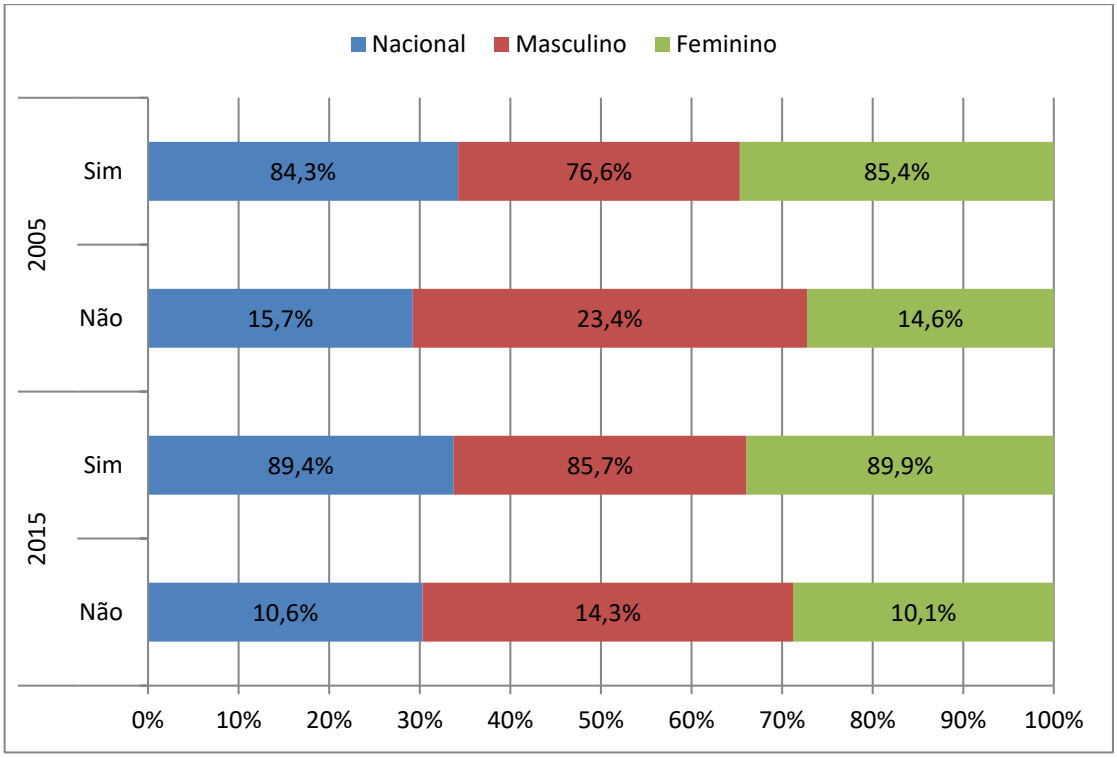



| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
|---|---|---|---|---|
| | 2005 | | 2015 | |
| 1 | 25,7% | 16,0% | 17,2% | 11,8% |
| 2 | 4,0% | 2,7% | 3,2% | 2,1% |
| 3 | 5,1% | 4,6% | 4,6% | 3,2% |
| 4 | 5,8% | 6,8% | 5,2% | 3,8% |
| 5 | 15,2% | 12,8% | 12,9% | 10,2% |
| 6 | 8,1% | 7,6% | 6,7% | 6,1% |
| 7 | 1,8% | 3,7% | 3,5% | 3,3% |
| 8 | 2,6% | 3,7% | 3,5% | 3,3% |
| 9 | 7,6% | 8,7% | 10,0% | 10,6% |
| 10 | 1,1% | 2,2% | 1,1% | 2,6% |
| 11 | 1,3% | 2,3% | 1,8% | 2,6% |
| 12 | 12,8% | 16,9% | 17,8% | 24,3% |
| 13 | 0,6% | 1,4% | 1,9% | 2,0% |
| 14 | 0,4% | 1,2% | 0,8% | 1,3% |
| 15 | 0,4% | 1,2% | 0,8% | 1,6% |
| 16 | 7,2% | 7,5% | 8,8% | 11,1% |
| 17 | 0,2% | 0,7% | 0,1% | 0,3% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Outras dimensões importantes com relação à escolaridade brasileira e que complementa os dados anteriores, é a evolução da taxa de analfabetismo para os responsáveis dos domicílios monoparentais. Nos dez anos pesquisados houve uma queda na proporção daqueles que não sabiam ler nem escrever, passando de 15,7% em 2005, para 10,6% em 2015 (Gráfico 8). Particularmente para os responsáveis pelos domicílios monoparentais masculinos, essa queda foi 9,1 pontos percentuais, passando de 23,4%, em 2005, para 14,3% em 2015.

**Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo, por sexo dos responsáveis pelos domicílios monoparentais (%) – 2005/2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Esses números revelam que os avanços que homens e mulheres unicamente responsáveis por domicílios monoparentais tiveram ao longo desses anos, no âmbito da educação, é um reflexo dos avanços da própria população brasileira, como um todo nesse aspecto, embora ainda haja muito desafios a serem enfrentados não só no sistema educacional. Nesse sentido, é importante destacar "que a dívida educacional brasileira é histórica e que sua alteração é necessariamente lenta, levando em conta o tempo requerido para a formação de cada nova geração" (IBGE, 2016, p. 58).

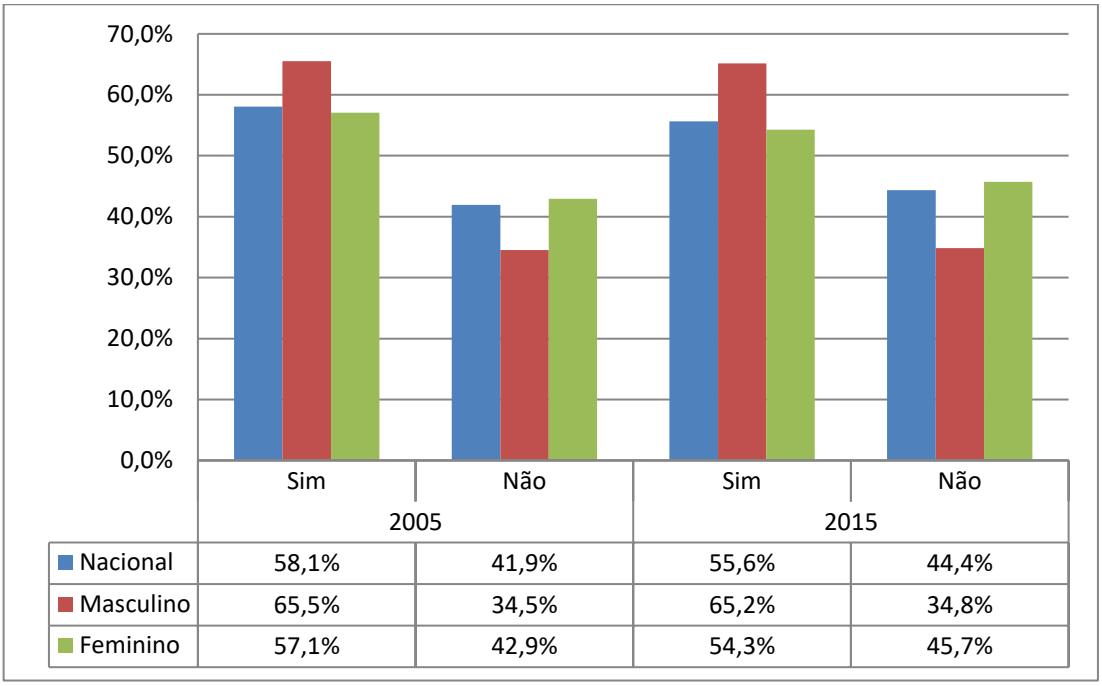
No que se refere à categoria trabalho, de acordo com o IBGE (2016) o comportamento do nível de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais não apresentou uma trajetória uniforme durante o período de 2004 a 2015. No entanto, nesse mesmo período o mercado de trabalho brasileiro apresentou algumas mudanças como,

> o aumento da taxa de formalização, redução da taxa de desocupação, expansão da renda do trabalho e da massa de rendimentos, evolução real do salário mínimo, redução das desigualdades entre os estratos de renda, entre outros aspectos, que reflete um cenário diferente do observado na década de 1990" (IBGE, 2016, p. 59).

Assim, diante desse cenário, observou-se neste período de dez anos, que a proporção de homens responsáveis pelos domicílios monoparentais masculinos

inseridos no mercado de trabalho na semana de referência da pesquisa permaneceu praticamente a mesma. Em 2005 essa proporção era de 65,5% passando para 65,2% em 2015 (Gráfico 9). No que tange à participação feminina desse mesmo grupo no mercado de trabalho, percebe-se que houve uma diminuição de 57,1%, em 2005, para 54,3%, em 2015.

**Gráfico 9 - Participação no mercado de trabalho dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo (%) - 2005/2015.**




| | 2005 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|
| | Sim | Não | Sim | Não |
| Nacional | 58,1% | 41,9% | 55,6% | 44,4% |
| Masculino | 65,5% | 34,5% | 65,2% | 34,8% |
| Feminino | 57,1% | 42,9% | 54,3% | 45,7% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

De acordo com o IBGE (2016, p. 63) "o desemprego feminino tem sido uma preocupação não somente brasileira, mas de grande parte dos países, principalmente num contexto de crise econômica na qual reconhecidamente jovens e mulheres são os primeiros a sentirem os efeitos". De forma geral, as mulheres formam o segundo grupo populacional com maior taxa de desocupação, sendo que as jovens são as que encontram maior dificuldade. Ao comparar homens e mulheres responsáveis pelos domicílios monoparentais verifica-se que existe uma diferença e desvantagens para as mulheres na proporção de ocupação.

Ao analisar o grupamento de atividade do trabalho principal em que os chefes dos domicílios monoparentais ocuparam durante o período, verifica-se que nessa distribuição também houve diferença nos setores ocupados por homens e mulheres. Em 2005, a maior proporção entre os homens monoparentais foi representada pelo setor

agrícola (23,6%), seguido do setor de comércio e reparação (16,6%). Enquanto em 2015, as maiores proporções foram representadas pelo setor de comércio e reparação (18,5%) e pelo setor da construção civil (18,3%), conforme a Tabela 6.

**Tabela 6 - Trabalho principal dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo sexo e grupamento de atividade - 2005/2015.**

| Grupamentos de atividade principal | 2005 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Agrícola | 23,6% | 8,2% | 15,9% | 5,3% |
| Outras atividades Industriais | 0,9% | 0,2% | 0,8% | 0,3% |
| Indústria de transformação | 11,9% | 12,2% | 8,7% | 9,7% |
| Construção | 14,5% | 0,4% | 18,3% | 0,7% |
| Comércio e reparação | 16,6% | 13,5% | 18,5% | 14,6% |
| Alojamento e alimentação | 3,9% | 5,7% | 3,1% | 7,9% |
| Transporte, armazenamento e comunicação | 6,7% | 1,2% | 7,9% | 1,5% |
| Administração pública | 6,0% | 6,3% | 6,6% | 5,6% |
| Educação, saúde e serviços sociais | 3,8% | 16,3% | 4,9% | 18,1% |
| Serviços domésticos | 1,2% | 23,9% | 1,8% | 22,9% |
| Outros Serviços coletivos, sociais e pessoais | 2,1% | 6,4% | 3,4% | 6,7% |
| Outras atividades | 8,2% | 5,6% | 9,7% | 6,7% |
| Atividades maldefinidas ou não declaradas | 0,5% | 0,1% | 0,3% | 0,1% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

A significativa mudança quanto aos setores ocupados pelos homens pode estar ligada ao nível de instrução e a qualificação, pois, "há setores na economia que concentram ainda parcela significativa de trabalhadores pouco qualificados, como o setor agrícola, a construção civil e o grupo de atividades mal definidas" (IBGE, 2016, p. 72).

Diferente dos responsáveis pelos domicílios masculinos, em 2005, o trabalho principal da maior parte das responsáveis pelos domicílios femininos foi representado pelo setor dos serviços domésticos (23,9%), seguido pelo setor de educação, saúde e serviços sociais (16,3%). Enquanto no ano de 2015, essa representatividade não foi alterada em relação ao setor, modificando apenas a proporção de em cada um deles, sendo do setor dos serviços domésticos (22,9%) e 18,1% para o setor de educação, saúde e serviços sociais.

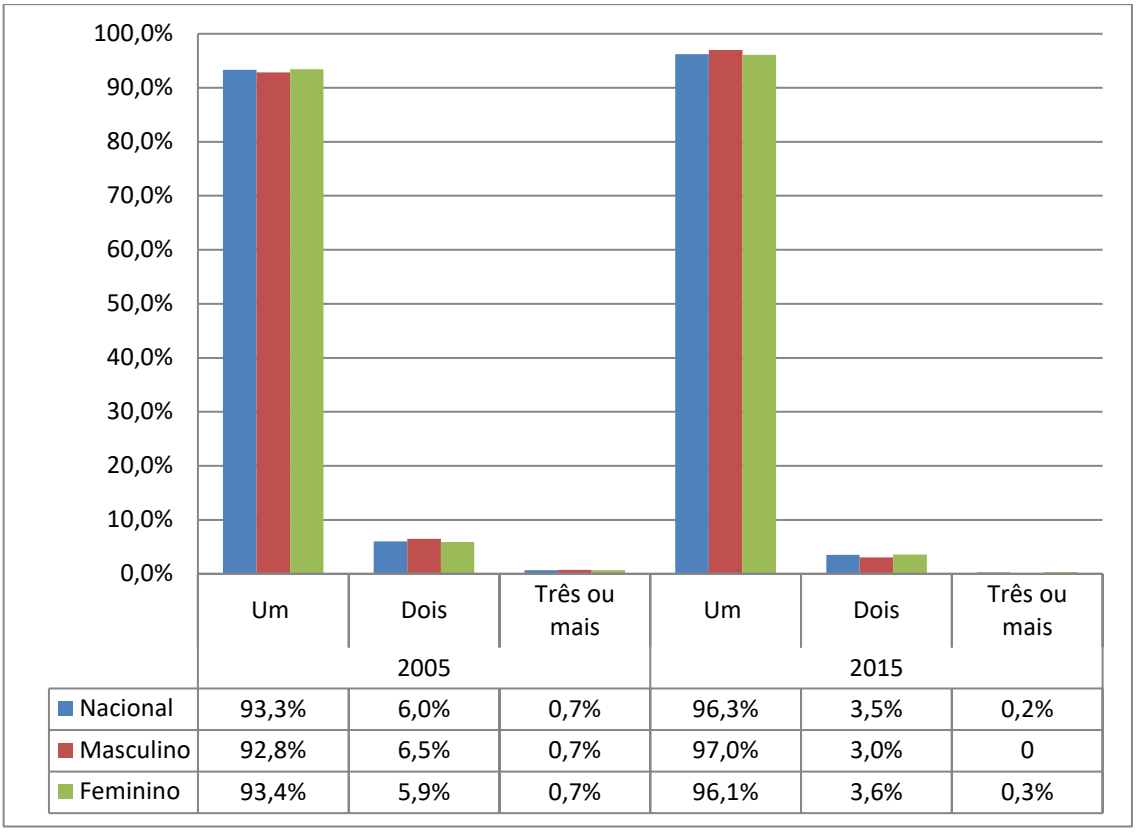
A expressividade desses setores de trabalho para as mulheres exibe um paradoxo, que por um lado mostrou que a estrutura ocupacional voltado para elas pouco se alterou nesses dez anos, ou seja, "a segregação ocupacional por sexo também se expressa na concentração de mulheres em um conjunto reduzido de ocupações

(definidas como tipicamente femininas). Isto ocorre inclusive no setor público e em ocupações que exigem educação de nível superior" (LEONE; KREIN; TEIXEIRA, 2017 p. 37).

Como bem salientou Bruschini (2007), o emprego doméstico remunerado tornou-se um nicho ocupacional por excelência e se configura como uma grande oportunidade de trabalho para milhões de mulheres. Mas, por outro lado esse cenário mostrou aspectos da maior escolaridade das mulheres, o que permitiu a ocupação de postos de trabalho formais e com exigência de nível superior completo, como por exemplo, no setor de educação, saúde e serviços sociais.

Outros aspectos importantes sobre o trabalho dos responsáveis das famílias monoparentais é o número de trabalho e o número de horas dedicadas a todos os trabalhos. Verificou-se que em 10 anos pouco se alterou quanto ao número de trabalho, sendo que em 2005, 92,8% dos pais monoparentais possuíam apenas um trabalho, enquanto em 2015, essa proporção aumentou para 97,0%. Esse aumento pode ser reflexo da diminuição da proporção daqueles que possuíam dois trabalhos, apresentando uma queda de 3,5 pontos percentuais entre 2005 e 2015, conforme o Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Número de trabalho dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo - 2005/2015.**

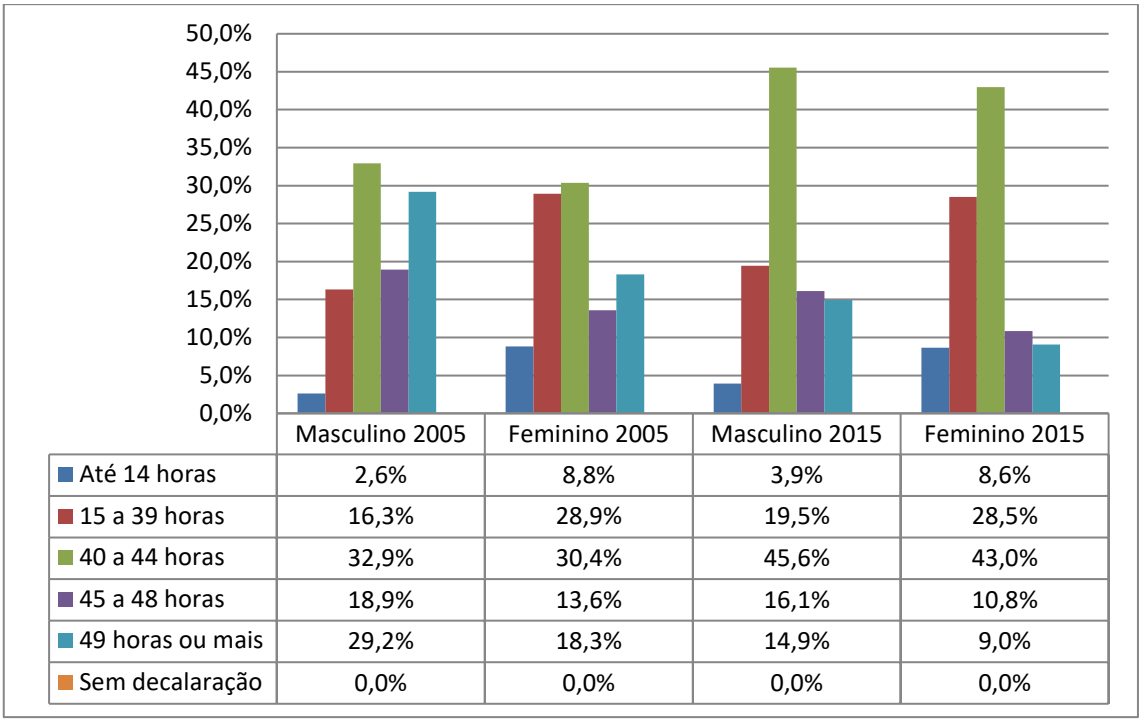



| | 2005 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Um | Dois | Três ou mais | Um | Dois | Três ou mais |
| Nacional | 93,3% | 6,0% | 0,7% | 96,3% | 3,5% | 0,2% |
| Masculino | 92,8% | 6,5% | 0,7% | 97,0% | 3,0% | 0 |
| Feminino | 93,4% | 5,9% | 0,7% | 96,1% | 3,6% | 0,3% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Quanto à jornada de trabalho, é possível observar que houve uma pequena alteração entre 2005 e 2015 (Gráfico 11). Houve um aumento no grupo dos que trabalhavam de 40 a 44 horas semanais, passando de 32,9% para 45,6% e uma queda no grupo dos que trabalhavam 49 horas ou mais, passando de 29,2% para 14,9%.

**Gráfico 11 - Horas trabalhadas no trabalho principal dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo – 2005/2015.**




| | Masculino 2005 | Feminino 2005 | Masculino 2015 | Feminino 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Até 14 horas | 2,6% | 8,8% | 3,9% | 8,6% |
| 15 a 39 horas | 16,3% | 28,9% | 19,5% | 28,5% |
| 40 a 44 horas | 32,9% | 30,4% | 45,6% | 43,0% |
| 45 a 48 horas | 18,9% | 13,6% | 16,1% | 10,8% |
| 49 horas ou mais | 29,2% | 18,3% | 14,9% | 9,0% |
| Sem decalaração | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

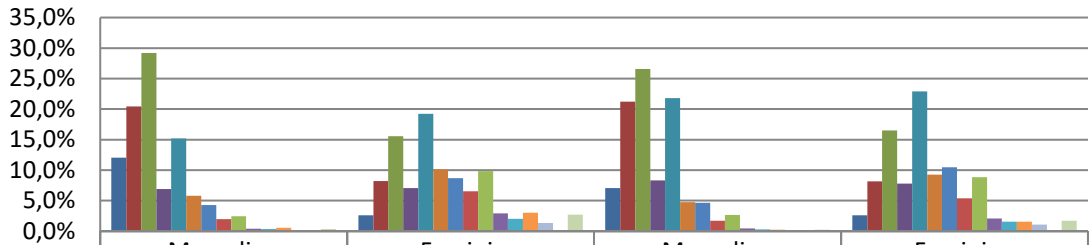
O trabalho produzido na sociedade numa perspectiva mais ampla não consiste apenas naquele que é realizado pela remuneração. Desta forma, considera-se ainda o trabalho realizado na esfera privada voltado paras as atividades domésticas e de cuidado, que também consome o tempo das pessoas (IBGE, 2016).

Assim, ao analisar o número de horas que homens monoparentais dedicaram aos afazeres domésticos, observou-se que em 2005, a maior proporção (29,2%) equivalia aos que trabalhavam entre 10 e 14 horas, seguida daqueles que dedicavam de 5 a 9 horas, 20,4%. Em 2015, houve um crescimento de 6,6% na jornada daqueles que dedicavam entre 20 e 24 horas aos afazeres domésticos, representando 21,8% do total. No entanto, mesmo com a diminuição de 2,6% a maior proporção (26,6%) continuou no grupo dos que dedicavam entre 10 e 14 horas aos afazeres domésticos.

Esses dados mostram não só um avanço no número de homens monoparentais que realizaram afazeres domésticos, mas o número de homens, como um todo, que vem aumentando a participação nessas tarefas e nos cuidados no âmbito privado. No entanto, não é possível ignorar fatores históricos de gênero e dados estatísticos, que mostram que as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados, revelando um quadro que pouco se alterou nos últimos anos.

Nesse sentido, em relação às famílias monoparentais femininas, em 2005, o maior percentual (19,2%) de mulheres monoparentais dedicavam entre 20 e 24 horas semanais aos afazeres domésticos. Em 2015, esse mesmo número de horas era dedicado por 22,9% dessas mulheres. A princípio são números que não expressam tanta grandeza, mas em resposta ao questionário da PNAD foram registrados até 90 horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres, enquanto as respostas dos homens se limitaram a 70 horas semanais. No entanto, para dar maior relevância esses números foram agrupados em quatro em quatro horas (Gráfico 12).

**Gráfico 12 - Horas gastas em afazeres domésticos, segundo responsáveis pelos domicílios monoparentais - 2005/2015.**




| | 2005 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| 1 a 4 | 12,0% | 2,6% | 7,0% | 2,6% |
| 5 a 9 | 20,4% | 8,2% | 21,2% | 8,2% |
| 10 a 14 | 29,2% | 15,6% | 26,6% | 16,5% |
| 15 a 19 | 6,9% | 7,1% | 8,3% | 7,8% |
| 20 a 24 | 15,2% | 19,2% | 21,8% | 22,9% |
| 25 a 29 | 5,8% | 10,1% | 4,7% | 9,3% |
| 30 a 34 | 4,3% | 8,7% | 4,7% | 10,4% |
| 35 a 39 | 2,0% | 6,5% | 1,7% | 5,4% |
| 40 a 44 | 2,5% | 9,8% | 2,7% | 8,9% |
| 45 a 49 | 0,4% | 2,9% | 0,4% | 2,1% |
| 50 a 54 | 0,3% | 2,0% | 0,3% | 1,6% |
| 55 a 59 | 0,6% | 3,0% | 0,2% | 1,5% |
| 60 a 64 | 0,2% | 1,3% | 0,1% | 1,1% |
| 65 a 69 | 0,0% | 0,1% | 0,0% | 0,0% |
| 70 ou mais | 0,3% | 2,7% | 0,2% | 1,7% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Os dados até aqui apresentados, sobre a participação no mercado de trabalho por homens e mulheres responsáveis por famílias monoparentais, mostram evidências que vão ao encontro de muitas discussões referentes à divisão sexual do trabalho, que destacam que "[...] a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica numa substituição de trabalho e sim no acúmulo. Entretanto, apesar da maior

dinâmica populacional feminina, o número de homens ocupados que realizam afazeres domésticos e cuidados na última década teve um aumento [...]" (IBGE, 2016, p. 63).

> Para a OIT, as diferenças entre homens e mulheres na distribuição das tarefas domésticas e de cuidados significam que há uma maior probabilidade das mulheres trabalharem menos horas numa atividade remunerada qualquer. Em todo o mundo, embora esta desigualdade tenha diminuído ao longo do tempo, foi pequena a redução no tempo gasto pelas mulheres nos trabalhos domésticos e não houve redução significativa no tempo dedicado aos cuidados às crianças. E as mulheres permanecem com jornadas de trabalho total superiores às dos homens (ANDRADE, 2016, p. 27).

Para além, a autora acrescenta que o cuidado de filhos pequenos é o que mais consome tempo de trabalho doméstico das mulheres, por isso, esse é um contexto que pode explicar porque "os homens dediquem cerca de 7 horas semanais a mais à sua jornada de trabalho principal e porque, em consequência, é mais difícil o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como sua ascensão profissional". (ANDRADE, 2016, p. 29).

Para Leone, Krein, Teixeira (2017) um dos motivos das mulheres trabalharem menos horas em atividades remuneradas em relação aos homens são as responsabilidades domésticas. "Elas têm menor probabilidade de receber o pagamento por horas extraordinárias, além de restrições ao trabalho noturno, insalubre, de alta periculosidade, entre outros" (p. 25).

Assim, no que tange ao rendimento médio de homens e mulheres unicamente responsáveis por domicílios monoparentais, pôde-se constar que teve um aumento de 91,6 % da renda média dos responsáveis masculinos e 99,2% da renda média das responsáveis do sexo feminino, no período. A análise do rendimento auferido pelos homens de domicílios monoparentais é muito importante, "na medida em que outros estudos com dados de censos anteriores comprovaram que o rendimento do responsável pelo domicílio ou família representa em torno de 70% do orçamento familiar" (IBGE, 2002, p. 24).

Considerando que, em 2005, o salário mínimo no Brasil era de R$ 300 (trezentos reais), o rendimento médio dos homens responsáveis pelo domicilio era de R$ 1.081 reais, correspondendo a 3,6 salários mínimos daquele ano. Em 2015, o salário correspondia a R$ 788 (setecentos e oitenta e oito reais), sendo que o rendimento médio era de R$ 2.072, o que corresponde a 2,6 salários mínimos da época. Enquanto para as mulheres monoparentais, em 2005, o rendimento médio era de R$ 743 (setecentos e quarenta e três reais) correspondendo a 2,5 salários, passando pra R$ 1.481 em 2015,

equivalendo a 1,9 salários, conforme Tabela 7.

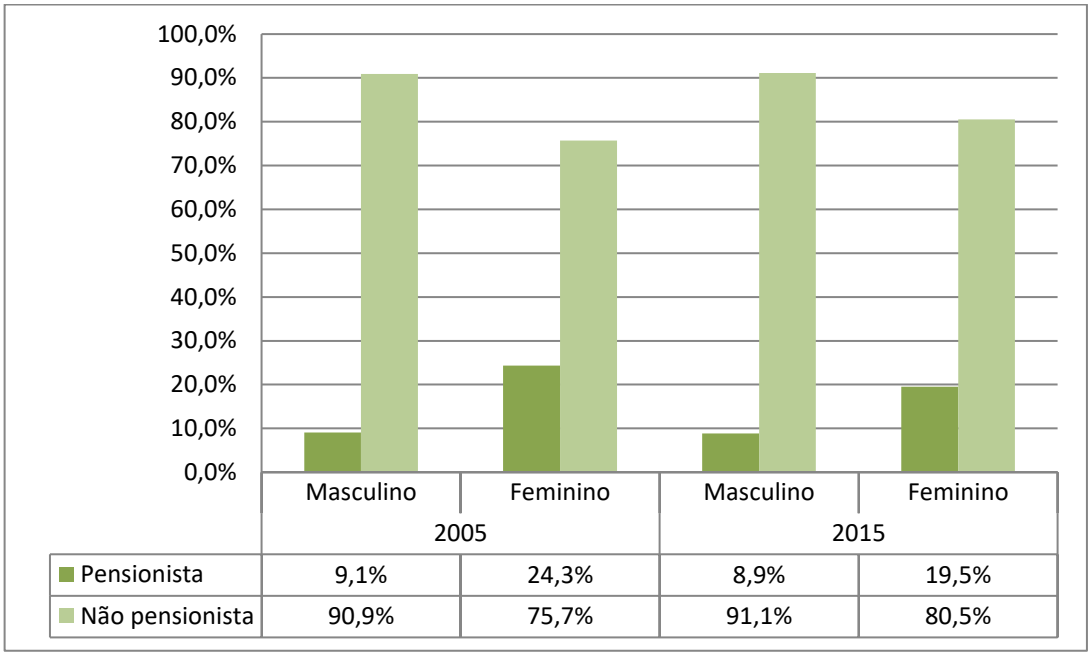
**Tabela 7 - Rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios monoparentais, segundo o sexo – 2005/2015.**

| Sexo | Rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios monoparentais | |
|---|---|---|
| | 2005 | 2015 |
| Masculino | R$1.081,47 | R$2.072,11 |
| Feminino | R$743,19 | R$1.481,11 |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

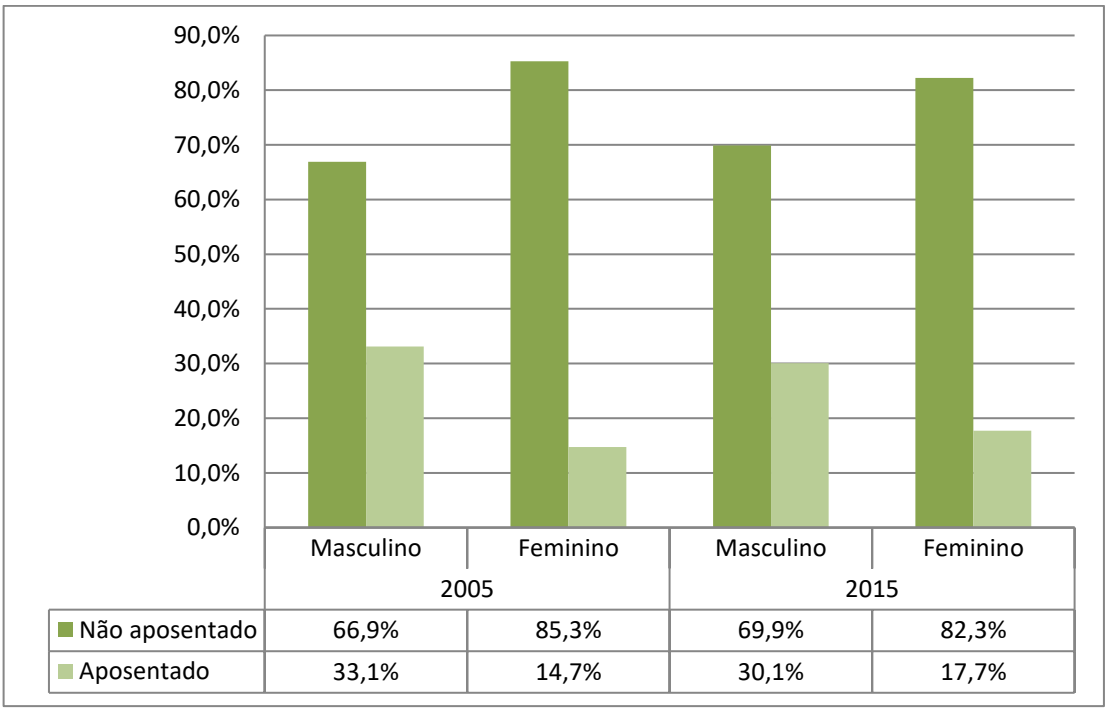
Outros dados referentes ao rendimento são aqueles relacionados à aposentadoria e pensão. Nesse sentindo, em 2005, 9, 1% dos pais monoparentais eram pensionistas, enquanto em 2015, não houve grandes alterações passando para 8,9% (Gráfico 13). Para os pais monoparentais aposentados pelo INSS, passou de 33,1%, em 2005, diminuindo para 30,1%, em 2015. Pouco mudou entre 2005 e 2015 em relação a essas fontes de rendimento, sendo que a principal fonte de renda foram os rendimentos provenientes do trabalho (Gráfico 14).

**Gráfico 13 – Percentual de pensionistas dos domicílios monoparentais (%) - 2005/2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

**Gráfico 14 - Percentual de pessoas de referências aposentadas nos domicílios monoparentais (%) - 2005/2015.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Esses números mostram que durante todos esses anos, persistiu uma diferença entre os rendimentos masculinos e femininos, sendo rendimento dos homens monoparentais maior do que as mulheres monoparentais. Mesmo não sendo o objetivo

principal desse trabalho fazer uma comparação entre os domicílios monoparentais masculinos e femininos, não se pode deixar de mencionar as disparidades e as desigualdades de gênero em vários aspectos relacionados ao mercado de trabalho. São dados que não indicaram mudanças significativas durante esses dez anos, mesmo estando esses homens e mulheres ocupando a mesma posição no seu arranjo familiar.

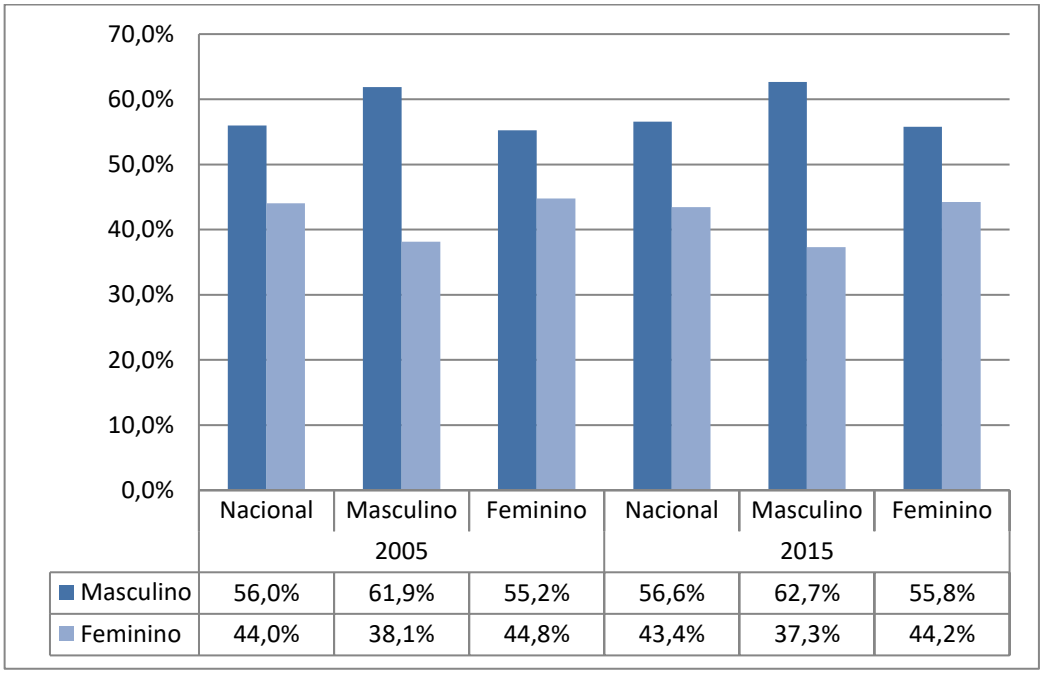
Na próxima subseção serão abordadas questões relacionadas aos filhos sob responsabilidade de pais sem cônjuge e buscar informações que possam contribuir na caracterização dos domicílios monoparentais masculinos.

### d. Filhos sob a responsabilidade masculina

Um dos elementos mais importante para a caracterização dos domicílios monoparentais é a presença dos filhos. E, nesse trabalho, foi relevante para caracterizar os domicílios monoparentais masculinos, identificar o número de filhos no domicílio, o sexo e idade dos filhos. Além disso, escolheram-se algumas variáveis que puderam fornecer informações sobre o cuidado das crianças e o trabalho delas dentro dos domicílios.

Assim, verifica-se que os filhos presentes nos domicílios monoparentais totalizavam 24.725, em 2005, e 22.763, em 2015. A presença de filhos do sexo masculino sobressaiu tanto em 2005 (56%), quanto em 2015 (56,6%). A maior proporção dos filhos presentes nos domicílios monoparentais estava presentes nos domicílios monoparentais femininos. No entanto, ao analisar tais domicílios pelo sexo das crianças, pode-se verificar que os domicílios monoparentais masculinos possuíam o maior percentual de filhos do sexo masculino. Essa tendência apareceu tanto em 2005, com 62%, quanto em 2015, com 63%, da presença de meninos em domicílios monoparentais masculinos (Gráfico 15).

**Gráfico 15 - Proporção de filhos nos domicílios monoparentais, por sexo dos filhos - 2005/2015.**




| | Nacional | Masculino | Feminino | Nacional | Masculino | Feminino |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | | | 2015 | | |
| Masculino | 56,0% | 61,9% | 55,2% | 56,6% | 62,7% | 55,8% |
| Feminino | 44,0% | 38,1% | 44,8% | 43,4% | 37,3% | 44,2% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

A média do número de filhos presentes nos domicílios monoparentais masculinos foi de 1,7 filhos, em 2005, passando para 1,5 filhos, em 2015. Em proporção, o maior percentual foi daqueles domicílios que possuíam apenas um filho, tanto em 2005, quanto em 2015. Sendo que no primeiro ano esse número era de 56,4% passando para 62,8%, em dez anos, como mostra a Tabela 8.

**Tabela 8 - Média do total de filhos presentes nos domicílios monoparentais, pelo sexo do responsável – 2005/2015.**

| Sexo | Número médio de filhos nos domicílios monoparentais | |
|---|---|---|
| | 2005 | 2015 |
| Masculino | 1,7 | 1,5 |
| Feminino | 1,9 | 1,7 |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

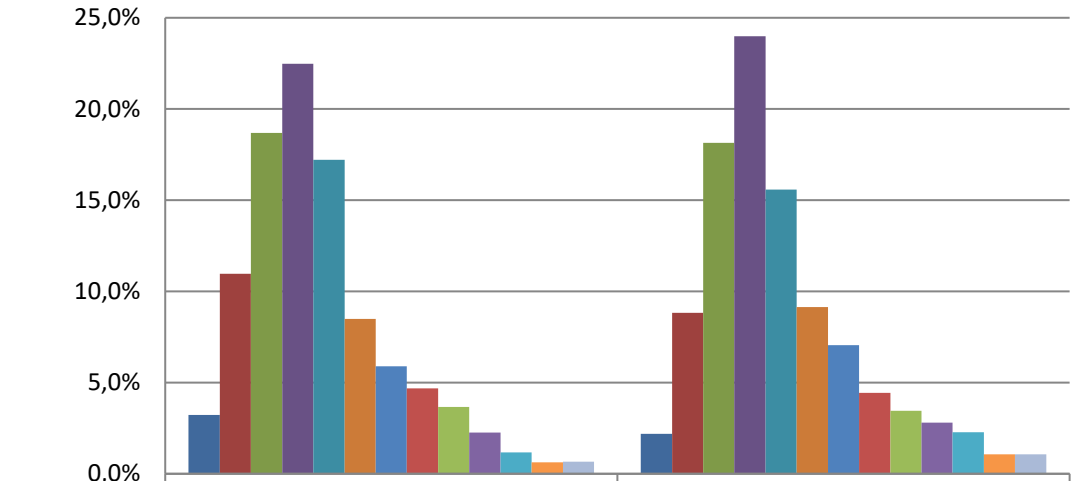
Percebe-se que a dinâmica nos lares monoparentais vai ao encontro das atuais tendências sociodemográficas presentes no Brasil, que evidencia que a queda da fecundidade vem impactando e reorganizando as diferentes estruturas familiares. São números consoantes com aqueles encontrados na literatura especializada. Outro fato interessante de se observar é a maior proporção de meninos nos domicílios monoparentais masculinos. Será que os homens tendem assumir mais meninos do que as meninas? Não é possível responder essa pergunta apenas com a análise dessa variável

e com o direcionamento do questionário da PNAD, mas fica o questionamento para estudos futuros.

Para definir a idade dos filhos presentes nesses domicílios utilizou-se a divisão da população por grupos de idade adotada pelo IBGE. Para a definição de criança e adolescente, considerando a idade como critério utilizou a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido pela sigla ECA (BRASIL, 1990), que para o Estado brasileiro criança é classificada como uma pessoa de até 12 anos incompleto e adolescente a pessoa com 12 a 18 anos de idade. E nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

Assim, em 2005, 22,4% dos filhos presentes nos lares monoparentais masculinos eram adolescentes entre 15 a 19 anos de idade, sendo que em 2015 esse indicador aumentou para 24% (Gráfico 16). Percebe-se que nesse período, os grupos de idade que abrangem crianças de até 12 anos de idade não são tão expressivos quanto aqueles que abarcam os adolescentes. Por isso, pode-se dizer que nos domicílios monoparentais masculinos a presença de adolescentes é mais expressiva do que a de crianças.

**Gráfico 16 - Filhos presentes nos domicílios monoparentais masculinos, segundo grupo de idade dos filhos - 2005/2015.**




| | 2005 | 2015 |
|---|---|---|
| 0 a 4 | 3,2% | 2,2% |
| 5 a 9 | 11,0% | 8,8% |
| 10 a 14 | 18,7% | 18,2% |
| 15 a 19 | 22,5% | 24,0% |
| 20 a 24 | 17,2% | 15,6% |
| 25 a 29 | 8,5% | 9,1% |
| 30 a 34 | 5,9% | 7,0% |
| 35 a 39 | 4,7% | 4,4% |
| 40 a 44 | 3,7% | 3,4% |
| 45 a 49 | 2,3% | 2,8% |
| 50 a 54 | 1,2% | 2,3% |
| 55 a 59 | 0,6% | 1,1% |
| 60 ou mais | 0,7% | 1,1% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

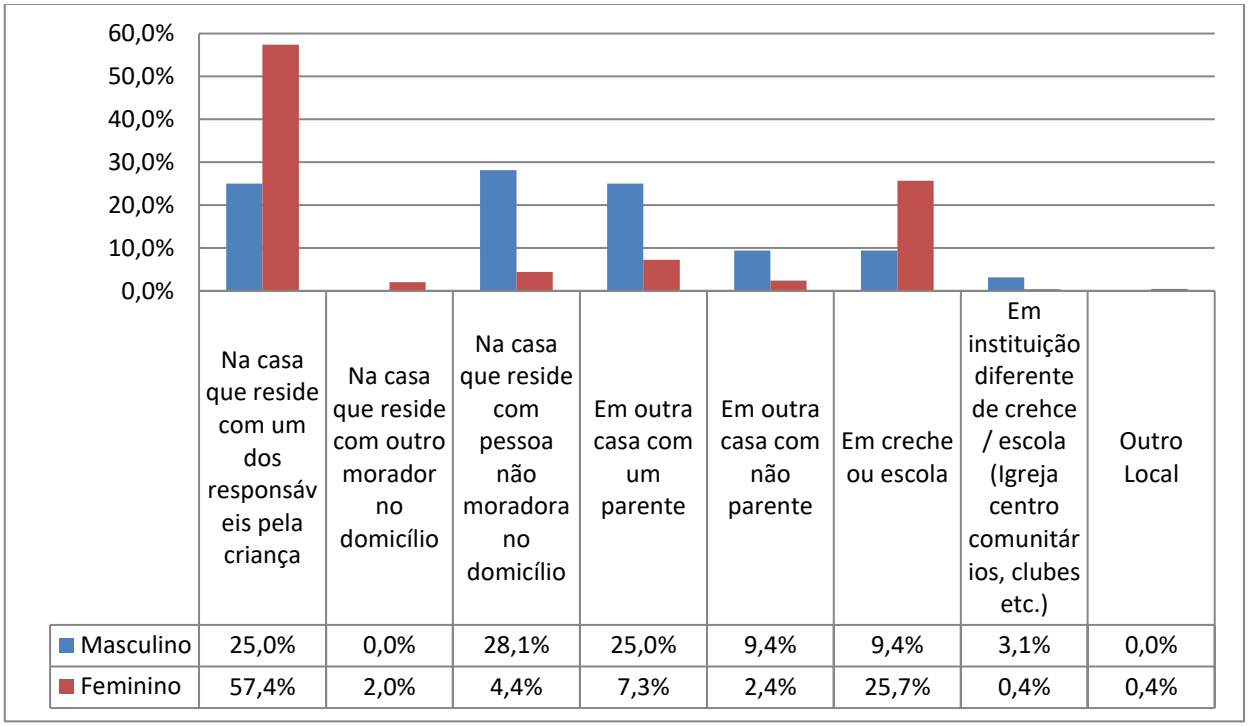
Mesmo sendo o grupo de crianças e adolescente, um grupo populacional, que tende a diminuir, é importante enfatizar quanto às políticas de educação, saúde e proteção social são relevantes para este público (IBGE, 2016). Diante disso, escolhemos algumas variáveis que podem sinalizar alguns desses aspectos, sobretudo no que diz respeito à proteção social.

Sendo assim, procurou-se buscar dentro dos domicílios monoparentais os cuidados de crianças de menos de 4 anos de idade, a partir da investigação de onde a criança ficava, no período da manhã, e o principal motivo para a criança ficar nesse local. Apesar de se obter poucas informações em relação a essas variáveis, entende-se que estas podem sinalizar estratégias que pais monoparentais utilizaram nos cuidados

dos filhos pequenos.

O Gráfico 17 e o Gráfico 18 apresentam dados que evidenciam que, em 2015, o maior percentual de crianças, 28,1%, ficava no período da manhã na casa que residia com pessoa não moradora do domicílio. Seguido na casa que reside com um dos responsáveis (25%) e em outra casa com um parente (25%). O principal motivo para a criança ficar neste local foi representado com maior percentual (62,5%), por ser o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança.

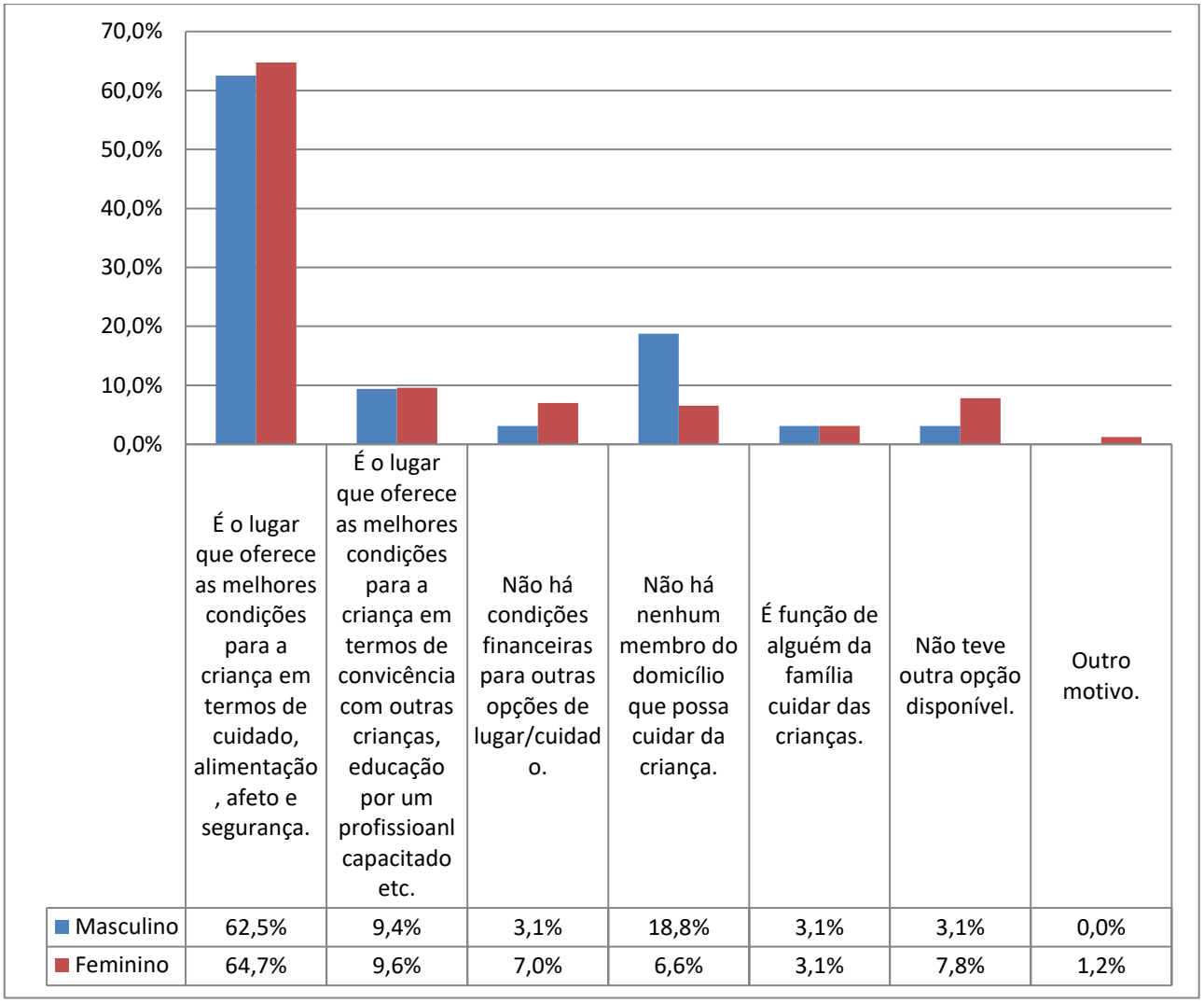
**Gráfico 17 - Locais onde crianças de 0 a 4 anos de idade ficavam no período da manhã, segundo o domicílio monoparental masculino – 2015.**




| | Na casa que reside com um dos responsáveis pela criança | Na casa que reside com outro morador no domicílio | Na casa que reside com pessoa não moradora no domicílio | Em outra casa com um parente | Em outra casa com não parente | Em creche ou escola | Em instituição diferente de crehce / escola (Igreja centro comunitários, clubes etc.) | Outro Local |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Masculino | 25,0% | 0,0% | 28,1% | 25,0% | 9,4% | 9,4% | 3,1% | 0,0% |
| Feminino | 57,4% | 2,0% | 4,4% | 7,3% | 2,4% | 25,7% | 0,4% | 0,4% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

**Gráfico 18 - Motivo para as crianças de 0 a 4 anos de idade ficar no período da manhã, segundo o domicílio monoparental masculino – 2015.**




| | É o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança. | É o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de convicência com outras crianças, educação por um profissioanl capacitado etc. | Não há condições financeiras para outras opções de lugar/cuidado. | Não há nenhum membro do domicílio que possa cuidar da criança. | É função de alguém da família cuidar das crianças. | Não teve outra opção disponível. | Outro motivo. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Masculino | 62,5% | 9,4% | 3,1% | 18,8% | 3,1% | 3,1% | 0,0% |
| Feminino | 64,7% | 9,6% | 7,0% | 6,6% | 3,1% | 7,8% | 1,2% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Para domicílios monoparentais essas informações são muito importantes, pois a falta de um cônjuge dificulta os cuidados com as crianças menores, nesse sentido, é preciso reconhecer as responsabilidades do Estado frente à promoção de políticas públicas, que possam garantir creches, escolas, convívio social, desenvolvimento e autonomia das crianças. Tudo isso é fundamental tanto para garantir os direitos das crianças, mas também para o fortalecimento do apoio da vida familiar.

O percentual de crianças que ficavam em creche ou escola foi de 9,3%. A opção de pagar uma pessoa, ou pedir a um parente o favor de cuidar das crianças, pode ser uma alternativa para a falta de creches e escolas destinada as crianças dessa faixa etária.

Outro aspecto relacionado ao bem estar e proteção social de crianças e

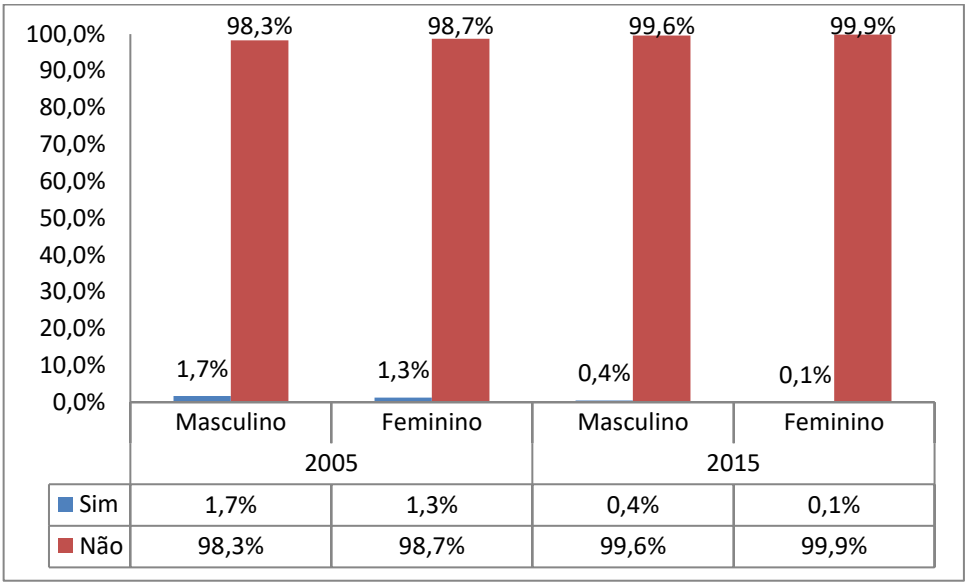
adolescentes está diretamente relacionado à inserção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em atividades produtivas, "pois, isto aumenta a exposição a problemas de saúde (acidentes) e dificulta ou impede sua presença na escola, sendo estes fatores limitadores de seu pleno desenvolvimento e aprendizado". (IBGE, 2016, p. 29). Sendo assim, é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo a condição peculiar de aprendiz[20], e trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos (BRASIL, 1990 *apud* IBGE, 2016).

Para Mesquita e Ramalho (2015, p. 104), "apesar das proibições impostas pelas leis trabalhistas e das políticas de combate ao trabalho infantil, o Brasil ainda tem um número considerável de crianças inseridas no mercado de trabalho". Para os autores, além dos efeitos adversos no período que estão trabalhando, o trabalho infantil influencia diretamente na qualidade e na expectativa de vida das crianças na fase adulta, principalmente no que diz respeito ao acúmulo de capital humano ao longo da vida.

Desse modo, identificou-se nos domicílios pesquisados, que tanto os domicílios monoparentais masculinos, quanto os femininos, os filhos de 5 a 9 anos de idade, praticamente não tiveram trabalho no período de referência. Esses dados são apresentados no Gráfico 19.

[20] Na condição de aprendiz, a criança ou adolescente deve ser submetida a uma jornada de no máximo 6 horas diárias, sendo proibido qualquer tipo de prorrogação ou compensação. Apenas nos casos em que o aprendiz já terminou o ensino fundamental o limite aumenta para oito horas diárias, desde que, entre as atividades desenvolvidas, estejam computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica (MESQUITA; RAMALHO, 2015, p. 104).

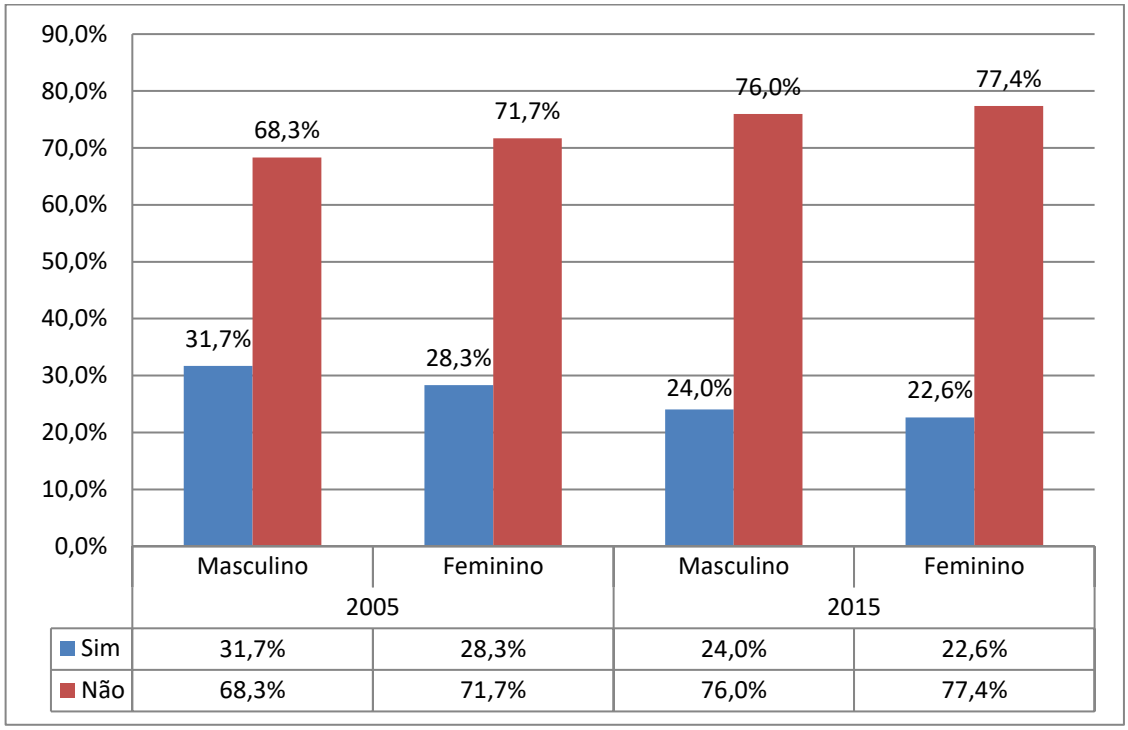
**Gráfico 19 - Trabalho de crianças de 5 a 9 anos, segundo os domicílios monoparentais.**




Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Outro aspecto relacionado ao trabalho das crianças diz respeito ao tempo que elas dedicam aos afazeres domésticos, como apresenta o Gráfico 20 e o Gráfico 21. Assim, dentro dos domicílios monoparentais masculinos, em 2005, 31,67% dos filhos cuidavam de afazeres domésticos na semana de referência. O maior número de horas dedicadas a esta atividade correspondeu ao grupo que realizava entre 1 e 4 horas, ou 51,6% do total, seguido daqueles que dedicavam entre 5 e 9 horas, equivalente a 25,3%. No ano de 2015 observou-se um aumento percentual nesses dois grupos de horas, passando para 55,4% e 28,6% os grupos que realizavam entre 1 e 4 horas e entre 5 e 9 horas, respectivamente.

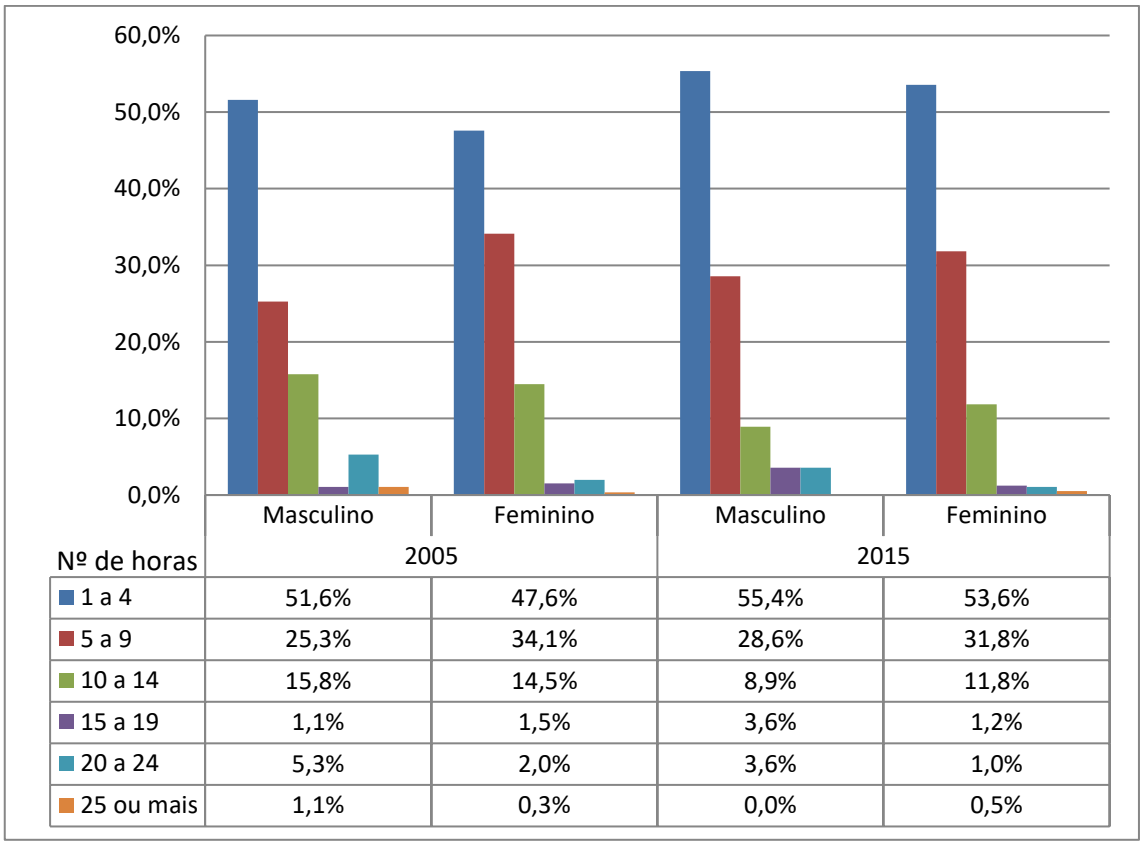
**Gráfico 20 - Afazeres domésticos de crianças de 5 a 9 anos, segundo os domicílios monoparentais.**




| | Masculino 2005 | Feminino 2005 | Masculino 2015 | Feminino 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Sim | 31,7% | 28,3% | 24,0% | 22,6% |
| Não | 68,3% | 71,7% | 76,0% | 77,4% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

**Gráfico 21 – Número de horas que crianças de 5 a 9 anos dedicavam aos afazeres, segundo os domicílios monoparentais.**




| Nº de horas | Masculino 2005 | Feminino 2005 | Masculino 2015 | Feminino 2015 |
|---|---|---|---|---|
| 1 a 4 | 51,6% | 47,6% | 55,4% | 53,6% |
| 5 a 9 | 25,3% | 34,1% | 28,6% | 31,8% |
| 10 a 14 | 15,8% | 14,5% | 8,9% | 11,8% |
| 15 a 19 | 1,1% | 1,5% | 3,6% | 1,2% |
| 20 a 24 | 5,3% | 2,0% | 3,6% | 1,0% |
| 25 ou mais | 1,1% | 0,3% | 0,0% | 0,5% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

Mesquita e Ramalho (2015), ao pesquisarem relação entre trabalho infantil e estrutura familiar, comparando famílias biparentais e monoparentais, ressaltam que,

> Os dados mostram que, após considerar o efeito de várias características observadas referentes aos atributos das crianças, pais, tamanho da família, mercado de trabalho e localização, há uma diferença positiva de probabilidade de trabalho infantil entre famílias monoparentais chefiadas pela mãe e biparentais sob responsabilidade do pai. Embora tal diferença tenha pequena magnitude [...], ela sugere que uma criança em família monoparental é relativamente mais propensa à entrada precoce no mercado de trabalho (MESQUITA; RAMALHO, 2015, p. 123).

Assim, mesmo que os autores tenham pesquisado especificamente as famílias monoparentais femininas, considera-se que muitos aspectos podem também estar presentes nas famílias monoparentais masculinas, pois, em seus resultados, eles destacam como fatores indutores do trabalho infantil o sexo masculino, a maior idade da criança e a baixa escolaridade dos pais. São elementos que também podem estar presentes nesses domicílios.

Algumas dessas características sobre os filhos, presentes nos lares monoparentais masculinos, nos faz pensar que umas das muitas responsabilidades desses pais, são as suas escolhas para as crianças, sobretudo o tempo que é destinado a elas ao trabalho, aos estudos e lazer. E como o fato de não ter a presença do cônjuge pode afetar no desenvolvimento, em diferentes aspectos, dos seus filhos e também sugerir quais estratégias essas famílias utilizam para se organizarem.

A próxima subseção vai discorrer sobre a condição de ocupação do domicilio. Essa será a única variável relacionada especificamente à caracterização dos domicílios que será utilizada. Com ela fechamos a caracterização dos domicílios monoparentais masculinos por meio das PNADs de 2005 e 2015.

### e. Domicílios monoparentais

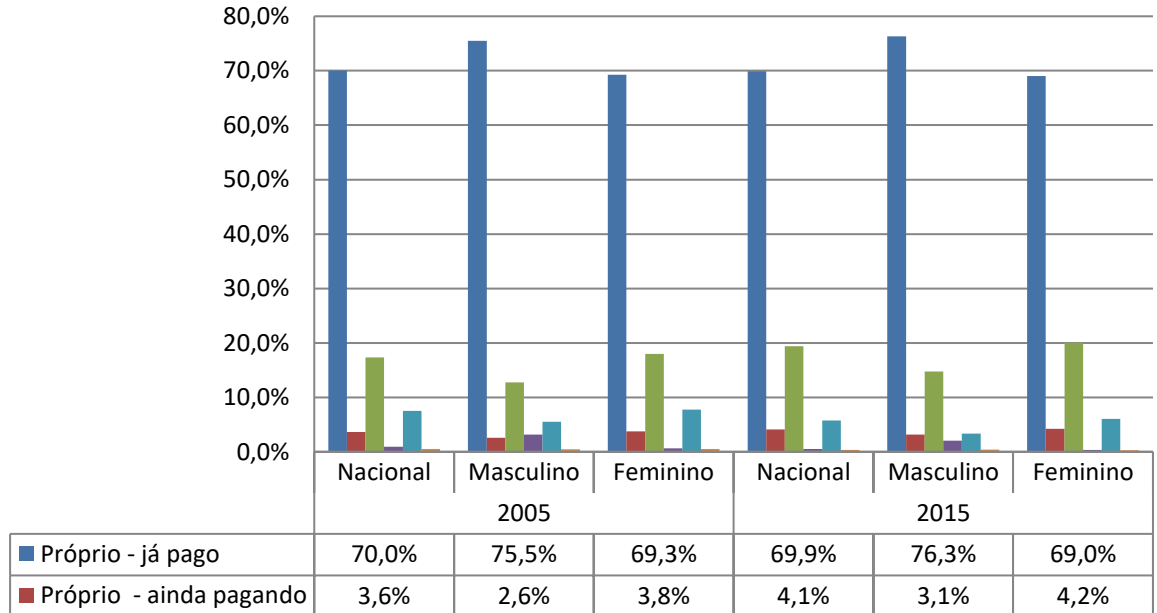
De acordo com a PNAD conceitua-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. No entanto, entende-se que o conceito de moradia não deve ser visto apenas pela estrutura física do local onde se mora, mas, "deve, antes, abarcar as condições de vida e as relações sociais e econômicas associadas à ocupação daquele espaço" (IBGE, 2016, p. 92).

Nesse sentido, um aspecto importante para a caracterização dos domicílios brasileiros, e especificamente aqui, para os monoparentais masculinos é a condição de

ocupação, ou seja, a forma que as pessoas ocupam determinada residência, se o domicílio é próprio, alugado, cedido, entre outras características.

Entre as categorias utilizadas na PNAD, à condição de ocupação mais comum nos domicílios monoparentais masculino, em 2005, foi a de domicílio próprio já pago, isto é, o imóvel já pertence a um dos moradores e já não há financiamento pendente. Nesse sentido, a proporção de domicílios nessa condição era de 75,5%, seguido de 12,8% dos domicílios alugados. No ano de 2015 houve um acréscimo nessa condição, o percentual dos domicílios próprio já pago foi de 76,3%, seguido de 14,8% dos domicílios alugados. O Gráfico 22 apresenta a proporção das condições de ocupação entre 2005 e 2015 dos domicílios monoparentais masculinos.

**Gráfico 22 - Condição de ocupação do domicílio, segundo os domicílios monoparentais – 2005/2015.**




| | Nacional | Masculino | Feminino | Nacional | Masculino | Feminino |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | | | 2015 | | |
| Próprio - já pago | 70,0% | 75,5% | 69,3% | 69,9% | 76,3% | 69,0% |
| Próprio - ainda pagando | 3,6% | 2,6% | 3,8% | 4,1% | 3,1% | 4,2% |
| Alugado | 17,4% | 12,8% | 18,0% | 19,4% | 14,8% | 20,1% |
| Cedido por empregador | 0,9% | 3,1% | 0,6% | 0,5% | 2,1% | 0,3% |
| Cedido de outra forma | 7,5% | 5,5% | 7,8% | 5,7% | 3,3% | 6,1% |
| Outra condição | 0,5% | 0,4% | 0,5% | 0,3% | 0,4% | 0,3% |

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD (2005/2015).

É interessante ressaltar que a distribuição dos domicílios de acordo com as diferentes condições de ocupação está relacionada a fatores culturais, econômicos e demográficos, como também pelas políticas públicas de habitação e à própria organização do espaço urbano (IBGE, 2016).

De acordo com o IBGE (2016) é desejável que a condição do domicílio seja

próprio, uma vez que reduz a vulnerabilidade das famílias residentes. Apesar de não haver uma relação única entre desenvolvimento econômico de uma determinada área geográfica com a maior proporção de domicílios próprios. No entanto, a condição de domicílio alugado é algo que pode significar um fator a mais de vulnerabilidade das famílias, uma vez que o aluguel consome parte da renda domiciliar destas famílias.

Essa variável foi apenas um indicador das condições domiciliares das famílias monoparentais masculinas, buscou-se com todas as variáveis escolhidas para o trabalho fazer uma caracterização dos domicílios monoparentais masculinos e construir um perfil que mostrasse as mudanças que esses domicílios tiveram no período de dez anos. Assim, pode-se dizer que entre os principais pontos que contribuíram para construir o perfil dos domicílios monoparentais masculinos, no período de 2005 e 2015, destacam:

O aumento dos domicílios monoparentais masculinos como uma realidade concreta frente aos demais tipos de domicílios; É um fenômeno tipicamente urbano, com maiores proporções na Região Sudeste; A média de idade dos responsáveis monoparentais masculinos variou de 57 e 55 anos no período, evidenciando que homens presentes nesses domicílios estavam com idade mais avançada se comparado aos domicílios monoparentais femininos; A maior proporção dos responsáveis masculinos se declarou pretos ou pardos. Também foi constatada a maior proporção de solteiros; Houve um avanço na escolaridade desses responsáveis, sendo que a média de anos de estudo passou de 6,1 para 7,4 anos de estudo; Houve uma queda significativa na taxa de analfabetismo; Mais de 65% dos responsáveis estavam inseridos no mercado de trabalho; A maior proporção trabalhava entre 40 e 44 horas. O rendimento médio desses responsáveis passou de R$ 1.081 para R$ 2.072. Em relação aos serviços domésticos a maior proporção foi representada pelo grupo que se dedicava entre 10 e 14 horas semanal; A média do número de filhos presentes nos domicílios monoparentais masculinos foi de 1,7 filhos, passando para 1,5 filhos; A maior proporção dos filhos era adolescente entre 15 a 19 anos de idade; E o maior percentual de filhos era do sexo masculino; E, em relação à condição de ocupação dos domicílios, a maior proporção era dos domicílios próprios já pagos.

Nesse sentido, os números serviram de bases para refletir uma série de questões presentes nas famílias monoparentais masculinas, no entanto, não foi possível abarcar as questões cotidianas presentes nessas famílias, por isso, optou-se em realizar uma parte qualitativa nesse trabalho, através de entrevistas com alguns pais monoparentais da

cidade de Viçosa-MG.

## 4.2. Resultados qualitativos e discussões

### 4.2.1. O perfil dos entrevistados

A monoparentalidade precisa ser vista como um resultado de um conjunto de fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam diretamente na trajetória de mulheres e homens, fazendo com que essa chefia tenha múltiplos significados, sobretudo, por ela ser desencadeada por diferentes motivos, entre eles, o aumento da incidência de divórcios, a viuvez, o abandono, adoção ou por mudanças de valores sociais em relação ao casamento, o que evidencia a monoparentalidade por uma questão de opção.

Dessa forma, para conhecer os sujeitos entrevistados nesse trabalho foi construído um perfil sociodemográfico (Quadro 5) e uma síntese da trajetória de cada um deles. Optou-se por utilizar nomes fictícios para preservar a identidade de cada um dos entrevistados.

**Quadro 5 - Perfil dos entrevistados**

| Nome dos entrevistados | Entrada na monoparentalidade | Idade | Raça ou cor | Número de filho(s) | Sexo e idade do(s) filho(s); F(feminino)/ M(masculino); | Escolaridade | Profissão | Renda (R$) | Origem da Renda | Condição do domicílio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Paulo | Separação | 39 anos | Pardo | 2 | (M) 10 anos; (M) 8 anos. | Ensino Médio Completo | Vendedor | 2.000 | Trabalho | Próprio - ainda pagando |
| Antônio | Divórcio | 60 anos | Pardo | 2* | (F) 21 anos; (M) 3 anos. | Ensino Superior Incompleto | Diagramador | 3.500 | Trabalho | Alugado |
| Rodrigo | Divórcio | 38 anos | Branco | 1 | (M) 13 anos. | Ensino Superior Incompleto | Empresário | 5.500 | Trabalho | Cedido pela mãe |
| João | Viuvez | 45 anos | Negro | 2 | (M) 13 anos; (M) 21 anos. | Ensino Médio Completo | Jardineiro | 2.400 | Trabalho + Pensão | Próprio - ainda pagando |

*Esse entrevistado também cuida no neto.

Fonte: Elaborado pela autora.

**Paulo (39 anos - Vendedor)**

Paulo nasceu em São Paulo (SP) e mora em Viçosa-MG há 18 anos. Ele foi criado em uma família monoparental feminina. Conheceu a sua ex-companheira, mãe dos seus filhos, quando tinha 29 anos. Eles ficaram juntos por oito anos, mas não se casaram.

Durante o relacionamento tiveram alguns rompimentos, mas continuaram morando juntos. Até que o relacionamento chega ao fim definitivamente. Com o término, a mãe das crianças optou por sair de casa e deixar os filhos sob os cuidados do pai.

Há três anos Paulo é único responsável pelos dois filhos, um de dez anos e outro de oito anos. Hoje, sua ex-companheira tem outra família e uma filha do atual relacionamento. Paulo mora com os filhos em casa própria, que ainda está pagando.

**Antônio (60 anos - Diagramador)**

Antônio nasceu em Penedo (AL) e mora em Viçosa (MG) há 54 anos. Foi criado em uma família nuclear, com pai e mãe. Ele ficou casado por 17 anos. Quando se casou sua ex-esposa tinha uma filha de 11 meses. Depois eles tiveram outra filha. Durante muitos anos eles mantiveram um bom relacionamento, mas a convivência foi ficando muito difícil com o passar do tempo, pois, muitos problemas foram afetando não só a convivência do casal, mas também o relacionamento da mãe com as filhas.

O término do casamento aconteceu com o divórcio, que na época foi uma surpresa para Antônio. Não houve uma conversa entre os dois, ele foi surpreendido pela visita de um oficial de justiça que o entregou o pedido de divórcio.

Com a separação Antônio saiu de casa e a sua filha mais nova, na época com 11 anos, foi morar com ele (foi uma decisão da filha morar com o pai). A filha mais velha já havia saído de casa para estudar e também não tinha um bom relacionamento com a mãe. Há dez anos ele é o único responsável pela sua filha, hoje com 21 anos. Vale ressaltar que ele é avô e também cuida do neto de três anos.

Antônio tem apartamento próprio, mas mora de aluguel com a sua filha e seu neto. Ele possui um apartamento, mas cedeu para a sua ex-esposa morar.

**Rodrigo (38 anos, empresário)**

Rodrigo nasceu em Viçosa e foi criado em uma família nuclear. Os seus pais se divorciaram quando ele tinha 17 anos, ele e a irmã ficaram morando com a mãe. Ele foi casado por dez anos e desse relacionamento nasceu o seu único filho, hoje com 13 anos. Rodrigo é divorciado há cinco anos.

Com o fim do seu casamento ele foi morar sozinho e o filho e a mãe ficaram morando juntos. Sua ex-esposa se casou novamente e foi morar em outra cidade com o seu filho e o novo marido. Uma atitude que surpreendeu Rodrigo, pois ele ficou sabendo da mudança do filho apenas cinco dias antes da viajem.

Depois de passar um tempo longe do pai, em uma viagem de férias, o filho decide morar com o pai. Ele quis viver novamente na cidade onde cresceu, quis voltar a estudar na mesma escola e voltar a conviver com os seus amigos.

A partir dessa decisão, Rodrigo entra em acordo com a sua ex-esposa para que o filho more com ele. Há seis meses ele é o único responsável pelo filho. Os dois moram em uma casa cedida pela mãe de Rodrigo, pois, o imóvel estava vazio há dez anos.

**João (45 anos, jardineiro)**

João nasceu em Viçosa (MG) e foi criado em uma família nuclear. Saiu de Viçosa apenas para fazer o curso de Agrotécnica em outra cidade. Quando terminou os estudos retornou a Viçosa e se casou.

Ficou casado por 12 anos e do relacionamento nasceu dois filhos, atualmente o mais velho tem 21 anos e o mais novo oito anos. Em uma fase difícil do casamento João se separou da esposa, mas se reconciliaram e voltaram a morar juntos.

No entanto, no ano de 2010 a sua esposa faleceu, vítima de um infarto. Há oito anos ele é viúvo, tornando-se assim, o único responsável pelos seus filhos. João mora com os filhos em casa própria, que ainda está pagando.

### 4.2.2. Descrição do perfil sociodemográfico

Para melhor entender o perfil das famílias monoparentais masculinas que participaram desse trabalho, optou-se em descrever algumas características do perfil dessas famílias, a partir da síntese já apresentada no Quadro 5.

As quatro famílias pertencem a bairros distintos, sendo estes: Coelhas[21], Floresta[22], Julia Mollá e Lourdes. Cada bairro possui características bem distintas, sobretudo no que tange a infraestrutura e serviços urbanos. Destes, o Lourdes e o Júlia Mollá são os locais mais próximos da área central da cidade, "bem dotados de infraestrutura, mesmo que a qualidade dos mesmos seja questionável, e serviços urbanos, como escolas, hospitais e edifícios de escritórios e grande parte do comércio da cidade" (SILVA, 2014, p. 100) . Sendo que a população que habita essas áreas é de alta e média renda.

"As condições socioeconômicas da população e a concentração de infraestrutura urbana diminuem quando se afasta do Centro" (SILVA, 2014, p. 100). E nessas condições está o bairro Floresta, em direção ao norte da área central da cidade, e o bairro Coelhas, em direção à região sul. Diferentemente dos bairros anteriores, esses bairros são caracterizados por possuir "população de baixa renda, localizado em região de pouco ou nenhum serviço ou infraestrutura urbana, região essa que vem sendo adotada pela Prefeitura para a construção de habitações populares" (SILVA, 2014, p. 100).

A paisagem urbana muitas vezes reflete as condições que vivem as famílias, sobretudo na disponibilidade e o acesso que elas possuem dos serviços públicos. Apesar de não ser um objetivo desse trabalho, é importante entender as características do bairro onde as famílias monoparentais residem, para melhor apreender as estratégias utilizadas por esses pais cotidianamente, como, o deslocamento até o trabalho, a escolha da escola dos filhos, entre outras questões que influenciam na organização familiar.

No que tange a condição do domicílio dessas famílias monoparentais masculinas, observou-se que duas dessas famílias possuem domicílio próprio ainda pagando, situados nos conjuntos habitacionais, Floresta e Coelhas. De certa forma, esses dois casos ilustram os dados encontrados para o Brasil, que evidenciou que a maior proporção dos domicílios das famílias monoparentais são próprios já pagos. Essas duas famílias estão a caminho de adquirir à casa própria, e, como mencionado anteriormente,

---

[21] "O Loteamento Coelha é um conjunto habitacional proposto pela Prefeitura e construído pela MVC Construtora. É formado por 132 casas de dois quartos com 37 metros quadrados em lotes de 130 metros quadrados" (SILVA, 2014, p. 83).

[22] O bairro Floresta é um conjunto habitacional construído pela MCMV construtora. É um conjunto habitacional composto por prédios. Foi entregue com cinco prédios de quatro andares, com quatro apartamentos cada.

as políticas públicas de habitação são consideradas uma iniciativa muito importante para a concretização desse feito. Em relação às outras duas famílias, uma possui domicílio alugado e a outra domicílio cedido.

Sobre a profissão e a escolaridade desses pais, observou-se que Paulo é vendedor, possui ensino médio completo e trabalha 40 horas semanais; Antônio é diagramador, possui ensino superior incompleto e trabalha mais de 60 horas semanal; Rodrigo é empresário, também possui ensino superior incompleto e trabalha mais ou menos 40 horas por semana, ele faz os seus horários de trabalho e tem uma rotina mais flexível, diferentes dos outros pais; João é jardineiro, possui ensino médio completo e trabalha 44 horas na semana. Percebe-se que todos esses pais estão acima da média de anos de estudo dos responsáveis dos domicílios masculinos pesquisados entre 2005 e 2015, pois, os números evidenciaram que neste último ano, a média era de 7,4 anos de estudo, o que não equivale nem ao ensino fundamental.

No que tange a renda[23] dos pais entrevistados, esta variou de R$ 2.000 a R$ 5.500, sendo que todas tem origem do trabalho. Aqueles que possuem ensino superior incompleto são os que possuem as maiores renda. Sendo Antônio, com R$ 3.500, e Rodrigo, R$ 5.500. Apenas um pai, João, que junto à renda do trabalho é somada à pensão que ele recebe em virtude do falecimento da sua esposa. Todos os rendimentos desses pais estão dentro, ou até mesmo acima, da média de rendimento apresentado em 2015 dos domicílios monoparentais masculinos no Brasil. É válido ressaltar que nenhum desses pais relatou dificuldades financeiras que pudessem prejudicar as necessidades básicas de suas famílias.

Outras características importantes desses pais são referentes ao estado civil, idade e raça. Assim, verificou-se que em relação ao estado civil, Paulo é solteiro, pois, não se casou com a mãe dos seus filhos. Casos como esse podem justificar a maior porcentagem dos solteiros, entre os pais monoparentais masculinos, como mostrou os dados quantitativos da PNAD 2015. Ou, como aponta Leite (2003), pode se tratar de um falsamente solteiro, ou seja, um pai, ou uma mãe que, vivenciou um passado de concubinagem, mas em razão de um vazio jurídico permanece solteiro. Antônio e Rodrigo são divorciados, e João é viúvo, como se destacou o segundo maior percentual da pesquisa.

[23] É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em 2018, e o salário mínimo vigente desse ano era de R$ 954 (novecentos e cinquenta quatro reais).

Em relação à idade dos pais entrevistados, evidenciou-se que Paulo estava com 36 anos, Antônio com 50 anos e Rodrigo e João com 37 anos. As vaiáveis quantitativas, no nível do Brasil, não permitiram verificar com quantos anos os pais monoparentais assumiram seus filhos. Sabe-se que a média de idade dos responsáveis pelos domicílios masculinos variou de 47 para 49 anos, em 2005 e 2015, respectivamente. Percebe-se quanto aos pais entrevistados que, independente da situação, eles assumiram seus filhos com idade acima de 35 anos.

E no que se refere à raça ou cor dos entrevistados, dois pais, Paulo e Antônio, se declararam como de cor ou raça parda, João se declarou como negro e Rodrigo como branco. Ao atentar para os dados nacionais, sobre as famílias monoparentais masculinas referentes a essa variável, evidenciou-se que a maior proporção dos responsáveis se declarou como de cor ou raça preta ou parda, tanto em 2005, quanto em 2015.

Também foi importante conhecer algumas características dos filhos presentes nesses domicílios, nesse sentido identificou-se que dois pais declararam ter dois filhos, um deles declarou ter uma filha e um neto, e o outro declarou ter um filho. Foi identificado que a idade dos filhos variou de três anos a 21 anos. Quanto ao sexo dos filhos, seis são do sexo masculino e uma do sexo feminino.

A próxima subseção irá descrever a forma de entrada na monoparentalidade de cada pai participante desse trabalho.

### 4.2.3. A entrada na monoparentalidade

A monoparentalidade masculina é um fenômeno concreto, mesmo sendo os casos em menor número do que a monoparentalidade feminina. Ela pode ser vista como um fator sociodemográfico, que está atrelado às mudanças da família e da própria sociedade.

A entrada na monoparentalidade dos sujeitos desse trabalho é bem diferente de um para o outro. Falar de monoparentalidade masculina causa um estranhamento até mesmo para os próprios sujeitos que se encontram nessa posição. Foi comum ao final de cada entrevista eles perguntarem se outros pais na mesma situação já tinham participado, e, antes mesmo de ouvirem a resposta, respondiam que não, pois, achavam que poderiam ser os únicos naquela situação.

Assim, considerando as diferentes formas de entrada na monoparentalidade, foi relevante investigar como os pais desse estudo se tornaram pessoas de referência de uma família monoparental e como eles e outras pessoas os veem nessa posição.

Para Paulo, a entrada na monoparentalidade aconteceu quando ele e sua ex-companheira decidiram se separar. Ele ficou em casa com os dois filhos:

> Começou a não ficar muito legal, aí a gente deu um tempo e depois a gente meio que conciliou. Eu sou muito de tomar decisão, então eu não insisto muito em uma coisa que não vai dar em nada. Então conversamos muito, e quem viu que não ia ser mais legal foi eu. E aí, nós temos dois filhos, e aí, e aí? E aí que as coisas foram acontecendo a gente ficou mais um ano, um ano e pouquinho morando juntos, mas... (Paulo).

A decisão de ficar sozinho com os filhos pequenos é vista por Paulo, como algo normal, pois, ele sempre foi muito presente e participativo nos cuidados da família. Mesmo assim, ele expõe os medos e as limitações da sobrecarga de estar sozinho nessa tarefa.

> Eles são o meu projeto de vida, tipo assim, eu acordo pensando neles. Eu não consigo mais, talvez, pensar de forma diferente. Então, se eu vou viajar tem que ser com eles, se eu não vou viajar, se eu for ficar dentro de casa. Eu sempre tive isso, é o meu legado, não sei. Para mim é absolutamente normal. Pesa muito? pesa muito! Tem hora que eu olho e falo: meu Deus do céu, me da força. Às vezes está doente, às vezes tem que tomar decisões... (Paulo).

Se para Paulo, ser um pai monoparental é uma situação normal, ele percebe que para algumas pessoas existe um grande estranhamento.

> Eu vejo muitas pessoas estranharem muito, nossa... principalmente mulheres. O pessoal da escola, os professores, diretor, quando tem que reclamar de alguma coisa (Paulo).

Para Antônio, a entrada na monoparentalidade aconteceu depois do seu divórcio. Hoje ele mora com a sua filha e com o seu neto. Para ele esse processo pode ser resumido da seguinte forma*:*

> Geralmente no início é tudo muito bom, não tem problema nenhum. A gente teve uma convivência boa, durante muitos anos foi tranquilo. Ai geralmente com o passar do tempo você vai percebendo o que vai acontecendo né, com a outra pessoa, e também comigo. Então a convivência depois ficou muito difícil. Ela começou a ter muitos problemas, tipo uma bipolaridade, era muito instável em relação a todo mundo, não só comigo, mas com as filhas também. Então ficou um tempo que as coisas começaram a ficar muito ruins. As filhas também passaram a não combinar com ela mais. Tanto que ficaram comigo (Antônio).

Para ele, a decisão de assumir sozinho a sua filha mais nova, e hoje, o seu neto, não foi e não está sendo uma tarefa fácil e normal. Em suas palavras, ele traz a concepção do cuidado associado à figura feminina, a mãe. Então, para ele a monoparentalidade é vista da seguinte forma:

> Eu acho realmente muito complicado, sabe. Eu acho muito confuso, assim, eu acho que a filha, não sei se estou errado, para ser bem mais criada, eu acho que a mãe é importante demais . Eu acho que o pai não substitui a figura da mãe. A mãe tem um jeito diferente de lidar com a filha, de cobrar da filha, o pai já não tem. Não sei se isso é geral, no meu caso eu falhei muito. Porque o pai fica com medo de brigar, a mãe não (Antônio).

Nota-se que a relação de Antônio com a monoparentalidade revela um sentimento de culpa, por achar que não soube criar a sua filha. No seu caso, em primeiro momento, a monoparentalidade surge mais pela decisão da filha do que exatamente dele. Desta forma, a sua percepção diante da monoparentalidade evidencia uma relação um tanto conflituosa frente às adversidades presentes na sua condição de pai só.

> Eu acho importante se o pai vai fazer o papel da mãe ele tem que ser duro, bravo, exigir, ter hora de sim, ter hora de não. É porque isso quando o casal está junto não é o pai que faz, é a mãe. Talvez quando for homem o pai tenha uma participação maior porque ele é homem, cresceu junto. Ah filho, meu filho! Então acaba interferindo um pouquinho na criação quando o casal está junto. Mas eu acho que independente de tudo é muito difícil criar filho, principalmente filha. Eu acho que se eu tivesse um filho poderia ser diferente na criação, mesmo sozinho com ele poderia ser diferente do que com filha (Antônio).

A percepção de Antônio de carregar um sentimento de culpa está muito atrelada ao fato da filha ter engravidado na adolescência. Para ele, o peso dessa culpa também se estende aos olhares de julgamento de alguns familiares.

> A culpa é toda minha. Minha irmã fala: a culpa é sua, você não soube criar. Eu sei que eu não soube criar. Mas ela sabe também que é difícil pra um pai sozinho criar uma filha (Antônio).

Assim como Antônio, a entrada de Rodrigo na monoparentalidade também aconteceu depois do seu divórcio. Como a sua ex-esposa mudou para outra cidade, o seu filho não se adaptou com o novo lugar e quis morar com o pai. Nesse caso, a monoparentalidade também nasce pela decisão do filho de querer ficar com o pai. Nas palavras de Rodrigo, pode-se entender esse processo da seguinte forma:

> Minha ex-esposa casou e foi morar em Brasília. Eu me perguntei: o que está acontecendo? Eu me assustei até por ela, como que uma pessoa casa assim tão rápido? No meu pensamento! Ai ele (o filho) ficou um ano em Brasília. Ele veio em janeiro (férias), eu levei ele no aeroporto, na hora que eu estava saindo ele ligou para mãe dele dentro da sala da Gol e falou: eu não quero ir, eu quero morar com o meu pai!(Rodrigo).

Mesmo que a decisão tenha sido tomada pelo filho, Rodrigo revela que em muitos momentos convidou o filho para morar com ele. A sua visão sobre a monoparentalidade mostra em sua fala uma tranquilidade em relação à convivência com o filho e sobre essa nova etapa da sua vida. Ele assim justifica esse momento:

> Para mim está super tranquilo criar ele sozinho [...]. Mas eu faço o que minha ex-esposa fazia. Mas eu sempre fazia antes. Então para mim, criar ele... nossa

> senhora! Agora está até mais calmo, mais leve. [...] Para criar adolescente, eu acho que precisa de uma figura paterna. Essa é minha opinião. Se você fizer o negócio com amor eu acho que não da muito trabalho. Tem gente que não nasceu para ser pai e não nasceu para ser mãe. Eu penso meio assim. Eu sempre quis ter filho desde novo. Hoje ele é um companheiraço meu aqui. Gosta demais de morar comigo (Rodrigo).

Rodrigo compreende que a participação do homem na família está mudando, por isso, está vivenciando a monoparentalidade com mais tranquilidade. Ele reconhece que hoje o homem está pensando mais nos filhos, mas, as famílias em que o pai cuida sozinho dos filhos ainda continuarão sendo a minoria. E, no que tange a visão das outras pessoas, ele assim justifica:

> O pessoal assusta às vezes né. Ah, você mora com quem? [...] Ah, moro eu e meu filho. Todo mundo assusta porque é um fato pouco. É o quê, uns 10%? Eu acho que é até menos. Então, é um fato muito raro, mas eu não me enxergo diferente de ninguém não (Rodrigo).

Diferente dessas três histórias, a entrada de João na monoparentalidade aconteceu depois que ele ficou viúvo. Quando a sua esposa faleceu ele se tornou o único responsável pelos dois filhos. Para ele, cuidar dos filhos sozinho não foi e não está sendo uma tarefa fácil. Ele ficou muito abalado com a morte repentina da esposa e foi tomado por um sentimento de medo, por achar que não conseguiria assumir esses cuidados.

> [...] eu falo até a minha história, eu separei, eu voltei, parecia que já estava tudo escrito. Aí ela veio a falecer e eles ficaram comigo. Para mim que tem que cuidar dos dois foi uma dificuldade danada, assim, entre aspas, até adaptar, porque eu achei que não iria aguentar, que é isso, que é aquilo [...] (João).

No entanto, mesmo entendendo as adversidades cotidianas, e, sobretudo, a reprovação de muitas pessoas, João acredita que pode ser um bom pai. Em suas palavras, ele expressa um sentimento de superação diante da monoparentalidade:

> Muita gente falava na minha cabeça que você não vai conseguir cuidar deles. Ai eu falei: eu vou ter que aguentar ficar firme, e graças a Deus eles cresceram, não está faltando nada. Bom, eu acho assim, eu gosto e dependendo da pessoa, se a pessoa quiser ela cuida. Não tem obstáculo nenhum. A gente sacrifica alguma coisa, mas se quiser cuidar cuida. Não é por ser pai, ser homem, que não dá conta. Eu me sinto bastante feliz. Porque é uma coisa que eu duvidava que não iria conseguir, mas eu superei. Algumas pessoas duvidam e outras admiram. Ah, os meninos não devem está comendo direito, deve está faltando alguma coisa para eles (João).

Para João, as pessoas o julgavam porque ele era homem e porque não era um pai participativo na dos filhos quando sua esposa ainda estava viva. Ele admite que a sua esposa era a única que cuidava dos filhos. Aos finais de semana sempre estava no futebol com os amigos e nos bares. Desta forma, o estilo de vida que João levava e a

forma que assumia a paternidade permitiram que as pessoas construíssem uma imagem ruim sobre ele e o julgassem por isso. Desse modo, toda essa trajetória se somou ao seu medo de cuidar sozinho dos filhos.

Apreender parte dessas histórias evidencia muito mais do que diferentes maneiras de entrada na monoparentalidade masculina, mas, as diferentes características e histórias presentes em cada uma delas. Os resultados mostram que entre os diversos fatores que influenciaram a formação dessas famílias monoparentais, se destacam a idade e sexo dos filhos, o envolvimento do pai na vida dos filhos antes da monoparentalidade, e, sobretudo, se a monoparentalidade surge pela decisão do pai ou do filho.

Em primeiro momento, pode-se dizer que a monoparentalidade na vida desses pais aconteceu pela separação, divórcio ou viuvez. No entanto, foi importante trazer os acontecimentos que influenciaram na formação dessas famílias, pois, revelam os medos, as alegrias, os julgamentos, os conflitos, que fizeram parte dessa construção ou que ainda estão presentes na vida desses pais diante da monoparentalidade.

O sentimento de medo esteve presente na vida desses pais, principalmente dos que assumiram a família monoparental quando os filhos ainda eram pequenos. Da mesma forma, o sentimento de culpa e estranhamento também fez, e ainda faz parte da vida de um deles por considerar que não soube dar um bom comportamento a filha. Por outro lado, o sentimento de superação evidencia que com o passar do tempo o medo vai se transformando em alegria e em satisfação. Bem como o sentimento de tranquilidade, sentido por alguns deles, pois, sentem que estão apenas continuando o que já faziam antes, continuam participando dos cuidados dos filhos.

Diante desses depoimentos, não se pode deixar de mencionar a relação da construção desses sentimentos com as questões de gênero que envolve o cuidado dos filhos nas atribuições ditas femininas. A dificuldade de um dos participantes em criar uma filha, “teria a ver com o que socialmente se espera deles como homens” (BUSTAMANTE, 2005, p. 401).

Esses sentimentos e essas vivências são reveladores da construção da identidade desses pais na configuração de uma família monoparental. Percebe-se que cada história é uma experiência única e que o reconhecimento social da monoparentalidade masculina ainda é um estranhamento até mesmo para os pais que a vivenciam. Padrões

socialmente construídos em torno do que se espera dos homens e das mulheres em nossa sociedade, sobretudo, no que tange aos cuidados dos filhos, resultam em preconceitos e expectativas sobre quem e como se deve organizar uma família. Por isso, a figura do pai como o único responsável pelos filhos ainda não é algo bem aceitável pela nossa sociedade.

A próxima subseção irá descrever as diferentes estratégias utilizadas pelos pais monoparentais para organizar a vida cotidiana a partir da relação entre trabalho e família.

### 4.2.4. Articulação entre trabalho e família

Pensar nas profundas transformações na família permite reconhecer uma discussão sobre a articulação entre trabalho e família, e como essas mudanças interferem na necessidade de criar um novo equilíbrio na demanda e oferta de cuidados no interior dos domicílios.

Chama-se atenção para esse fato, pois, muitos estudos apontam as implicações sobre as desigualdades entre homens e mulheres não só no mercado de trabalho, mas também quando eles ocupam a chefia em determinados arranjos domiciliares (MONTALI, 2014; BILAC, 2014).

A inserção da mulher no mercado de trabalho "se dá em condições comparativamente desfavoráveis em relação à força de trabalho masculina" (MONTALI, 2014, p. 114). A autora evidencia esse fato diante das mudanças e permanências da relação família e trabalho, no qual é relevante a crescente participação de cônjuges e de chefes femininas, que:

> na tentativa de articular as atividades de cuidado na família, que lhes são atribuídas, inserem-se no mercado de trabalho predominantemente em condições desfavoráveis, ou seja, com vínculos precários, menores jornadas e em atividades intermitentes, obtendo rendimentos menores do que poderiam, afetando sua automatização, bem como a possibilidade de superação da pobreza para determinados arranjos domiciliares (MONTALI, 2014. p. 129).

Os domicílios monoparentais liderados por mulheres enfrentam enormes dificuldades para combinar o trabalho doméstico e de cuidado com as atividades remuneradas. Desse contexto surgem dois dados aparentemente contraditórios. O primeiro é que a maior parte das mulheres chefes de família está no mercado de trabalho, no entanto, estes domicílios tende a ser pobres (OIT, 2009). "A principal causa está associada aos menores rendimentos que auferem estas mulheres, em razão da maior

dificuldade que enfrentam para conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares sem contar com a ajuda de outros adultos" (OIT, 2009, p. 54).

Diante desse contexto, entende-se que a problemática construída em torno da divisão sexual do trabalho pode ser entendida como algo socialmente construído, tendo "por características a atribuição prioritária dos homens á esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções de forte valorização social" (KERGOAT, 2000 *apud* MONTALI, 2014, p. 111).

No entanto, "um fenômeno recente é o leve e incipiente aumento dos domicílios monoparentais de chefia masculina, quer dizer, de pais que vivem sozinhos com seus filhos/as" (OIT, p. 54). Para a OIT, em alguns países esse fenômeno está relacionado aos processos de migração feminina, o que vai gerar demandas específicas de cuidados. Além disso, ressalta-se que o aumento dos divórcios, opção pela adoção, a viuvez, são fenômenos que influenciam na monoparentalidade masculina, e, portanto, na organização específica dessas famílias.

Desta forma, ao buscar compreender como os pais dos domicílios monoparentais masculinos articulam trabalho e família frente à monoparentalidade, entende-se que o trabalho remunerado é essencial para a manutenção da família e para a sobrevivência e conforto de todos os membros da família (SOUSA, 2008). No entanto, as limitações cotidianas os fizeram desenvolver estratégias para viabilizar a articulação entre família e trabalho. A esse respeito, Paulo comenta:

> Eu coloquei na minha rotina o dia a dia deles. [...] eu levava os meninos de manhã, correndo pra pegar o ônibus, porque tinha horário. Muitas vezes o professor queria conversa com você, mas não dava tempo porque o ônibus estava vindo. Aí literalmente deixava os meninos, ali ficava período integral, e vinha trabalhar. E na volta dependia de alguém para pegar, porque cinco, cinco e pouquinho que liberava os meninos da aula. Eu não participava de nada, porque não tinha como ir em reunião, não tinha como conversar com professor, não tinha como nada. E as coisas vão se desenhando, as engrenagens vão andando, as coisas vão se encaixando (Paulo).

A rotina relatada por Paulo representou o primeiro ano em que ele se tornou o único responsável pelos filhos. Hoje, os seus dois filhos ficam em uma instituição filantrópica (Rebusca[24]) durante o período da manhã, e a tarde vão para a escola regular.

[24] "A REBUSCA – Ação Social Evangélica Viçosense é uma instituição filantrópica fundada em dezembro de 1981, por um grupo de cristãos preocupados com a realidade social da cidade de Viçosa que, com o apoio da Igreja Presbiteriana local, trabalha com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social,

> Agora mesmo eu tenho que descer pra pegar eles e depois levar para o CASB (escola). Agora que eles estão um pouquinho maiorzinhos. No primeiro ano eles aguardavam lá pra eu pegar, saía daqui (trabalho) seis horas e ia lá e pegava. Aí, agora a diretora segura eles até cinco e quarenta mais ou menos, eu saio daqui dez para seis, aí eu desço e eles ficam me esperando na praça. Aí a gente desce e vamos embora para casa (Paulo).

De alguma forma, assumir uma família monoparental requer algum tipo de mudança no trabalho em prol da família. Na rotina de João, ele não viu outra saída a não ser levar o filho mais novo para o trabalho, pois, até então, não tinha nenhum lugar ou alguma pessoa que pudesse realizar esse cuidado. Sobre esse fato ele comenta:

> Para eu vim trabalhar eu tinha que trazer ele para o serviço, ai na hora que dava 11 horas, porque a gente morava aqui no Bairro de Fátima, eu ia em casa e dava banho nele. Ele estava com cinco anos. Aí dava almoço, descia para o colégio, e voltava para o serviço. Aí a tarde eu largava o serviço e buscava ele para levar para a casa. O outro já era maiorzinho. O problema maior era o J*. Não era problema era o que eu tinha que fazer por ele (João).

Durante cinco anos João utilizou dessa estratégia para cuidar do filho pequeno. Depois ele conseguiu uma vaga para o filho, também na Rebusca. Assim, ele não precisou levar o filho para o trabalho durante meio período. De manhã ele vai para a escola e a tarde vai para a instituição.

Os grupos privilegiados podem contar com a contratação de empregadas domésticas ou de faxineiras, que podem fazer os serviços domésticos e preencher as lacunas enquanto as crianças voltam para casa e os pais ainda estão no trabalho. "Nas camadas mais pobres, cuja insuficiência de renda não permite contratar esse serviço, as crianças quando retornam da escola ficam sob os cuidados de parentes, vizinhos, irmãos mais velhos ou permanecem sozinhas em casa" (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 577).

A estratégia utilizada por João revela a realidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares que não conseguem conciliar de forma adequada família e trabalho. Chama-se atenção para os poucos avanços das políticas governamentais que facilitem tal conciliação. Não é possível ignorar a responsabilidade do Estado frente à promoção de políticas de conciliação, que tenha uma dimensão de gênero que superem a realidade de políticas e programas que se voltam apenas para as mulheres, reforçando a mentalidade de que são elas as responsáveis pelo cuidado familiar, sem integrar os homens em tal responsabilidade (OIT, 2014).

---

através de seus programas: Centro Educacional Rebusca, Centro Estudantil, Mais Que Vencedores (MQV) e Programa Integração Mãe Criança (PIMC). (https://rebusca.org.br/website/?page_id=46).

Assim, ao analisar os cuidados das crianças no âmbito familiar monoparental masculino utiliza-se as considerações de Montali (2014, p. 112), quando diz que,

> a existência de políticas de apoio no cuidado de crianças, através de educação infantil adequada, e no cuidado de adolescentes, através da educação de tempo integral, pode atenuar a tensão entre as atividades relacionadas a família e as atividades no mercado de trabalho[...].

Com isso, é possível utilizar dessas experiências para desnaturalizar as percepções tradicionais sobre o que corresponde ao papel da mulher e do homem, no que tange aos conflitos entre trabalho e vida familiar. Ou seja, é fundamental reconhecer como "as construções culturais transformaram essa rígida divisão sexual do trabalho em uma especialização "natural"" (OIT, 2014, p. 63), como um problema das mulheres. Mas também, ampliar os olhares para os domicílios com responsabilidades masculinas e entender como essa relação é construída nessas famílias.

Para tanto, considera-se a execução de tarefas domésticas e os cuidados dos filhos, como um trabalho que traz impactos na vida de homens e mulheres, principalmente daqueles que assumem uma família monoparental, e como essa articulação é desempenhada por cada membro da família. Assim, no depoimento de Rodrigo, percebe-se que a sua rotina em relação aos serviços domésticos e a participação do filho, acontece da seguinte forma:

> Os trabalhos domésticos praticamente eu que faço 90%. Igual a V* (faxineira) vem aqui de 15 em 15 dias, de 20 em 20 dias. Porque eu praticamente faço tudo. B* me ajuda em algumas coisas, estou mudando ele. As únicas coisas que ele faz são coisas básicas. Às vezes lava uma louça do café, arruma um guarda roupa, mas assim, tarefas não. [...] Eu estou almoçando em restaurante agora, mas sempre cozinhei muito bem. Mas quando eu morei aqui sozinho eu cozinhava. Final de semana eu cozinho, sábado, domingo, feriado. Até gosto, sou apaixonado por cozinhar (Rodrigo).

Para João e seus filhos, essa questão assim pode ser resumida:

> Na hora que eu chego de tarde sou eu que faço. Só o M* almoça em casa. O J* fica na Rebusca. Que nem hoje, eu faço a comida hoje, às vezes deixo para amanhã, às vezes ele mesmo faz porque eu deixo mais ou menos pronto, porque ele tem dificuldade para fazer. Eu não lavo roupa não, quem lava é minha mãe. Ela mora no trajeto da minha casa. [...] Tem dia, igual segunda feira, que J* não tem rebusca, aí eu chego lá a cozinha está limpinha, o menorzinho, porque o maior não é de muito agrado com esses negócios não. Mesmo que ele faça do jeito dele, mas ele faz (João).

A esse respeito, Arroyo (2002, p. 217) diz que, os filhos de famílias monoparentais,

> en muchos casos, muestran una mayor madurez y responsabilidad que los niños de su edad que viven en familias nucleares, probablemente debido a que su forma de organización familiar les ha obligado a a madurar a edades

> más tempranas, debido a que "tienen que ayudar en casa", quedarse solos o hacerse la comida, etc.

Cano *et. al* (2016), ao investigar um grupo de pais chefes de famílias monoparentais de Bogotá, a partir da concepção de paternidade e masculinidade, diz que,

> en los hogares monoparentales con jefatura masculina se reconoce que todos los miembros de la familia tienen los mismos derechos y obligaciones, se aligeran las cargas del trabajo doméstico al distribuirse por igual entre mujeres y hombres y se aprende a valorar este tipo de trabajo; se fomentan el diálogo y el respeto como una forma de vivir en armonía y mantener a la familia unida (p. 139).

No entanto, em outros casos, alguns filhos podem não compartilhar da mesma responsabilidade. Para Antônio, participante da pesquisa, os afazeres domésticos trazem um sentimento de frustação quando ele espera que sua filha compartilhe com ele as tarefas, no entanto, ela não corresponde a suas expectativas:

> Minha filha não faz nada! Não faz nada. Não ajuda, não faz nada. Aí eu acabo fazendo, ou em relação à alimentação eu trago de fora, mas eu sempre procuro fazer um pouco da minha também. Eu deixo a minha comida pronta. Faço arroz, macarrão. Praticamente eu que me viro. Até hoje está tudo errado! Como eu moro sozinho com a minha filha, meu neto, a gente resolve e limpa, ai depois suja e fica sujo. Às vezes ela resolve da uma doideira lá, ela lava os banheiros e aí ela fica meses sem fazer isso. Eu acho que eu participo mais do que ela na casa, na arrumação da casa. Volta e meia a gente chama alguém, aí a pessoa da aquela geral. Aí depois a gente vai mantendo ou sujando. Mas eu que me doou mais. Tanto na alimentação, comida, arrumar casa... Eu que me preocupo mais com isso do que ela (Antônio).

Outro ponto importante no desempenho das tarefas domésticas é o apoio que os pais monoparentais têm dos familiares, principalmente das suas mães. Para Paulo e seus filhos, a ajuda da sua mãe com as tarefas domésticas é fundamental para ele viabilizar uma boa articulação entre a família e o seu trabalho.

> A minha mãe faz o serviço durante a semana, porque minha parte é bem pequenininha, mas bem tranquilo. Aí final de semana ela fala que é por minha conta. Aí eu que lavo a roupa, eu não, a máquina né. Coloco na máquina e já sai seca. Igual meu microondas atrapalhou, ai já não agradei porque é muita coisa que eu coloco no microondas (Paulo).

Além do tempo para os afazeres domésticos, é importante entender na articulação entre trabalho e família, como os pais monoparentais reservam o tempo para as questões pessoais, para o lazer e socialização. Sobre essa questão, Paulo expõem limitações que afetam a realização de algumas atividades com os filhos:

> Talvez seja nesse ponto que 6 horas de trabalho me permitisse trabalhar melhor com os meninos. Você ter seu tempo, outra atividade. Por exemplo, eles querem fazer jiu-jitsu, mas agora estão fazendo aula de desenho. Aí toda quarta feira tem que ficar aqui na rua uma hora pra eles irem lá fazer aula de desenho. Aí tem que ficar até às 7 horas da noite aqui na rua. Mas eu queria

> que eles fossem a uma aula de inglês, mas aí... quem leva e quem busca? Aula de natação que dava para fazer, mas quem leva e que busca? (Paulo).

Ter flexibilidade no trabalho é um fator muito importante que favorece a conciliação do trabalho e os cuidados com a família. Gornick e Meyers (2003) referenciadas por Sorj, Fontes e Machado (2007), destacam três políticas públicas mais comuns, sobretudo nos países desenvolvidos que favorecem tal conciliação, como:

> licenças do trabalho para cuidar dos filhos, sem perda do emprego e com a manutenção do salário ou de outros tipos de benefícios monetários equivalentes; regulação do tempo do trabalho que permite aos pais reduzir ou realocar as horas de trabalho quando as necessidades de cuidados com os filhos são mais prementes, sem custos econômicos e para o desenvolvimento da carreira profissional; acesso a creches, pré-escolas e escolas em tempo integral como um arranjo alternativo para o cuidados dos filhos quando os pais estão no local de trabalho (p. 575).

Esses três tipos de políticas públicas mostram, mesmo numa visão panorâmica, que existe uma fragilidade das políticas brasileiras quanto à problemática referente à conciliação entre trabalho e família. Além disso, pode-se dizer que "o desenvolvimento insuficiente dessas políticas confirmam os conflitos na administração das desmandas conflitantes entre trabalho e família ainda são em grade parte um assunto privado" (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 575).

Toda essa dinâmica de conciliação trabalho/família também traz limitações para a vida pessoal dos pais monoparentais. Antônio deixa claro quanto gostaria de ter mais tempo para ele, uma vez que é responsável por cuidar da filha e do neto. Apesar da filha já ser adulta, para o pai ela ainda não criou autonomia e responsabilidade para construir a sua própria família. Nesse sentido, ele justifica esta questão da seguinte forma:

> Eu falo direto, ano que vem você não vai morar comigo não! Vai morar com o seu filho. Posso até bancar o aluguel, mas eu tenho que ter minha vida. Ela acha que não. Ela acha porque eu sou pai ela pode ficar comigo até eu morrer. Não né! Eu tenho que viver a minha vida! (Antônio).

> Lazer assim é muito difícil. Uma vez ou outra que a gente sai na rua para comer alguma coisa. Mas o lazer em relação eu e ele é muito difícil. Às vezes chega final de semana tem que fazer isto, fazer aquilo. Domingo eu quero descansar. Pra mim eu também não tenho quase nenhum. Uma vez ou outra eu encontro com os amigos, com as amigas (João).

O uso do tempo pode ser visto como uma das limitações que os pais enfrentam no dia a dia, seja por não poder acompanhar os filhos em alguma atividade, por não poder participar ativamente na vida escolar dos filhos, por não poder ter tempo para a vida pessoal ou ter mais privacidade, entre outros aspectos que esbarram nas limitações e tensões criadas em volta da relação entre trabalho e família.

Assim, de acordo com as falas dos pais monoparentais entrevistados, não existe uma hierarquia ou prioridade para traçar uma estratégia para viabilizar a articulação entre família e trabalho. A rotina criada por eles vai depender do contexto, e, sobretudo, da idade dos filhos e a autonomia que esses filhos vão criando ao longo dos anos para realizarem suas atividades sozinhos e também contribuir com os afazeres domésticos.

Percebe-se que as tarefas domésticas, caracterizadas como atividades reprodutivas, desempenhadas pelos pais monoparentais desse trabalho, não são realizadas regulamente por eles ou realizadas apenas por eles. Na rotina de cada um, eles podem contar com a ajuda dos filhos, ou podem contar com recursos exteriores para a realização destas tarefas, como de faxineiras ou ajuda da própria mãe. Em relação à alimentação, uns fazem a própria comida e outros comem em restaurantes. Nesse contexto, na dinâmica entre trabalho e família, primeiramente é priorizado o trabalho produtivo, fora de casa, e depois o trabalho reprodutivo.

Apesar desses pais trabalharem muito, dedicarem muitas horas ao mercado de trabalho, eles ainda não investiram esse tempo na "esfera privada", mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero" (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 574).

Nesse sentido, concorda-se com BILAC (2014), quando diz que,

> [...] homens responsáveis pela família, ou cônjuges das mulheres responsáveis pela família e que não são economicamente ativos, apresentam as maiores médias de horas de participação em afazeres domésticos, mas esse tempo corresponde a menos da metade das horas dedicadas aos mesmos afazeres por mulheres em condição semelhante familiar e de atividade - isto é, que não são economicamente ativas e que são responsáveis pelo domicílio, com ou sem parceiro ou cônjuge do responsável (p. 140-141).

Assim, nota-se que não há uma conciliação entre trabalho e família, talvez, o melhor termo para o contexto dos pais entrevistados seria uma "articulação entre trabalho e família", uma vez que as tarefas e os afazeres são realizados quando podem ser feitos e quando há tempo ou disposição para tais tarefas. Não existe uma conciliação se considera que as atividades são devidamente planejadas e organizadas abarcando satisfatoriamente as tarefas que envolvem o âmbito privado, da família, e o público, do mercado de trabalho.

Por fim, merece destaque a fragilidade, e em muitos casos, a ausência do Estado através de políticas públicas que possam promover a conciliação entre vida laboral, familiar e pessoal de mulheres e homens responsáveis pela família. Em se tratando de

famílias monoparentais, e aqui, não se deve distinguir entre masculinas e femininas, tal presença é fundamental, sobretudo na existência de creches para os filhos menores. Por isso, na ausência destas políticas é de fundamental importância o apoio externo que os pais monoparentais podem contar no cotidiano, como irá descrever a próxima subseção.

### 4.2.5. Redes de apoio na monoparentalidade

Paralelamente a articulação entre trabalho e família as redes de apoio são fundamentais para entender o processo de organização das famílias monoparentais, pois, a ajuda de parentes, amigos, vizinhos e instituições, são fundamentais para o cuidado das crianças e para o fortalecimento de vínculos que se fazem presentes, sobretudo, nos momentos de dificuldades.

Esse trabalho não teve a intenção de explorar o conceito de redes, cada vez mais difundido nas Ciências Sociais. "O conceito de redes está presente em inúmeras áreas do conhecimento, permitindo um uso ampliado e indiscriminado da noção de rede, ocasionando uma infinidade de conceitos e significados acerca desse termo" (MESQUITA, 2012, p. 110). Alguns estudos abordam em aspectos a composição e a estrutura das redes, outros os seus objetivos e funções e as características dos sujeitos e as relações estabelecidas entre eles (GUADALUPE, 2003).

Sendo assim, um dos objetivos desse trabalho foi verificar se os pais monoparentais podiam ou não contar com alguma rede de apoio e qual a composição dessa rede, se era composta por familiares, amigos, conhecidos, profissionais, ou instituições.

Uma rede social pode ser definida como um conjunto de unidades sociais compostas por,

> indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas países. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interacção face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas (PORTUGAL, 2007, p. 24).

Assim, entende-se por redes como "la trama de relaciones que definen la realidad vivida: ellas representan un apoyo social, ya que gracias a ellas no solo se establecen contactos personales, sino además se convierten en un fuerte potencial de respaldo y ayuda'' (URIBE, 2006 *apud* CEPEDA; GUTIÉRREZ; RODRÍGUEZ, 2007, p. 137). Para as autoras, as redes permitem criar espaços de convivência que muitas

vezes surgem em momentos difíceis vivenciados pela famílias e que se convertem em apoio e colaboração para enfrentar as adversidades.

Nesse sentido, concorda-se com Mesquita (2012) quando diz que a construção das redes entre as famílias monoparentais é algo presente e um recurso essencial para a vida dessas famílias. Nesse trabalho, constatou-se o quanto as redes de apoio são importantes para os pais entrevistados, uma vez que, a maioria deles ainda tem filhos/netos pequenos que precisam de algum cuidado enquanto eles estão no trabalho.

Ao longo das falas já mencionadas nesse trabalho percebe-se o quanto esses pais recebem apoio de familiares, especialmente de suas mães, de vizinhos, profissionais, como professores, diretores, amigos, e de instituições. Assim, entende-se que esses pais fazem parte de uma rede de apoio que pode ser dividida em primária e secundária.

Para Guadalupe (2003), esta divisão nas redes sociais é compartilhada por diversos autores que apresentam o tipo de relação e o nível de estruturação da rede, sendo os tipos de vínculos relacionais estabelecidos entre os membros das redes sociais que vão definir se a rede é primária ou secundária.

As redes primárias "fazem referência a um conjunto natural de indivíduos em interacção uns com os outros [...] que formam a trama de base da sociedade e o meio de inserção do indivíduo" (GUÉDON, 1984 *apud* GUADALUPE, 2003, p. 70). Ou seja, são vínculos formados por laços afetivos mediados por relações familiares, de amizade, de vizinhança, de trabalho, podendo assumir uma carga positiva ou negativa, não havendo qualquer sentido de obrigação na relação ou formalidade (GUADALUPE, 2003). Assim, sobre esse apoio, os pais relatam:

> A minha irmã é muito presente na nossa vida, assim, sempre foi. Ela é mais velha lá de casa e eu sou o caçula. A gente não tem pai nem mãe. Então ela se preocupa mais comigo. Isso é bom! Ela ajuda a trazer meu neto para a creche, foi uma sorte nossa ele ter sido sorteado para a vaga, foi Deus. Então ela traz, ela ajuda claro. Ajuda mais no contato com o neto. Sempre compra coisinhas pra ele, roupa...(Antônio).
>
> O meu pai vem no final de semana e sempre posso contar com ele para o lazer. Quando minha mãe vem e fica com ele aqui, eles também sempre saem juntos (Rodrigo).
>
> Tem um casal de amigos, meus vizinhos, que tratam como tio deles. Tem hora que até me incomoda no sentido dos meus meninos ficarem um pouco folgadinhos. Ah, me deixa ir lá na casa do tio e da tia? Ah, não, não sei, se vai atrapalhar [...] A tia deles materna que mora aqui, também se precisar qualquer hora. Mas nunca houve a necessidade, mas se houver a necessidade... A vó materna, o vô materno também que mora aqui, qualquer hora. Os tios avós qualquer hora. Apoio e ajuda a hora que eu precisar eu sei que eu tenho, mas até o dia de hoje não precisou... não precisou assim ne, de

> mudar e de alterar a minha rotina, mas se eu precisar eu tenho com quem contar. Pessoas de confiança (Paulo).

Outro ponto crucial nas redes primárias, na vida dos pais entrevistados, é a relação estabelecida com as mães dos seus filhos e o apoio que eles recebem delas. A fala de um dos pais mostra que mesmo depois da separação ele mantem uma relação de amizade com a ex-companheira. Nesse sentido que, Cepeda, Gutiérrez e Rodríguez (2007, p. 134) dizem que, "aunque la ruta de salida de una familia nuclear no se halla dado en términos convenientes y de mutuo acuerdo es posible mantener relaciones de cordialidad, en donde el objetivo es mantener una relación constante y afectiva entre la triada madre, padre e hijas/os". Desse modo, Rodrigo afirma:

> Ela sempre foi uma mãe excelente, sempre foi. Hoje eu tenho uma relação boa com a mãe dele, ele também tem com a mãe dele. [...] E assim, ela sempre foi mais próxima dele porque eu sempre trabalhei muito. Férias às vezes ela passava sozinha, eu não podia acompanhar. Coisa normal né. E ela deve está tendo uma surpresa muito grande. Aí hoje, graças a Deus ela me liga a gente conversa numa boa sobre B*. Se for sobre B* eu converso com ela pode ser 3horas, 1 hora da manhã. Mas sobre outras coisas eu não converso mais. E ela entendeu isso. Então, hoje a gente tem uma relação até legal (Rodrigo).

Por outro lado, dois pais não relataram uma boa convivência entre eles e as mães das crianças e também entre as crianças e as mães. Assim eles afirmam:

> Então, ela é muito ausente, ela não procura. Então eu não sei dizer se tem um relacionamento bom. Não sei, não sei. Ela é muito ausente. A mãe deles não adianta, eu não sei o que se passa. [...] eu falei com ela: porque você não aproveita, uma sugestão, pega eles, vai no sábado, vai passear, vai tomar um sorvete, vai ao cinema, você leva para sua casa. Ela tem suas obrigações na sua casa, mas às vezes é o tempo que eles querem, que eles precisam. E não são eles, é o subconsciente deles, sei lá, o que é o emocional deles que está pedindo (Paulo).

> Quando a gente se separou a F* fez a opção de ficar comigo porque não combinava com a mãe e até hoje não combina, as duas não combina até hoje. Ela tenta ter uma boa relação, mas a F* não gosta. Aí tem hora que deixa, tem hora que não deixa. As duas brigam o tempo todo. F* aproxima depois afasta. A mãe afasta, aproxima. É uma confusão danada entre as duas. Elas vivem mais afastadas do que juntas (Antônio).

Pode-se dizer que nem sempre a relação entre os pais e as mães das crianças, e entre as mães e as crianças é de amizade. Em muitos momentos os conflitos são presentes nas relações familiares, o que dificulta uma boa convivência entre eles. No entanto, apesar das difíceis situações percebe-se que os pais não tentam afastar as crianças da mãe, pelo contrário, eles se esforçam e acreditam na importância da presença materna na vida dos filhos. É importante também mencionar o caso em que um dos pais é viúvo, o que mostra que essa relação é inexiste devido à morte da mãe.

O outro tipo de rede social estabelecidas pelos pais monoparentais são as secundárias, que reportam a organizações e instituições. Ou seja, "este tipo de rede social terá como objectivo essencial a resposta a exigências de natureza funcional, isto é, o fornecimento de serviços" (GUADALUPE, 2003, p. 72). Além disso, a autora esclarece que tais redes podem ser formais ou informais, dependendo do seu nível de estruturação, dos objetivos e das relações estabelecidas no seu interior.

Nesse sentido, percebeu-se no trabalho o quanto essas redes são importantes para os pais monoparentais. Os laços institucionais estabelecidos por eles referem-se aos serviços prestados aos filhos e também a própria relação que eles desenvolvem no âmbito do trabalho, que diretamente irão influenciar na dinâmica de suas famílias. Desse modo, em um dos relatos pode-se perceber a importância desse tipo de apoio na vida deles:

> Eu consegui vaga na Rebusca que é algo muito difícil. Me da um suporte que é muito bom. É um trabalho muito interessante. E aí, as meninas lá me ajudam demais, porque assim, eles (filhos) ficam como recreação na parte da manhã, mas assim, acaba educando um pouco. Olha: hoje ele não obedeceu! Ele não está legal! Ele respondeu! Ele está um pouco agitado... É um lugar que eu me sinto tranquilo, sei que mal nenhum vai acontecer (Paulo).
>
> Sinto confiança de todo mundo que está lá. É um trabalho muito bacana, é um trabalho assim... Os meninos estão lá e elas cuidam dos meninos. Dos menorzinhos até os maiores. É literalmente cuidado. É recriação, tem um passeio, tem um lanche. Tem isso, tem aquilo. Aí tem horário de tomar café, tem horário do almoço. Isso tudo gratuito! (Paulo).

Para além das relações de prestação de serviços, próprias do apoio das redes secundárias, é notável que existe traços das redes primárias no apoio que esse pai recebe dessa instituição. Ou seja, existe afetividade na sua fala quando expressa a forma como os filhos recebem os cuidados.

Além disso, é importante destacar a relação que os pais constroem no ambiente de trabalho com os colegas e com o chefe, pois é um apoio muito importante para que eles possam se organizar mediante diferentes situações e necessidades.

> A relação com a patroa é excelente [...] Ela sempre foi compreensível para sair para resolver alguma coisa da família. Eu estou saindo do serviço para fazer autoescola. Ela sempre foi compreensível. Quase tudo fica para depois do trabalho. Se eu precisar sair para resolver alguma coisa, eu tenho total liberdade para sair. Mas, ao contrário só depois do serviço. Meu horário é às 8h, mas eu estou chegando às 10h por causa da autoescola (João).
>
> Meu chefe me apoia em tudo. Não vou falar desse lado humano, porque não é bem por aí. Mas assim, aqui as pessoas se respeitam muito. Todo mundo que precisa, por um problema de saúde, por um problema que vem a falecer alguém na família... É todo mundo é muito responsável com isso (Paulo).

A boa relação no ambiente de trabalho é um fator que remete a outro tipo de apoio que os pais monoparentais podem receber em suas vidas, o apoio emocional. Para além das redes primárias e secundárias construídas por eles, a vontade de ter uma companheira e de talvez constituir uma nova família é um pensamento recorrente entre eles. Por isso, o apoio emocional a partir dessa perspectiva é um fator interessante para entender até que ponto eles desejam manter uma família monoparental.

> Não! No momento não. Depois dela eu até comecei um relacionamento, não chegou nem a ser um namoro, mas eu vi que não é momento. Está muito em primeiro lugar os meus filhos. Então, talvez, não vou dizer que eu busque, mas talvez para dar certo isso tivesse que ter um entendimento muito grande. Eu ficar com alguém que talvez tenha essa prioridade também. Talvez para ela, em primeiro lugar os filhos. Isso é difícil. Eu não quero mais filhos, não quero. Então, uma outra pessoa vai ter que entender, eu não quero mais filho, eu não posso mais ser pai. Então, a pessoa começar um relacionando com tantos "não"... Não pretendo morar junto fisicamente, então tipo assim, você na sua casa e eu na minha, porque ali tem a liberdade deles, as coisas deles. Eles ainda não estão maduros para isso. Tudo tem a sua hora. [...] E acho que é até injusto hoje eu começar alguma coisa assim, sem ter pelo menos 50% de garantia de entrega. Eu não sei se eu estou disposto a me entregar (Paulo).

> Para eu ficar com outra mulher, casar, vai ser muito difícil. Para não ter outra decepção, outro trauma. Eu preocupo mais com B* mesmo. O que ele passou há cinco anos e o que ele passou há um ano e meio atrás. Lógico que eu queria está com uma pessoa, mas eu estou bem assim, me viro muito bem assim. [...] Talvez daqui uns quatro, sei lá, três anos, cinco anos constituir uma família com outra pessoa de novo. Eu vou até fazer vasectomia agora porque eu não quero ter filho. Ah, filho de pai diferente, meio irmão, aquela confusão. Eu sou totalmente fora dessa realidade. Isso para mim dar certo só em novela. Nas coisas reais eu não acredito (Rodrigo).

Os depoimentos desses dois pais mostram pensamentos muito semelhantes. Existe a vontade de ter uma companheira e talvez construir outro tipo de família, mas o bem estar do filho vem em primeiro plano. Além disso, eles passaram por um trauma depois da separação, por isso, uma possível relação poderia afetar tanto o emocional deles quanto dos filhos. É importante ressaltar a decisão que eles tomaram em não ter outros filhos, mesmo que eles venham constituir outra família, estão certos dessa decisão.

Diferente do que é colocado por Leite (2003, p. 37), que “os homens, por sua vez, garantidos financeiramente pelas rendas oriundas do trabalho, vinculam-se facilmente a outra mulher “refazem sua vida” e constituem geralmente, nova família”, os pais entrevistados não estão certos se realmente desejam uma nova união.

Acrescenta-se o depoimento de João, o pai que ficou viúvo, o desejo de ter uma companheira, no entanto, ele também pensa em primeiro lugar na adaptação dos seus

filhos com uma nova pessoa na família. Além disso, ele demonstra a necessidade de ter alguém para ajudar nas tarefas domésticas.

> Às vezes tenho vontade sim, às vezes não. Porque, tipo assim, faz falta para ajudar nos deveres de casa. Mas o problema é os meninos. Eu fico com medo deles não adaptarem com a pessoa, que é isso, que é aquilo (João).

Por outro lado, um dos pais demonstra a vontade de refazer a vida pessoal, mas sem a presença da filha e do neto. Para ele é muito arriscado colocar alguém na sua vida numa situação como essa, ou seja, talvez a pessoa já tenha a vida resolvida e não seria legal passar por tudo isso de novo (cuidar de filhos e netos). Assim ele afirma:

> Eu acho que não é legal ter alguém pra ajudar a cuidar dos filhos. Para a pessoa chegar, ela vai ter que está disposta. Porque eu já estou com 60 anos. A pessoa que eu arrumar vai ter que ter 50, 50 e pouquinho. São pessoas que já passaram por isso tudo. Ela não vai querer isso de novo. Vai querer chegar dentro da sua casa e cuidar do seu netinho de novo? Não! Não dá! Eu acho que não é legal e não dá certo. Comigo sozinho pode dar certo. Mas agora não pode. Tem a minha filha, minha filha é estressada, gosta de confusão. A pessoa tem que está muito disposta a passar por isso. Não acho legal envolver assim. Eu não faria isso não. Para eu morar com uma pessoa definitivo eu tenho que está sem minha filha e meu neto (Antônio).

Assim, compreende-se que as possiblidades dos pais de terem um relacionamento e um dia deixar de viver em uma família monoparental pode ser entendida como um apoio emocional que eles buscam em sua vida, mas que ao mesmo tempo encontram limitações quando eles pensam nos filhos, seja de forma positiva ou negativa. Ou seja, para a maioria dos pais a cumplicidade com os filhos e o bem estar deles vem em primeiro lugar, e um possível relacionamento poderia influenciar na dinâmica que eles estão vivendo. Já para um dos pais, a presença da filha e do neto é um obstáculo para ele construir uma nova vida.

Assim, diante de todos esses depoimentos, pode-se dizer que os apoios que esses pais recebem diariamente estão fortemente atrelados às redes primárias e secundárias construídas por eles. Sendo que o apoio que mais se sobressai está direcionado aos cuidados dos filhos, e, como se viu anteriormente, aos afazeres domésticos, realizado tanto pela mãe quanto por faxineiras.

Nesse sentido, no momento familiar que esses pais estão vivendo, as redes secundárias apareceram com mais destaque do que as primárias, sobretudo, pelo apoio recebido pela Rebusca, pois, nem todas as famílias têm ao seu dispor pessoas mais próximas a quem recorrer. No entanto, concorda-se com Guadalupe (2003, p. 77) quando diz que, “as redes secundárias dificilmente poderiam substituir, na relação com

o indivíduo, as redes primárias ou, melhor, a dimensão primária das redes sociais pessoais".

Tais redes podem ser vistas a partir de um caráter dinâmico que vão mudando a partir de diferentes circunstâncias e contextos, além de irem se modificando sua composição e configuração (Guadalupe, 2003). Por isso, deve-se levar em consideração a idade dos filhos, a carga horária de trabalho dos pais, a flexibilidade no trabalho, o relacionamento com os colegas de trabalho, vizinhos, amigos e parentes, o tipo de ajuda, quem oferece a ajuda, o nível socioeconômico dos pais, entre outros aspectos que vão delinear as particularidades das relações estabelecidas nas redes de apoio desses pais monoparentais e as diferentes formas que eles vão se organizando cotidianamente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas nas estruturas familiares, diante das transformações em curso na sociedade, tem mostrado que a pluralidade familiar está cada vez mais presente em nosso cotidiano e não há como escapar a esse desafio, por isso, torna-se essencial pensar a família no plural, em famílias.

Assim, diante da diversidade em torno das configurações familiares o interesse em pesquisar as famílias monoparentais, em especial a monoparental masculina, o objetivo desta pesquisa constituiu-se em traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas no Brasil e analisar as vivências e estratégias cotidianas construídas por pais monoparentais.

Para tanto, optou-se pela associação entre a metodologia quantitativa e qualitativa, por acreditar que uma abordagem pode contribuir para as potencialidades de cada uma delas. Por mais que tenha tido um esforço para fazer uma análise mista com os dados quantitativos e qualitativos, percebeu-se que em grande parte dos resultados não foi possível mesclar os dois métodos. Desta forma, entende-se que a exploração de dados tão diferentes um dos outros possibilitou o enriquecimento da temática como um todo, mostrando por um lado o perfil sociodemográficos dos domicílios monoparentais masculino, e de outro, os aspectos cotidianos dessas famílias.

Os resultados permitiram constatar que as famílias monoparentais é uma realidade concreta no Brasil, e o perfil desses domicílios representam não só a transformação na família, mas as mudanças demográficas, sociais, políticas, econômicas e culturais em curso na sociedade.

Percebe-se a diferença de percentual quanto aos domicílios monoparentais feminino frente aos masculinos, no entanto, embora os femininos sejam em número maior, não se pode negar o aumento dos domicílios monoparentais masculinos no período entre 2005 e 2015. “No passado, para os homens, essa configuração não era assumida nem discutida, sendo um fenômeno quase invisível” (BITTELBRUNN; CASTRO, 2010, p. 235).

Entre as principais características que contribuíram para construir o perfil dos domicílios monoparentais masculinos, no período de 2005 e 2015, estão as que evidenciaram que: a monoparentalidade masculina é um fenômeno tipicamente urbano

com maior expressividade na Região Sudeste; os homens presentes nesses domicílios eram mais velhos se comparado aos domicílios monoparentais femininos. A média de idade dos responsáveis variou de 57 e 55 anos; no que tange a cor ou raça as maiores proporções eram dos que se declararam pretos ou pardos. Sobre o estado civil a maior proporção é representada pelos solteiros e pelos viúvos. No entanto, chama-se-atenção para a grande informalidade dos relacionamentos, ou a opção pela união consensual, o que pode gerar os falsos solteiros, como aponta Leite (2003).

Houve um aumento da escolaridade dos responsáveis pelos domicílios masculinos, e uma diminuição na taxa de analfabetismos. No entanto, ainda há muito esforço para mudar esse quadro, uma vez que, mesmo com todos os avanços, a média dos anos de estudo desses responsáveis não equivalia ao ensino fundamental completo. Consequentemente, o nível de instrução e qualificação está diretamente ligado aos setores ocupados por esses homens, representados pelas maiores proporções pelo setor agrícola, comércio e reparação e da construção civil, evidenciando mudanças quanto à estrutura ocupacional.

Os dados relacionados ao trabalho mostraram que mais da metade dos responsáveis masculinos estavam inseridos no mercado de trabalho. Também merece destaque o aumento dos responsáveis que realizavam os afazeres domésticos. No entanto, não se pode deixar de mencionar o quanto os números evidenciaram as desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho e em outros aspectos que serviram para caracterizar os domicílios monoparentais como um todo no Brasil.

Para tanto, não poderia deixar de trazer nesse perfil as características dos filhos presentes nesses domicílios. Percebeu-se que os domicílios monoparentais masculinos possuíam o maior percentual de filhos do sexo masculino e com a maior presença de adolescentes entre 15 a 19 anos de idade.

O perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas, evidencia a monoparentalidade, na sua essência, como um fato social. Por isso, a importância de compartilhar a vivência de todos os pais que dividiram suas histórias e desafios cotidianos em uma família monoparental permitiu entender uma realidade que não pôde ser quantificada.

Conclui-se que diante das diferentes e particulares formas de entrada na monoparentalidade a decisão em constituir uma família monoparental masculina nem

sempre surge dos pais, mas pode ser uma iniciativa do próprio filho ou filha. Entende-se que a família monoparental masculina, de certa forma representa a liberdade individual, sobretudo, no que conduz as pessoas a viverem juntas ou decidirem não mais viverem juntas. De forma prática e simbólica evidencia como as decisões familiares estão mais flexíveis e não hierarquizadas.

Os sentimentos construídos em torno da monoparentalidade nem sempre serão positivos, alguns pais sentem medo e culpa na vivência e reconstrução de suas famílias. O reconhecimento da monoparentalidade masculina ainda causa um grande estranhamento até mesmo para os pais que a vivenciam, assim como parte da sociedade que ainda carrega preconceitos sobre essas famílias.

As estratégias traçadas cotidianamente evidenciam que não existe um planejamento ou hierarquia quanto uma conciliação entre trabalho e família, por isso, para os contextos vivenciados pelos pais entrevistados preferiu-se falar em articulação entre trabalho e família, destacando principais fatores dessa relação à idade dos filhos e a autonomia que eles vão criando para realizarem suas atividades e também para contribuir com os afazeres domésticos.

Por fim, vale destacar a importância das redes de apoios construídas pelos pais monoparentais e a fundamental importância que essas exercem para o processo de organização dessas famílias no cotidiano, pois podem contar com a ajuda de parentes, amigos, instituições, e também, em alguns casos, com a mãe das crianças. Merece destaque a importância das redes secundárias, aqui representadas pela instituição Rebusca e escolas em que os filhos desses domicílios permanecem enquanto os pais estão trabalhando.

Viu-se como limitação nesse trabalho o número reduzido de participantes. No entanto, os significados trazidos pelas falas desses pais devem ser entendidos a partir das vivências e não por sua distribuição. Ou seja, as histórias compartilhadas nesse trabalho (e os dados referentes às PNADs) não retêm todos os aspectos da realidade em questão, mas exprimem o essencial dessa realidade, do ponto de vista dessa investigação.

Assim, entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo podem contribuir para o avanço das pesquisas sobre a temática. Por isso, espera-se que as questões levantadas nesse trabalho possam ser

fontes de outras possibilidades investigativas em trabalhos futuros que possam mostrar diferentes abordagens sobre as famílias monoparentais masculinas, bem como sobre outros tipos de arranjos familiares presentes na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALMEIDA, Angela Mende de. Família e História – Questões metodológicas. In: **XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**, Viçosa, 2001. (Apresentado na Mesa Redonda "Uma visão Multidisciplinar da Família Brasileira", Viçosa – MG, 2001).

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Censo 2010. Uma família plural, complexa e diversa. Entrevista com José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi. **Entrevista concedida ao Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais.** 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2012/10/31/censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa-entrevista-com-jose-eustaquio-dinizalves-e-suzana-cavenaghi/>. Acesso em: agosto de 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe Walter. **A Família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas**.- Rio de Janeiro: IBGE. Escola nacional de Ciências Estatísticas, 2010.

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?** Consultoria Legislativa. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Câmara dos Deputados, 2016.

ARIÈS, Philippe. As Imagens da Família. In: **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1981.

ARROYO, Alicia Morcillo. **Las familias monoparentales en España: ¿uma desviación u otra forma de organización social?** Tese – Doutorado. Universidad Complutense de Madrid. Facultad de CC. Políticas y Sociología. Departamento de Sociología III. Madri, 2002.

AVENA, Maura Espinheira. **Vínculo Familiar Contemporâneo: Ressonâncias no Processo de Socialização**. Dissertação de Mestrado, Salvador (BA): Universidade Católica do Salvador. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BILAC, Elisaber Dória. Trabalho e família – Articulações possíveis. **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v.26, n.1. Junho 2014.

BITTELBRUNN, Edna. CASTRO, Mary Garcia. Sou pãe! Reflexões sobre os pais que educam/criam sozinhos seus filhos. In: **O pai na sociedade contemporânea**. MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros (ogs.) – Bauru, SP: EDUSC, **2010**.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: jan. 2019.

BRITO, Flávio dos Santos. Famílias monoparentais, políticas públicas, socialização e demandas contemporâneas. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís** – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CAEIRO, Marina Vanessa Gomes; CECCON, Luís Fernando Ribas. **Família monoparental: uma realidade nos tempos modernos.** Conteúdo Jurídico, Brasília DF: 15 jun. 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.27159&seo=1>. Acesso em: dezembro de 2017.

CAMARANO, Ana Amélia**. Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Ana Amélia Camarano (Org.). – Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 658 p.: il.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. In: **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Ana Amélia Camarano (Org.). – Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 658 p.: il.

CANO, Andrés Maurício, MOTTA, Maria Eugenia, VALDERRAMA, Luis Enrique y GIL, Carlos Alberto. Jefatura masculina en hogares monoparentales: adaptaciones de los hombres a las necesidades de sus hijos. **Rev. colomb**. soc., 39(1), pp. 123-145. 2016.

CEPEDA, Jenny Paola Lesmes; GUTIERREZ, Monica Jeaneth Romero; RODRIGUEZ; Lady Johanna Alcala. **Caracteristicas socioeconômicas, percepciones y dinamicas familiares de um grupo de diez famílias monoparentales com Jefatura masculina ubicada em la ciudad de Bogota**. Trabajo de grado presentado como requisito para optar por el titulo de trabajadoras sociales. Universidade de LA Salle. Faculdade de Trabalho Social. Bogotá, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

CORREIA, Sónia Vladimira. A articulação família-trabalho em famílias monoparentais masculinas. In: **A vida no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades**. WALL, Karin; ABOIM, Sofia; CUNHA, Vanessa (orgs.). Lisboa, 2010.

CÚNICO, Sabrina Daiana. **Significados atribuídos à paternidade por mulheres chefes de família de periferia urbana**. 2014: 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.

COSTA, Demian Diniz da. **Famílias monoparentais, reconhecimento jurídico**. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2002.

COSTA, Ingrid Gomes Dias da. **Padrão de formação familiar em diferentes grupos religiosos no Brasil**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de

Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Minas Gerais, 2015. 241 f.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: ARTMED, 2007. 248 p.

CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos mistos**. 2ª ed. Porto Alegre (RS): Penso; 2013.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa e educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 67-80, set/dez. 2013.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 30. p. 202-219, 2010.

DEWES, João Oswaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. 2103: 53 f. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Instituto de Matemática, Departamento de Estatística. Porto Alegre, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1984.

FARIA, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. 3.ed. rev. e ampl. e atual.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FÉRES- CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história.** MOREIRAS, Lúcia Vaz de Campo; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). Curitiba: Juruá, 2011.

FITERMAN, Hannah. **Reescrevendo o pai na sociedade contemporânea: uma representação social da paternidade em salvador – BA**. 2012: 89 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

FONTES, Márcia Barroso. **Situação Econômica de Arranjos Domiciliares Monoparentais e Biparentais no Brasil: Uma Análise Orçamentária.** Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Minas Gerais, 2014. 128 f.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139-152.

GELINSKI, Carmem Rosario Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. Mudanças nas Famílias Brasileiras e a Proteção Desenhada nas Políticas Sociais. In: **Familismo: Direito e Cidadania – Contradições da Política Social.** MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). São Paulo. Cortez, 2015.

GIRALDI, Josemary; WAIDEMAN, Marlene Castro. Família ou Famílias – Construção Histórica e Social do Conceito. **Anais do III Congresso Internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia**. 18 a 21 setembro de 2007.

GOLDANI, Ana Maria. **Família Brasileira em Transação: Evolução e Perspectivas Futuras**. Reunião de trabalho Família, desenvolvimento e dinâmica da população na América Latina e o Caribe. Série A, nº243. Setembro de 1993.

GUADALUPE, Sónia Abreu. Programa Rede Social: Questões de Intervenção em Rede Secundária. **Interacções**. nº5 .p.67-90. 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **- Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 /** IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro IBGE, 2016.108p.

_____**Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores sociais- uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015 /** IBGE, Coordenação População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro IBGE: 2015.137p.

_____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades de Federação brasileiras com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Manual de Entrevistas.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011.184p.

_____.**Indicadores Sociais Municipais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: janeiro de 2018.

_____.**Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil -2000**. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica .Rio de Janeiro - 2002

LACERDA, Carmen Silva Maurício de. **Monoparentalidade: um fenômeno em expansão.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito do Recife/ Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Caderno 3 – As mulheres e o mercado de trabalho. In: **Cadernos de formação – Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. São Paulo, 2017.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. Ângela Borges e Mary Garcia Castro (orgs.) 1 ed. – São Paulo: Paulinas, 2007. – (coleção família na sociedade contemporânea).

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas Modalidades de Família na Pós- Modernidade**. Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MAURITTI, Rosário; MARTINS, Susana da Cruz; ANTUNES, Ana Simões; DA COSTA, António Firmino. Utilização de bases de microdados na investigação em ciências sociais. **Revista de Estatística**. 2002. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13409/1/rn_art2_q2_2002.pdf. Acesso em: 27 de ago. 2018.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Estratégias de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2012. 219 f.

MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio e Janeiro, v.19, nº1, p.97-134, jan-abr/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otavio, GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. ( 29. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTALI, Lilia. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia I**, V. 2, nº4. Jul/Dez 2014.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra.Família contemporânea. In: OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 65-107.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009, 150p.

PIACENTI, Felipe. **Pai tem direito de guarda dos filhos tanto como a mãe. Direito de todos.** 2013. Disponível em: http://direitodetodos.com.br/pai-tem-direito-de-guardados-filhos-tanto-como-a-mae/. Acesso em: janeiro de 2018.

PINHEIRO, Raphael Fernando. Família, todas iguais. A necessidade de políticas públicas na proteção da família monoparental. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV,

n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D12559%26revista_caderno%3D28?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12031&revista_caderno=14>. Acesso em: dezembro de 2017.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina dos CES nº, 2007.

QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva**. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: perspectiva para o campo da etnomusicologia**. Claves, n. 2 - Novembro de 2006.

SABOIA, Ana Lucia. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010** / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo, Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: Da Colônia à Atualidade. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 julho 2019.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTO , Morgana Sales da Costa Família Monoparental Brasileira. **Rev. Jur**., Brasília. v. 10, n. 92, p.01 -30, out./2008 a jan./2009.

SANTOS, Sara Maria Cunha Bitencourt. Possibilidades e desafios do homem contemporâneo frente a conciliação entre trabalho e paternidade. In: **Paternidade na sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família**. MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale (orgs.). Curitiba: Juruá, 2016. 350p.

SILVA, Medelin Lourena da., **Expansão da Cidade de Viçosa (MG): a Dinâmica Centro-periferia**. 2014: 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espirito Santo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Espirito Santo, 2014.

SILVA, Mônica Cristina da Silva; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Demografia e família: as transformações da família no século XXI. **B. goiano. Geogr**, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 171-183, 2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 573-594, set./dez.2007.

SOUSA, Ana Paula de. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar.** 2008: 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2008.

SOUZA, Marjane Bernardy; SANGUINET, Elisete. Pais que assumiram sozinhos os cuidados parentais de seus filhos. **Psicologia**. 2012.

TERCIOTI, Ana Carolina Godoy. **Famílias Monoparentais**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2011.

TRAD, Leny Alves Bomfim. A Família e Suas Mutações: Subsídios ao Campo da Saúde. In: **Família Contemporânea e Saúde – Significados, Práticas e Políticas Públicas.** TRAD, Leny Alves Bomfim (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

TURKENICZ, Abraham. **Organizações Familiares – Contextualização Histórica da Família Ocidental**. Curitiba. Juruá, 2012.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**. Campinas, 22 (44): 203-220, ago/dez. 2014.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

# APÊNDICES

# APÊNDICE A

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

O senhor está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa cujo título é **"Família monoparentais masculinas: características sociodemográficas e articulação entre trabalho e família[25]"**, desenvolvida pela pesquisadora Leiliane Souza Bhering e orientada pela professora Drª. Márcia Barroso Fontes, do departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os objetivos dos estudos são estritamente acadêmicos e, em linhas gerais, pretende-se traçar um perfil sociodemográfico das famílias monoparentais masculinas e analisar o processo de organização desse arranjo familiar, na forma como pais sós articulam trabalho e família. O motivo que nos leva a estudar se deve ao fato que vem aumentando o número de famílias monoparentais masculinas e existem poucos trabalhos sobre esse modelo familiar na literatura sobre família. Para alcançar o objetivo dessa pesquisa serão realizadas entrevistas por meio de conversa com a pesquisadora, podendo o participante decidir se será gravada ou não. O tempo previsto para as entrevistas é de quarenta minutos.

Os riscos envolvidos nessa pesquisa são mínimos, estando relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e neste caso, o participante poderá se negar a dar qualquer tipo de informações que cause constrangimento ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado ao estudo. Os benefícios para o participante serão indiretos, visto que este trabalho poderá proporcionar aos estudos sobre família, dados relevantes sobre famílias monoparentais masculinas, contribuindo para dar visibilidade a esse modelo familiar diante de outros arranjos domiciliares presentes na sociedade contemporânea.

Sua participação é voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar da pesquisa, com a plena liberdade de recusar e participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que isso acarrete em qualquer penalidade. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com a pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. O participante não será identificado em nenhuma publicação. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão

[25] Durante o desenvolvimento deste trabalho o título do mesmo foi alterado para Famílias monoparentais masculinas: aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas.

liberados sem a sua permissão. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu _____ abaixo assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa acima citada, por minha própria vontade. Fui esclarecido que para obter informações e no caso de irregularidades éticas durante a pesquisa poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – MG – CEP/UFV no seguinte endereço e contato: Edifício Arthur Bernardes, subsolo. Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário. Viçosa/MG. CEP: 36570-900. Telefone (31)3899-2492, e-mail: cep@ufv.br, bem como, entrar em contato com a pesquisadora (Leiliane) pelo telefone (31) 971252295 e pelo e-mail: leilibhering@gmail.com ou com a orientadora da pesquisa (Prof.ª Márcia) no Departamento de Economia Doméstica da UFV, pelo telefone (31) 3899-1637 e pelo e-mail: marciabfontes@gmail.com.

Declaro que entendi as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e fui informado que o uso dos dados por mim oferecidos serão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução CNS 466/2012. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim, pela orientadora e pela pesquisadora. Eu li, compreendi e assino o presente termo.

Assinatura do participante:_____

_____

Márcia Barroso Fontes
(Professora Orientadora)

_____

Leiliane Souza Bhering
(Mestranda)

Viçosa, _____ de _____ de 2018

## APÊNDICE B

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

**Roteiro da Entrevista**

**Projeto de pesquisa:** Famílias monoparentais masculinas: características sociodemográficas e articulação entre trabalho e família.

**Local da Pesquisa**: Município de Viçosa – MG

**Pesquisadora**: Leiliane Souza Bhering

---

- **Perfil socioeconômico, demográfico e domiciliar**

1) Qual a sua idade? _____

2) Estado civil.

( ) solteiro
( ) casado/em união estável
( ) viúvo
( ) Separado/divorciado

3) Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Sem instrução
( ) ensino fundamental completo
( ) ensino fundamental incompleto
( ) ensino médio completo
( ) ensino médio incompleto
( ) ensino superior completo
( ) ensino superior incompleto
( ) Pós-Graduação

4) Qual a sua renda individual?

( ) sem rendimento
( ) Mais de 1 até 2 salários mínimos
( ) Até um ¼ de salário mínimo
( ) Mais de 2 até 3 salários mínimos
( ) Mais de ¼ até ½ salário mínimo
( ) Mais de 3 até 5 salários mínimos
( ) Mais de ½ até 1 salário mínimo
( ) Mais de 5 salários mínimos

5) Qual é a origem da renda?

( ) Trabalho
( ) Rendimento de poupança, juros, aluguel.
( ) Transferência de renda do governo
( ) Outras fontes.

6) Bairro onde mora: _____

7) Qual a condição de ocupação do domicilio?

( ) próprio – Já pago
( ) Próprio- ainda pagando
( ) alugado
( ) cedido por empregador
( )cedido por outra forma

8) Número de filhos._____

9) Idade e sexo do(s) filho(s).

Filho 1: idade_____ Sexo_____
Filho 2: idade_____ Sexo_____
Filho 3: idade_____ Sexo_____
Filho 4: idade_____ Sexo_____

- **A entrada na monoparentalidade**

10) Fale um pouco da sua história: como você e a mãe das crianças iniciaram a relação? Como foi a chegada dos filhos? Como era a convivência entre você e a mãe das crianças? Como era o relacionamento dela com as crenças?

11) Como você se tornou o único responsável pelo(s) seu(s) filho(s)?

12) Há quanto tempo você cuida sozinho do(s) seu(s) filho(s)?

13) Como se enxerga como pai que cuida sozinho do(s) seu(s) filho(s)? E como você acha que as outras pessoas te enxergam?

- **Condições de trabalho**

14) Qual a sua ocupação?

15) Quantas horas você habitualmente trabalha por semana?

16) Qual a sua relação com o chefe e com os colegas de trabalho?

17) Como faz para conciliar trabalho com os compromissos familiares?

- **Trabalho doméstico**

18) Como e por quem é realizado os serviços domésticos?

19) Qual o número de horas dedicadas normalmente aos serviços domésticos?

20) Distribuição de tarefas é compartilhada com os filhos ou outras pessoas?

- **Modo de cuidar dos filhos**

21) Como é cuidar sozinho do(s) seu (s) filho(s)?

22) Como é a participação na vida social dos filhos (escola, saúde, lazer)?

23) Existe ajuda de algum parente ou de algum profissional no cuidado das crianças?

24) Qual a regularidade e o tempo dessa ajuda?

25) A mãe das crianças é presente? Vocês conversam sobre a educação, o comportamento ou o futuro delas?

26) Você sente falta de uma presença feminina para ajudar com os filhos? Você tem um relacionamento?